LUMEN FLUENS
ESTUDOS COMPARADOS

HUGO TOMAZETI NETO

LUMEN FLUENS E LEVINAS:
ONDE NOS TOCAMOS, ONDE NOS SEPARAMOS

Estudo Comparado VIII

GOIÂNIA

2026

HUGO TOMAZETI NETO

LUMEN FLUENS E LEVINAS:
ONDE NOS TOCAMOS, ONDE NOS SEPARAMOS

Estudo Comparado VIII

Estudo Comparado VIII da série “Onde nos tocamos, onde nos separamos”, do Lumen Fluens, sobre o Cânon v1.2. Versão 1.1, com as decisões do fundador de 19 de outubro de 2026. Preparado com assistência de inteligência artificial (Claude, Anthropic) sob direção e revisão do autor.

GOIÂNIA
2026

Lux in tenebris vigilat.

Cânon Lumen Fluens, v1.2, A Vigília

RESUMO

Este estudo compara a filosofia de vida Lumen Fluens, em seu Cânon v1.2, com o pensamento de Emmanuel Levinas, seguindo o princípio da série de Estudos Comparados: apresentar a doutrina visitada em sua melhor forma e só depois marcar as fronteiras. Levinas é exposto pelos textos — Da existência ao existente, O tempo e o outro, Totalidade e Infinito, De outro modo que ser, Ética e infinito, Entre nós — com três vozes mantidas separadas: o que Levinas diz, o que a tradição lê e o que o cânon responde. O estudo encontra sete pontos de contato (a vigília e a vigilância; a casa aberta e o Abrigo; a primeira palavra do rosto e a luz devida ao outro; o fim da teodiceia; o terceiro, a justiça e as Águas Comuns; a fecundidade e o Flumen; o Examinar e a má consciência) e sete fronteiras, duas maiores — a luz, que para Levinas nasce na resposta ao outro e para o cânon é dada e apenas se revela; a decisão, que a Bússola põe em primeira pessoa e Levinas num eis-me aqui que não escolheu — e cinco menores: a assimetria, a noite do há, a substituição, o sentido do sofrimento e o nome da Luz. Examina-se o que Levinas disse das casas já visitadas pela série e esboçam-se seis autores futuros. Propõe-se ao fundador a fórmula “o Lumen Fluens aceita de Levinas a dívida e recusa a eleição”, adotada por ele em 19 de outubro de 2026, e declaram-se quinze questões abertas, das quais oito foram então decididas. Nenhuma passagem de Levinas foi conferida no francês impresso; toda citação traz localização e marca de verificação.

Palavras-chave: Levinas; Lumen Fluens; vigília; rosto; teodiceia; justiça; filosofia comparada.

ABSTRACT

This study compares the philosophy of life Lumen Fluens, in its Canon v1.2, with the thought of Emmanuel Levinas, following the principle of the Comparative Studies series: to present the visited doctrine in its best form and only then to draw the borders. Levinas is expounded from his texts — Existence and Existents, Time and the Other, Totality and Infinity, Otherwise than Being, Ethics and Infinity, Entre Nous — with three voices kept apart: what Levinas says, what the tradition reads, and what the canon replies. The study finds seven points of contact (vigil and vigilance; the open house and the Shelter; the first word of the face and the light owed to the other; the end of theodicy; the third party, justice and the Common Waters; fecundity and the Flumen; the Examining and bad conscience) and seven borders, two major — the light, which for Levinas is born in the response to the other and for the canon is given and only revealed; the decision, which the Compass puts in the first person and Levinas in a here I am that was not chosen — and five minor ones: asymmetry, the night of the there is, substitution, the meaning of suffering and the name of the Light. It also examines what Levinas said of the houses already visited by the series and sketches six future authors. It proposes to the founder the formula “Lumen Fluens accepts from Levinas the debt and refuses the election”, adopted by him on 19 October 2026, and declares fifteen open questions, eight of which were then decided. No passage of Levinas was checked in the printed French; every quotation carries a location and a verification mark.

Keywords: Levinas; Lumen Fluens; vigil; face; theodicy; justice; comparative philosophy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

[V-pt] / [V-en] / [V-es]	citação conferida em edição portuguesa, inglesa ou espanhola
conferido no digitalizado	conferência feita numa cópia digitalizada da edição, não no impresso
[V via secundária]	citação lida por intermédio de outro autor, nomeado no Apêndice A
[tradução do estudo]	tradução de trabalho feita pelo estudo, a partir do francês, do espanhol ou do inglês
[paráfrase]	sentido fiel ao texto; palavras do estudo
[tese a confirmar] / [localização a confirmar] / [página a confirmar]	o que ainda falta conferir
[leitura do estudo] / [inferência do estudo] / [hipótese do estudo]	marcas de autoria do estudo, distintas das três vozes
decisão n.º 1–7	decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII
decisão n.º 1–12 (19/10)	decisões do fundador de 19 de outubro de 2026, numeradas na seção 1.2
Cânon v1.2	Cânon do Lumen Fluens, versão 1.2 (agosto de 2026), texto publicado
há	o *il y a* de Levinas, na voz do estudo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DA QUESTÃO E O MÉTODO 10
1.1 Como ler este estudo 11
1.2 Decisões do fundador (versão 1.1, 19 de outubro de 2026) 12
1.3 O que a pesquisa corrigiu em relação ao Estudo VII 13

2 LEVINAS EM SUA MELHOR FORMA 15
2.1 Uma vida e uma dedicatória 15
2.2 O *há*: a noite, o horror, a insônia 16
2.3 A hipóstase e a solidão do existir 17
2.4 O tempo é o outro: morte, fecundidade, as gerações 17
2.5 A separação, o gozo, a morada e a hospitalidade 18
2.6 O rosto: expressão, “não cometerás assassínio”, a resistência ética 19
2.7 A ética como filosofia primeira; assimetria e altura; contra Buber 19
2.8 O dizer, o *eis-me aqui*, a substituição e o refém 20
2.9 O terceiro, a justiça, o Estado e a pequena bondade 22
2.10 O sofrimento inútil e o fim da teodiceia 23
2.11 O rastro, a ileidade, o Deus que vem à ideia; o judaísmo como material 23
2.12 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui 24

3 ONDE NOS TOCAMOS 25
3.1 A Vigília e a vigilância 25
3.2 O Abrigo e a casa aberta 26
3.3 A luz devida ao outro e a primeira palavra do rosto 27
3.4 O fim da teodiceia e a fórmula do VII 28
3.5 As Águas Comuns, a palavra verdadeira e a justiça que brota do amor 29
3.6 O Flumen e a fecundidade 31
3.7 O Examinar e a má consciência 31

4 ONDE NOS SEPARAMOS 33
4.1 A luz dada e o eu eleito 33
4.2 A Bússola em primeira pessoa e o chamado do Outro 34
4.3 A assimetria e o rio de todos e de ninguém 36
4.4 A noite do *há* e a noite do cânon 37
4.5 A substituição e o limite da responsabilidade 38
4.6 O sentido do sofrimento 40
4.7 O Infinito e a Luz sem nome 41
4.8 O padrão das fronteiras 42

5 LEVINAS DIANTE DAS CASAS QUE JÁ VISITAMOS 44

5.1 Hegel 44
5.2 O existencialismo: Heidegger e Sartre 45
5.3 O cristianismo 47
5.4 Buber 48
5.5 O estoicismo 49
5.6 Budismo, Vedanta e taoísmo 49
5.7 O padrão 50

6 PRÉVIAS: AUTORES QUE VIRÃO 52
6.1 Paul Ricoeur 52
6.2 Jacques Derrida 53
6.3 Simone Weil 54
6.4 Hans Jonas 55
6.5 Jean-Luc Marion 55
6.6 Vasily Grossman 56
6.7 Síntese das prévias 57

7 SÍNTESE, FÓRMULA E QUESTÕES ABERTAS 59
7.1 O que o estudo encontrou 59
7.2 A fórmula 60
7.3 Questões abertas 61
7.4 A lamparina 64

REFERÊNCIAS 65

APÊNDICE A — FONTES CITADAS, POR CAPÍTULO 70

APÊNDICE B — CONFERÊNCIAS PENDENTES 94

APÊNDICE C — PAINEL DE VERIFICAÇÃO 95

1 INTRODUÇÃO: O ESTADO DA QUESTÃO E O MÉTODO

Gênero: Estudo Comparado · Nível: avançado · Parte do cânon: todo o cânon, em diálogo externo — em especial a Vigília, o Abrigo, as Águas Comuns, a Bússola e a Lux
Princípio da série — Comparar não é competir. Cada estudo honra a doutrina visitada apresentando-a em sua melhor forma, e só então marca as fronteiras. Uma filosofia que precisa diminuir as outras para existir não confia na própria luz.
Versão 1.1, 19 de outubro de 2026 — com as decisões do fundador (ver o Prólogo). Versão 1.0, para validação: 19 de outubro de 2026.

Os sete estudos anteriores visitaram seis doutrinas de vida e um sistema. Levinas não é nem uma coisa nem outra. Não ensina a sentar, a respirar nem a rezar, e não tem regra de vida; e recusou o sistema que faz de cada coisa um momento do todo. É o filósofo do outro — o pensador para quem a ética não é um ramo da filosofia, mas a filosofia primeira, e para quem o eu não começa por si, mas pela resposta a quem o interpela. Por que, então, trazê-lo à série, e por que agora?

Porque ele é o primeiro interlocutor da série em cujos textos a palavra da Vigília aparece pelo nome. O cânon diz que a luz “vela nas trevas” e que “ela vela: recusa-se a apagar” (Cânon v1.2, “A Vigília”); Levinas escreveu sobre a insônia e a vigília antes de escrever sobre o rosto, e voltou a elas na maturidade, quando fez do velar o nome da responsabilidade. Porque ele recusou a teodiceia com uma frase que o Estudo VII já tinha ouvido — “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” (*Entre nós*, “O sofrimento inútil”, p. 138) [V-pt] — e a fórmula adotada pelo fundador, aceitar a dialética como método e recusá-la como teodiceia, encontra nele um aliado radical e, talvez, um princípio que a letra do cânon não enuncia. E porque, das perguntas que o Estudo VII deixou abertas, uma é dele — se a Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela — e outra, a da justiça devida ao lobo, ele ilumina com a figura do terceiro. O Estudo VII deixou o nome de Levinas na prévia 6.5, e o fundador o fixou como interlocutor seguinte.

A resposta curta, que o estudo inteiro desdobra: Levinas entra pela vigília e pela dívida, e bate em duas portas fechadas, a da luz e a da decisão. Entra pela vigília, porque “velar” é palavra dos dois — a mesma palavra, dois movimentos: no cânon, a luz que se recusa a apagar; nele, primeiro a noite que vela sem ninguém, depois o despertar que vem do outro. Entra pela dívida, porque o cânon diz que ao lobo “deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro” (Cânon v1.2, “A Vigília”), e Levinas descreveu uma responsabilidade “anterior à deliberação” (*Entre nós*, “Diacronia e representação”, p. 219) [V-pt] e “originalmente sem reciprocidade” (*Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, p. 293) [V-pt]. Entra pela casa que se abre, pela recusa da teodiceia, por uma justiça que nasce de uma bondade e deve lembrar-se dela, pela fecundidade, que toca o Flumen na atenção a quem

vem depois [leitura do estudo]. Bate na porta da luz, porque para ele o eu é “um privilégio ou uma eleição” (*Totalidade e Infinito*, p. 223) [V-pt] e se constitui na resposta ao outro [leitura do estudo], e para o cânon a luz é dada “antes de qualquer relação” (decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII, n.º 3) e apenas se revela. E bate na porta da decisão, porque a Bússola pergunta em primeira pessoa — “a luz está lá? Posso estar lá inteiro, sem me trair?” (Cânon v1.2, “A Bússola”) — e Levinas começa por um *eis-me aqui* que não escolheu.

O estudo propôs uma fórmula, e o fundador a adotou (decisão n.º 1, abaixo): o Lumen Fluens aceita de Levinas a dívida e recusa a eleição. Há uma luz devida ao outro antes de qualquer pacto; mas a luz de cada um não nasce da resposta ao outro — é dada, e o outro pode ser o primeiro a vê-la. A segunda metade repete, no que toca à origem da luz, a decisão n.º 3 de 17 de outubro; o que mais a fórmula diz dependia de perguntas que o capítulo 7 reúne e que o fundador respondeu em 19 de outubro.

1.1 Como ler este estudo

Três vozes atravessam o texto e permanecem separadas. **Levinas diz** o que está nos seus textos, citado e localizado — *Da existência ao existente*, *O tempo e o outro*, *Totalidade e Infinito*, *De outro modo que ser*, *Ética e infinito*, *Humanismo do outro homem*, *Entre nós*, *Difícil liberdade*, *De Deus que vem à ideia*. **A tradição lê** o que um intérprete nomeado faz do texto: Derrida, Ricoeur, Critchley, Chalier, Marion, Sebbah, e os leitores brasileiros e portugueses por cujas páginas muitas passagens chegaram até aqui. **O cânon responde** com as palavras do Cânon v1.2, dos três Tratados, da Disputatio, do Estudo VII e das decisões do fundador, sempre pelo nome do elemento: Lux, Flumen, Bússola, Abrigo, Vigília, Águas Comuns. O que passa dessas três vozes é do estudo, e vem marcado como tal: [leitura do estudo], [inferência do estudo], [hipótese do estudo]. O estudo propõe; não decide. Só o fundador altera a doutrina, e as decisões de 17 de outubro de 2026 não são reabertas: pergunta-se o que elas deixaram em pé.

As citações trazem marcadores de verificação, e este estudo tem uma particularidade que convém declarar na primeira página: nenhuma passagem de Levinas foi conferida no francês impresso. As que levam [V-pt], [V-es] e [V-en] foram lidas em tradução — a de Lisboa de *Totalidade e Infinito* (Edições 70), a da Vozes de *Entre nós*, a da Siglo XXI de *Humanismo do outro homem*, a inglesa de Lingis —; “conferido no digitalizado” diz que a conferência se fez numa cópia digitalizada da edição, não no impresso; as que levam [V via secundária] foram lidas por intermédio de outro autor, nomeado nas fontes de cada capítulo, e é por essa via que chegam as passagens da Papirus (*Da existência ao existente*) e da Sígueme (*Totalidad e infinito*), citadas pelas páginas dessas edições; [tradução do estudo] diz que o português é nosso, feito a partir do francês, do espanhol ou do inglês que a pesquisa encontrou; [paráfrase] diz que o sentido é fiel, mas

as palavras não são as do autor; [tese a confirmar], [localização a confirmar] e [página a confirmar] dizem o que falta conferir. Preferimos uma lacuna marcada a uma citação falsa. A grafia das edições fica como está dentro das aspas — a de Lisboa (“facto”, “óptica”, “subjectividade”) e a da Vozes anterior ao Acordo (“idéia”, “teodicéia”) —; fora delas, o estudo escreve em português do Brasil.

Três cuidados de vocabulário. O *há* (*il y a*) de Levinas vai em itálico quando é o estudo que fala. “Vigília”, com maiúscula, é o elemento do cânon; “vigília”, com minúscula, é a *veille* de Levinas, que os tradutores brasileiros vertem ora por “vigília”, ora por “vigiar”, ora por “despertar”; no cânon, “vigiar” é guardar-se do que virá (Tratado da Vigília, “Definição”), e o estudo não lê uma palavra pela outra. E “rastro” e “ileidade” são as formas adotadas para *trace* e *illéité*, que a Vozes traduz por “vestígio” e “Eleidade”.

O estudo segue a regra da série: comparar não é competir. Levinas é exposto primeiro em sua melhor forma, pelos textos, na ordem em que o pensamento se move e sem pressa de objetar (capítulo 2); só depois se procura onde o cânon já anda ao seu lado (capítulo 3) e onde se separa dele (capítulo 4). Nos textos conferidos, Levinas falou de três das sete casas que a série visitou — Hegel, o existencialismo, o cristianismo — e de Buber, nada do estoicismo e quase nada do Oriente; o capítulo 5 ouve o que ele disse e declara o que ele não visitou, sem inventar diálogo. O capítulo 6 abre as portas que a leitura dele abre: seis autores, em esboço. O capítulo 7 reúne a síntese, a fórmula e as questões que o estudo deixa abertas, numa só lista. Seguem as fontes por capítulo, a bibliografia, as conferências pendentes e o painel de verificação.

1.2 Decisões do fundador (versão 1.1, 19 de outubro de 2026)

O fundador leu a versão 1.0 deste estudo e respondeu ao que ela lhe perguntava. As decisões abaixo valem como palavra dele, não do estudo, e são numeradas à parte das decisões de 17 de outubro sobre o Estudo VII. O corpo do texto mantém a forma em que as questões foram postas, como história do método, e remete a esta seção nos lugares em que as pôs.

1. **A fórmula** (7.2) está adotada: o Lumen Fluens aceita de Levinas a dívida e recusa a eleição. Há uma luz devida ao outro antes de qualquer pacto; mas a luz de cada um não nasce da resposta ao outro — é dada, e o outro pode ser o primeiro a vê-la.
2. **Questão (f)**: a Vigília nasce da luz de quem vela. O chamado do outro entra pela dívida, não pela origem.
3. **Questão (q)**: o olhar do outro que pode ser o primeiro a ver a luz encoberta apenas vê. O Abrigo revela e nada exige; a convocação não entra no cânon.
4. **Questão (m)**: o Abrigo não vai até a substituição. O limite é a Bússola: ser casa para o outro nunca pede que a luz própria se apague.

5. **Questão (n)**: as Águas Comuns são assimétricas no Abrigo e recíprocas no rio — no face a face deve-se sem esperar retribuição; no nós, a reciprocidade entra com os outros. E a assimetria é de posição, não de valor: o outro que chega vem primeiro na ordem do dever, sem que as luzes se ordenem.
6. **Questão (o)**: a noite do *há* é a mesma noite do cânon — condição em Levinas, acontecimento no cânon.
7. **Questão (p)**: o sofrimento próprio pode ter sentido como sofrimento pelo outro, sem trair "presença, não vitória". Não é teodiceia, porque não justifica a dor de ninguém.
8. **Questão (s)**: o cânon adota, como princípio declarado, o princípio de Levinas: justificar a dor do próximo é a fonte de toda imoralidade.
9. **Questão (t)**: o dano que não se quis entra no Examinar. As duas perguntas da noite passam a olhar também o mal que o existir causa sem intenção; a redação da Regra de Vida que o diga fica para o fundador.
10. **Ficha do Estudo III**: será revista para receber a quenose e a substituição, que o cristianismo de Levinas põe no centro.
11. **Grossman**: a pequena bondade de *Vida e destino* pede outro formato que o de Estudo Comparado.
12. **Estudo IX**: o próximo interlocutor da série é Paul Ricoeur.

As questões (e), (g), (h), (i), (j), (k) e (l) continuam abertas, nos termos de 6.3. Nenhuma das decisões altera o texto do Cânon v1.2: elas fixam como o cânon deve ser lido nos pontos em que o estudo perguntou — exceto a n.º 9, que anuncia uma redação futura.

1.3 O que a pesquisa corrigiu em relação ao Estudo VII

A prévia de Levinas no Estudo VII (5.5) foi escrita sem pesquisa de fontes, e a pesquisa a corrigiu em quatro pontos, que a honestidade manda declarar. O VII leu que, em Levinas, "a separação, a casa, precede o encontro"; a letra diz mais e menos: a morada "supõe assim uma primeira revelação de Outrem", e "a luz do rosto é necessária à separação" (*Totalidade e Infinito*, p. 134) [V-pt] — o que não contradiz a decisão n.º 3, mas também não a apoia sem mais. O VII escreveu que, para Levinas, a Vigília nasce "só" do chamado do outro; vale para *De outro modo que ser* e para *Entre nós*, mas em *Da existência ao existente* a vigília não nasce do chamado nem da luz: é a noite que vela, sem ninguém (ver 4.2). O VII escreveu "o que o estudo lê como reciprocidade nas Águas Comuns"; era leitura do estudo, e a letra do cânon não afirma nem a reciprocidade nem a assimetria: só pergunta (Tratado das Águas Comuns, "Síntese"). E o "tribunal do mundo" que o VII pôs ao lado da crítica de Levinas não é palavra dele: na edição inglesa de *Totalidade e Infinito* o termo aparece só na introdução de John Wild; Levinas fala de um

julgamento da história “pronunciado à revelia” (*Totality and Infinity*, p. 242) [V-en; tradução do estudo]. O que a prévia acertou — a Vigília pelo nome, a casa aberta, o fim da teodiceia — está aqui, com as fontes que faltavam; o terceiro e a justiça, que a prévia não mencionou, entram agora (2.9, 3.5).

A Antífona, parte do cânon, não é tratada neste estudo.

2 LEVINAS EM SUA MELHOR FORMA

Este capítulo expõe Levinas como ele pediria para ser lido: pelos textos, na ordem em que o pensamento se move, sem pressa de objetar. O cânon só será ouvido na última seção, e ali apenas para apontar onde falará. Valem as três vozes do estudo: *Levinas diz*, quando há passagem citada e localizada; *a tradição lê*, quando um intérprete nomeado dá sentido ao texto; *o cânon responde*, com a letra do cânon e dos escritos. O que passa disso é do estudo e vem marcado como [leitura do estudo], [inferência do estudo] ou [hipótese do estudo]. O estudo propõe; não decide.

2.1 Uma vida e uma dedicatória

A vida de Levinas abre o capítulo porque a guerra a atravessa e os textos que vêm depois foram escritos depois dela. Os dados vêm de biógrafos e de discursos, e as datas que divergem levam [a confirmar]. Emmanuel Levinas nasceu em Kaunas (Kovno), então Império Russo, em 12 de janeiro de 1906, filho mais velho de Yehiel e Dvora. Estudou em Estrasburgo desde 1923 e em Friburgo em 1928–29, onde ouviu Husserl e, depois, Heidegger. Casou-se com Raïssa Levi em 9 de setembro de 1932 [a confirmar: outra fonte diz 1930]. Mobilizado em 1939 como intérprete, foi preso em junho de 1940 e, de 1942 a 1945, esteve no Stalag XI-B, em Fallingbostel, num comando florestal de prisioneiros judeus. Os *Carnets de captivité* (2009) preparam, segundo García-Baró, *Da existência ao existente* [V via secundária].

A família que ficara na Lituânia foi destruída. O pai e os irmãos foram muito provavelmente fuzilados no Forte VII, talvez nos massacres de 4 e 6 de julho de 1941, e a mãe morreu uns seis meses depois, no gueto de Kaunas. Raïssa e Simone [parentesco a confirmar] viveram escondidas com as Irmãs de São Vicente de Paulo, perto de Orléans, com ajuda de Blanchot [local exato a confirmar] [V via secundária]. Levinas diz, em “Signature”, que a sua biografia “é dominada pelo pressentimento e pela lembrança do horror nazista” (*Difícil liberdade*, Albin Michel, 1976, p. 374) [V via secundária; tradução do estudo]. A dedicatória de *De outro modo que ser* o diz com os mortos: “À memória dos seres mais próximos entre os seis milhões de assassinados pelos nacional-socialistas […]” (Livre de Poche, 2006, p. 5) [V via secundária; tradução do estudo].

Depois da guerra dirigiu em Paris a École normale israélite orientale por cerca de trinta e quatro anos. *Totalidade e Infinito* foi sua tese de Estado, em 1961; ensinou em Poitiers, Paris-Nanterre e na Sorbonne, aposentou-se em 1976 e morreu em 25 de dezembro de 1995 [V via secundária; início, fim e local a confirmar]. A biografia não explica a obra, mas é o lugar de onde as perguntas são feitas: a noite sem sujeito, o rosto e o refém foram escritos por quem voltou do cativeiro para uma família assassinada [leitura do estudo].

2.2 O *há*: a noite, o horror, a insônia

O primeiro movimento de Levinas é uma experiência de pensamento que começa pelo fim. Levinas diz: “Imaginemos todos os seres, coisas e pessoas, revertendo ao nada” (*Da existência ao existente*, trad. Lingis, 2001, pp. 51–52). O que sobra não é nada: “Já não há isto nem aquilo; não há ‘alguma coisa’” (Vrin, p. 94). Sobra o *há* (*il y a*), que “em sua recusa de tomar uma forma pessoal, é o ‘ser em geral’” (Papirus, 1998, p. 67). É um *há* impessoal, “como ‘chove’ ou ‘faz noite’”, de caráter “deserto, obsedante e horrível” e de “neutralidade desumana” (Vrin, 1981, pp. 10–11) [V via secundária; tradução do estudo]. Um verbo sem sujeito: o ser que se diz sem ninguém que o diga [leitura do estudo].

A experiência desse ser sem ente é a noite. Levinas escreve que “a noite é a própria experiência do há”, que “a escuridão da noite, que não é um objeto nem a qualidade de um objeto, invade como uma presença”, que “não há discurso. Nada responde” e que “o que se denomina de eu é, ele mesmo, submergido pela noite, invadido, despersonalizado, sufocado por ela” (Papirus, p. 68; Vrin, pp. 94–95) [V via secundária]. Não é coisa, nem qualidade, nem hora do relógio. O horror que ela traz não é medo de ameaça: “O roçar do há é o horror” (Vrin, p. 98), e nele “nada se aproxima, nada vem, nada ameaça” (pp. 96 e 110); “o ser não tem portas de saída” (Papirus, p. 74). O *há* traz ainda uma ausência: “a noção do há nos reconduz à ausência de Deus, à ausência de todo ente” (p. 71) [V via secundária; tradução do estudo].

A insônia é a forma dessa experiência que mais importa aqui, e a palavra de Levinas é *veille*. Os tradutores variam: a edição da Papirus traz “vela-se” e “vigília”; a da Vozes, “despertar” e, às vezes, “vigiar”. O estudo diz “velar” e “vigília”, em minúscula, para *veiller* e *veille*, e marca a palavra da tradução quando a cita; a “Vigília” com maiúscula é o elemento do cânon. Levinas diz: “vela-se quando não há mais nada a velar, e apesar da ausência de toda razão de velar” (Papirus, p. 79). Essa vigília não tem objeto nem sujeito: “A vigilância é absolutamente vazia de objetos” (Vrin, p. 110), e a que “mantém abertos nossos olhos, não tem sujeito” (Papirus, p. 80). A frase central é “É a própria noite que vela. Vela-se [*Ça veille*]” (Papirus, p. 80); em 1982, “Eu não velo: ‘isso’ vela” (*Ética e infinito*, Fayard/Radio-France, p. 47) [V via secundária; tradução do estudo].

No acontecimento impessoal do *há*, Levinas introduz “não a noção de consciência, mas a vigília” (Vrin, p. 111) [V via secundária]. Para Knowles, a consciência participa da vigília e não a funda [V via secundária; paráfrase]. Em *O tempo e o outro* a insônia é um tempo sem começo: “Só os ruídos exteriores, que podem marcar a insônia, introduzem começos”; “é sempre o mesmo presente ou o mesmo passado que dura” (Quadrige, 1983, p. 27) [V via secundária; tradução do estudo]. Para sair do *há*, escreve ele em 1982, “é necessário não se pôr, mas se depor” (*Ética e infinito*, pp. 42–43; página a confirmar) [V via secundária].

A tradição lê o *há* por resumos de artigos, que o estudo apenas registra. Para Sealey, o *há* pesa mais do que o Outro pessoal, e é preciso reconhecer “the underlying horror” do encontro ético (*Levinas Studies* 5, 2010; *Continental Philosophy Review* 46/3, 2013) [V via secundária; artigo a confirmar]. Para Sebbah, a vigília dá acesso ao *há* (*Intellectica* 66, 2016) [V via secundária]. Da noite sem sujeito, Levinas sai por um acontecimento, e é ele que a seção seguinte descreve.

2.3 A hipóstase e a solidão do existir

Do *há* não se sai por argumento; sai-se por um acontecimento, a hipóstase. Levinas diz: “Sobre o fundo do há surge um ente”; a hipóstase é “a suspensão do há anônimo” e “designa o evento pelo qual o ser expresso por um verbo torna-se um ser designado por um substantivo” (*Da existência ao existente*, Papirus, p. 100); “Alguém existe e assume o ser, doravante seu ser” (Vrin, p. 141) [V via secundária]. Começa alguém. A palavra é “suspensão”: o *há* não é abolido [leitura do estudo]. Quem começa, porém, fica preso a si: “A hipóstase, pelo fato de participar do há, descobre-se como solidão” (Papirus, p. 101); “o eu tem sempre um pé preso à sua própria existência” (Vrin, p. 143) e, em *O tempo e o outro*, “pode-se trocar tudo entre os seres, salvo o existir” (Quadrige, p. 21) [V via secundária; tradução do estudo].

O peso de existir se mostra antes de qualquer ato, na preguiça, “impossibilidade de começar” (Papirus, p. 26), e no cansaço, “distanciamento constante e crescente do ser em relação àquilo a que fica preso” (p. 32) [V via secundária]. A solidão, aqui, não é tristeza: é que o existir não se reparte. A saída não será troca nem conhecimento, que supõem o mesmo eu preso a si [leitura do estudo]. Levinas a procura no tempo, e o tempo será o outro.

2.4 O tempo é o outro: morte, fecundidade, as gerações

O tempo e o outro dá a tese em uma linha. Nela aparece outrem, palavra com que o estudo traduz *autrui*, o outro homem. Levinas diz: “o tempo não é o fato de um sujeito isolado e só, mas a relação mesma do sujeito com outrem” (Quadrige, 1983, p. 17); “não defino o outro pelo porvir, mas o porvir pelo outro” (p. 71); “A situação de face a face seria o cumprimento mesmo do tempo” (p. 69) [V via secundária; tradução do estudo]. A insônia de 2.2 é o contrário: um presente que dura; aqui, um futuro que o sujeito não faz [leitura do estudo]. A morte é o modelo desse futuro: “O desconhecido da morte significa que a relação mesma com a morte não pode se fazer na luz” (Fata Morgana, 1979, p. 56); ela é “um futuro puro” (p. 85) [V via secundária]. Relacionar-se com ela não é saber [leitura do estudo].

Se a morte fecha o sujeito, o filho o abre [leitura do estudo]. Levinas diz: “A paternidade não é simplesmente uma renovação do pai no filho e sua confusão com ele” (*O*

tempo e o outro, Fata Morgana, 1979, p. 87) [V via secundária].

Em *Totalidade e Infinito* a fecundidade recebe outro nome e outra medida: “A relação com o filho, ou seja, a relação com o Outro, não poder, mas fecundidade”; “o tempo infinito não traz uma vida eterna a um sujeito que envelhece” (Edições 70, 1980, p. 246) [V via secundária]; “O eu é, no filho, outro” e “um ser capaz de outro destino que o seu é um ser fecundo” (ed. espanhola, Sígueme, 1977, pp. 276 e 289); “Não há, pois, continuidade no ser. O tempo é descontínuo” (p. 291) [V via secundária; tradução do estudo]. A fecundidade é transcendência sem imortalidade do sujeito: o futuro que se abre não prolonga quem envelhece. O “tempo infinito” assim nomeado é o das gerações, e nenhum sujeito o possui [leitura do estudo; o termo “gerações” não consta das passagens reunidas].

2.5 A separação, o gozo, a morada e a hospitalidade

Totalidade e Infinito abre sob uma suspeita. Levinas diz: “Facilmente se concordará que importa muitíssimo saber se não nos iludiremos com a moral” (Prefácio, p. 9). A resposta é uma ótica sem imagem — “a ética é uma óptica” (p. 11); em Lingis, “a ‘vision’ without image” (p. 23) [V-en] — e um programa: “Este livro apresentará a subjectividade como acolhendo Outrem, como hospitalidade” (p. 14). Mas acolher supõe um alguém, e esse alguém se forma na separação, que começa no gozo: “A separação é, em primeiro lugar, própria de um ser que vive algures, de alguma coisa, isto é, que frui” (p. 193). O nome que Levinas dá a essa independência é ateísmo, termo técnico: “uma posição anterior tanto à negação como à afirmação do divino, a ruptura da participação a partir da qual o eu se apresenta como o mesmo e como eu” (p. 46) [V-pt]. Não é tese sobre Deus [leitura do estudo].

A morada é o lugar da separação. “Morar não é precisamente o simples facto da realidade anónima de um ser lançado na existência como uma pedra […]. É um recolhimento, uma vinda a si, uma retirada para sua casa como para uma terra de asilo, que responde a uma hospitalidade, a uma expectativa, a um acolhimento humano” (p. 138). Quem acolhe na casa é o feminino: o Outro “cuja presença é discretamente uma ausência” é a Mulher, “condição do recolhimento, da interioridade da Casa e da habitação” (p. 138), e “a ausência empírica do ser humano de ‘sexo feminino’ numa morada nada altera à dimensão de feminidade” (p. 140) [V-pt].

O feminino em Levinas foi lido criticamente desde cedo. Beauvoir, no prefácio de *O segundo sexo*, censurou *O tempo e o outro* (1948) por entender o feminino como o outro do masculino [V via secundária]; a crítica é a outro livro, anterior a *Totalidade e Infinito*, e o estudo a registra sem estendê-la ao passo citado. Sandford discute o feminino em Levinas em *The Metaphysics of Love* (2000) [tese a confirmar].

A separação, porém, supõe o Outro. “A habitação e a intimidade da morada que torna possível a separação do ser humano supõe assim uma primeira revelação de Outrem.

[…] A luz do rosto é necessária à separação” (p. 134); “nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada: o recolhimento numa casa aberta a Outrem — a hospitalidade — é o facto concreto e inicial do recolhimento humano e da separação” (p. 154) [V-pt]. Fechar a casa é possível, e “atesta a verdade absoluta, o radicalismo da separação” (p. 154). Na ordem da exposição a separação vem primeiro; na ordem do que a torna possível, vem antes o acolhimento [leitura do estudo].

2.6 O rosto: expressão, “não cometerás assassínio”, a resistência ética

Levinas diz que o rosto não é imagem: “O rosto é uma presença viva, é expressão […] O rosto fala. A manifestação do rosto é já discurso” (*Totalidade e Infinito*, p. 53); “não é, pois, cor dos olhos, forma do nariz, frescor das faces, etc.” (*Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, p. 297) [V-pt]. Lendo Grossman, Levinas vê na nuca de quem espera numa fila “toda a fraqueza” e a mortalidade “nua e desarmada do outro” (mesmo passo) [paráfrase, com palavras da fonte entre aspas]. O rosto “significa por si próprio, a sua significação precede a *Sinngebung*” (*Totalidade e Infinito*, pp. 239–240) [V-pt]: nenhum contexto, nenhum ato doador do eu lhe dá sentido.

A relação com o rosto é ética porque o outro é aquele que se pode querer matar: “Outrem é o único ser que eu posso querer matar” (p. 177); “Esse infinito, mais forte do que o assassínio, resiste-nos já no seu rosto, é o seu rosto, é a expressão original, é a primeira palavra: ‘não cometerás assassínio’ […] a resistência do que não tem resistência — a resistência ética” (p. 178) [V-pt]. A interdição não se acrescenta ao rosto: é o que ele diz primeiro. Também não é lei do ser: “O assassínio é, é verdade, um fato banal: pode-se matar outrem; a exigência ética não é uma necessidade ontológica” (*Ética e infinito*, ed. francesa, Fayard, 1982, p. 91) [V via secundária; tradução do estudo].

O rosto obriga pelo apelo: “O ser que se exprime impõe-se, mas precisamente apelando para mim da sua miséria e da sua nudez — da sua fome — sem que eu possa ser surdo ao seu apelo […] na expressão, o ser que se impõe não limita, mas promove a minha liberdade, suscitando a minha bondade” (*Totalidade e Infinito*, p. 179). A altura do Outro é a do pobre: a epifania “consiste em solicitar-nos pela sua miséria no rosto do Estrangeiro, da viúva e do órfão” (p. 64); “No rosto, Outrem exprime a sua eminência, a dimensão de altura e de divindade donde descende” (p. 241) [V-pt]. O vocabulário bíblico é material do autor: registra-se, não se adota. A altura é de apelo, não de poder [leitura do estudo]. Se o rosto de quem inflige o mal ainda é rosto, o próprio Levinas respondeu de duas maneiras (ver 2.9).

2.7 A ética como filosofia primeira; assimetria e altura; contra Buber

A tese que decorre disso é a primazia da ética. Levinas diz: “A metafísica precede a ontologia” (*Totalidade e Infinito*, pp. 29–30), onde “metafísica” nomeia a relação com o

Outro; “A moral não é um ramo da filosofia, mas a filosofia primeira” (p. 284) [V-pt]; “A filosofia primeira é uma ética” (*Ética e infinito*, ed. francesa, Fayard, 1982, pp. 81–82) [V via secundária; tradução do estudo].

A relação é assimétrica, e a igualdade vem depois: “No acolhimento do rosto (acolhimento que é já a minha responsabilidade a seu respeito e em que, por consequência, ele me aborda a partir de uma dimensão de altura e me domina), instaura-se a igualdade […] ou a igualdade não é mais do que uma ideia abstracta e uma palavra” (*Totalidade e Infinito*, p. 192). O eu se põe “ao mesmo tempo como mais e como menos do que o ser que se apresenta no rosto. Menos, porque o rosto me chama às minhas obrigações e me julga […] Mais, porque a minha posição de eu consiste em poder responder à miséria essencial de outrem” (p. 193). E é eleito: “O eu é um privilégio ou uma eleição”; “Não poder esquivar-se — eis o eu” (p. 223) [V-pt].

É aqui que Levinas se separa de Buber, com deferência declarada. Em *Totalidade e Infinito* ele pergunta: “Pode-se perguntar, contudo, se o *tutoiement* não coloca o outro numa relação recíproca, e se essa reciprocidade é primordial”, e acrescenta: “Esta obra não tem a pretensão ridícula de ‘corrigir’ Buber nesses pontos” (trad. Lingis, pp. 68–69) [V-en; tradução do estudo]. Em *Entre nós*, na entrevista de 1982 “Filosofia, justiça e amor” [ano por via secundária; a conferir no Anexo do impresso], ele é mais direto: “a relação com outrem não é simétrica, não é absolutamente como em Martin Buber […] na relação ao Rosto, o que se afirma é a assimetria: no começo, pouco me importa o que Outrem é em relação a mim, isto é problema dele; para mim, ele é antes de tudo aquele por quem eu sou responsável” (p. 145); “aquele que andou sobre o terreno de Buber deve obrigação de fidelidade a Buber, mesmo que não soubesse onde se achava” (p. 162) [V-pt].

A forma mais forte vem de *Ética e infinito*: “sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me custe a vida. A recíproca é assunto dele” (ed. francesa, Fayard, 1982, p. 105; Livre de Poche, 1984, p. 94 ss.; Edições 70: a confirmar) [V via secundária; tradução do estudo]. O alvo é a reciprocidade tomada como ponto de partida; ela entrará com o terceiro (ver 2.9) [leitura do estudo].

A tradição lê aqui um desacordo. Derrida, em “Violence et métaphysique” (1964), sustenta que afirmar filosoficamente o outro, além da existência subjetiva, arrisca sair do discurso filosófico (*A escritura e a diferença*, Perspectiva, 4ª ed., 2014, p. 176 ss.) [V via secundária; paráfrase]. Ricoeur chama de “hipérbole” a separação e a exterioridade de Levinas (*O si-mesmo como um outro*, Papirus, 1991, p. 392) [V via secundária]. O capítulo 6 abrirá essa porta.

2.8 O dizer, o *eis-me aqui*, a substituição e o refém

Nos textos da maturidade, a responsabilidade deixa de ser relação que o eu estabelece e passa a ser o que o constitui [leitura do estudo]. Levinas diz: “saudar outrem é

já responder por ele"; "Dizer: eis-me aqui. Fazer alguma coisa por um outro. Dar. Ser espírito humano é isso" (*Ética e infinito*, ed. francesa, Fayard, 1982, pp. 92–93 e 103–104) [V via secundária; tradução do estudo]; "Responsabilidade anterior à deliberação e à qual fui exposto e votado antes de ser votado a mim mesmo" (*Entre nós*, "Diacronia e representação", §3, p. 219) [V-pt]; "A subjetividade não é um para si; ela é, mais uma vez, inicialmente para um outro" (*Ética e infinito*, pp. 103–104; página por frase a confirmar) [V via secundária; tradução do estudo].

Daí a passividade: "Nada há de mais passivo que este estar em causa anterior a toda liberdade […] A proximidade não é consciência de proximidade. Ela é a obsessão" (*Entre nós*, "Um Deus homem?", p. 91) [V-pt]. A ordem se acha na resposta, não antes: "ordem que encontro na minha própria resposta, a qual, como sinal feito ao próximo, como 'eis-me aqui', me fez sair da invisibilidade, da sombra onde a responsabilidade poderia ter sido eludida" (*De outro modo que ser*, Livre de Poche, pp. 234–235) [V via secundária; edição a confirmar; tradução do estudo]. No extremo está a substituição: "o eu voltado a si, responsável pelo Outro — isto é, refém de todos — isto é, substituto de todos por sua própria não intercambialidade […] sou responsável por eles sem me preocupar com a responsabilidade deles a meu respeito" (*Humanismo do outro homem*, ed. espanhola, Siglo XXI, 2005, pp. 110–111) [V-es; tradução do estudo].

O refém é nome do si: "O si é a passividade aquém da identidade, passividade do refém" (*Entre nós*, "Um Deus homem?", p. 92); "Ser eu é sempre ter uma responsabilidade a mais" (p. 93). Mas o texto limita o que diz: "A idéia de refém, de minha expiação pelo Outro […] não pode estender-se além de mim […] Só eu é que posso, sem crueldade, ser designado como vítima" (p. 93) [V-pt]. O refém é a condição do eu, não exigência que o eu faça ao outro [leitura do estudo]. Há também o "temor por tudo o que meu existir, apesar da inocência de suas intenções, corre o risco de cometer como violência e usurpação" (*Entre nós*, "Diacronia e representação", §3, p. 218) [V-pt].

A insônia de 2.2 volta, então, com outro sentido. Em *De outro modo que ser*, ela é "a absoluta impossibilidade de se esquivar e de se distrair" (Nijhoff, 1974, p. 118) [V via secundária; tradução do estudo]. Em *De Deus que vem à ideia*, o Outro está no Mesmo "que não aliena o Mesmo, mas precisamente o desperta", numa vigília "sem intencionalidade, desinteressada", e "A vigilância deve vestir-se de justiça" (ed. francesa, Vrin, 1982, pp. 98–99) [V via secundária; tradução do estudo].

A vigília ganha ainda o sentido de responsabilidade. Em *La mort et le temps*: "Esse manter-se desperto, pensado concretamente e até a sua ênfase, é responsabilidade por outrem" (pp. 25–26; edição a confirmar) [V via secundária; tradução do estudo]. E em "A filosofia e o despertar": "Despertar a partir do outro – que é Outrem – o qual, sem interrupção, questiona a prioridade do Mesmo" (*Entre nós*, Vozes, 2ª ed., 2005 [a

confirmar], p. 124) [V via secundária]. Dois movimentos para uma palavra: a vigília que ninguém vela e a vigília que o Outro desperta [leitura do estudo].

2.9 O terceiro, a justiça, o Estado e a pequena bondade

Até aqui há dois, o eu e o outro. Levinas diz que há sempre um terceiro, e que ele já está no rosto: "O terceiro me olha nos olhos de outrem — a linguagem é justiça" (*Totalidade e Infinito*, trad. Lingis, p. 213) [V-en; tradução do estudo]. "Se ele fosse meu único interlocutor, eu só teria tido obrigações! […] sempre há no mundo um terceiro: ele também é meu outro, meu próximo. […] Os homens, os incomparáveis, não devem eles ser comparados? Neste caso a justiça é, pois, anterior à assunção do destino do outro" (*Entre nós*, "Filosofia, justiça e amor", pp. 143–144) [V-pt]; a justiça é a "comparação daquilo que, em princípio, é incomparável" (mesmo passo).

É com o terceiro que a reciprocidade entra. A responsabilidade, diz Levinas, "é originalmente sem reciprocidade, pois traria o risco de comprometer sua gratuidade ou graça, ou caridade incondicional. Mas a ordem da justiça […] surge não para restabelecer esta reciprocidade entre o eu e seu outro, mas por causa do terceiro que, ao lado deste que me é um outro, me é 'também um outro'. […] é necessária a reciprocidade dos deveres e dos direitos" (*Entre nós*, "O outro, utopia e justiça", 1988, p. 293). "Se não houvesse ordem de justiça, não haveria limite para minha responsabilidade" ("Filosofia, justiça e amor", p. 145) [V-pt]. A assimetria é a situação do eu no face a face; a reciprocidade pertence à ordem da justiça [leitura do estudo].

O Estado, nessa ordem, tem medida: "Um Estado em que a relação interpessoal é impossível […] é um Estado totalitário. Há, pois, limite para o Estado" ("Filosofia, justiça e amor", p. 146). E a justiça tem má consciência: "Ela sabe que não é tão justa quanto é boa a bondade que a suscita. Contudo, quando ela a esquece, corre o risco de soçobrar num regime totalitário e stalinista" ("O outro, utopia e justiça", p. 294). Lendo Grossman, Levinas chama de pequena bondade o que "se perde e se deforma desde o momento em que procura ser organização e universalidade e sistema […] Ela permaneceria, contudo, o único refúgio do Bem no Ser. Invicta, esta pequena bondade sofre a violência do Mal, que não poderia nem vencer nem expulsar" (pp. 294–295) [V-pt].

Resta o rosto de quem inflige o mal, sobre o qual Levinas respondeu duas vezes. Em 1982: "o 'carrasco' é aquele que ameaça o próximo e, neste sentido, chama a violência e já não tem Rosto" ("Filosofia, justiça e amor", p. 145). Em 1988, sobre se um SS tem rosto: "Questão perturbadora que postula, a meu juízo, uma resposta afirmativa. […] Mesmo em relação àqueles cuja 'crueldade' jamais passou por um tribunal, a justiça continua a ser exercida" ("O outro, utopia e justiça", p. 296) [V-pt]. As respostas não coincidem à primeira vista, e o estudo as registra sem harmonizá-las [leitura do estudo]. A tradição lê o terceiro como o ponto em que o ético passa ao político: Critchley pergunta se a dedução da

política a partir da ética, “from autrui to le tiers”, não poderia dar-se de outro modo (*Political Theory* 32/2, 2004, p. 177) [V via secundária].

2.10 O sofrimento inútil e o fim da teodiceia

Levinas diz que o sofrimento, em seu fenômeno próprio, não serve a nada: “Que no seu fenômeno próprio, intrinsecamente, o sofrimento seja inútil, seja ‘por nada’, é o mínimo que dele se possa dizer” (*Entre nós*, “O sofrimento inútil”, p. 130). “[…] a teodicéia — ignorando o nome que Leibniz lhe deu em 1710 — é tão antiga quanto certa leitura da Bíblia”, e “A desproporção entre o sofrimento e toda a teodicéia mostra-se em Auschwitz com uma clareza que ofusca os olhos” (p. 136). Daí esta frase: “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” (p. 138) [V-pt].

A assimetria vale também aqui: “o sofrimento pelo sofrimento inútil de outro homem, o justo sofrimento em mim pelo sofrimento injustificável de outrem, abre sobre o sofrimento a perspectiva ética do inter-humano. […] faz-se uma diferença radical entre o sofrimento em outrem […] imperdoável e me solicita e me chama, e o sofrimento em mim, minha própria aventura do sofrimento, cuja inutilidade constitucional ou congênita pode tomar um sentido, o único de que o sofrimento seja susceptível, tornando-se um sofrimento pelo sofrimento, mesmo inexorável, de alguém” (pp. 132–133) [V-pt]. O sofrimento do outro segue inútil e imperdoável; o meu só ganha sentido como sofrimento pelo dele [leitura do estudo, a partir do texto]. Daí uma fé “sem teodicéia” e uma compaixão que é “um sofrimento não-inútil (ou amor)” (p. 140) [V-pt].

A bibliografia indica, para o tema, Chalier, que cita a frase da justificação da dor em *La persévérance du mal* (Cerf, 1987) [V via secundária], e Bernstein e Davies, em *The Cambridge Companion to Levinas* (2002) [tese a confirmar]. Em *De outro modo que ser*, Levinas escreve: “um sofrimento ‘por Deus’ que sofre do meu sofrimento. Rastro ‘anárquico’ de Deus na passividade” (Nijhoff, 1979, p. 150) [V via secundária; tradução do estudo]. O estudo cita a passagem como está e não a interpreta.

2.11 O rastro, a ileidade, o Deus que vem à ideia; o judaísmo como material

Em Levinas, Deus não vem antes da ética; vem por ela [leitura do estudo]. Levinas diz: “Um Deus invisível significa não apenas um Deus inimaginável, mas um Deus acessível na justiça. A ética é a ótica espiritual” (*Totalidade e Infinito*, trad. Lingis, p. 78) [V-en; tradução do estudo]. O modo é o rastro: “Ele só se mostra por seu rastro, como no capítulo 33 do Êxodo” (“La trace de l'autre”, 1963, pp. 605–623 (artigo); página da frase a confirmar) [tradução do estudo]. Na leitura de Cohen-Lévinas (*Le silence du nom*), “ir a Ele não é seguir esse rastro […]; é ir aos Outros que se mantêm no rastro da ileidade” [V via secundária; tradução do estudo].

Levinas diz ainda: “Eu a chamo vestígio. Mas o vestígio não é uma palavra a mais: é a proximidade de Deus no rosto do meu próximo”; “Ele é Ele, Eleidade” (*Entre nós*, “Um Deus homem?”, pp. 89–90) [V-pt]. O Vozes traduz *trace* por “vestígio” e *illéité* por “Eleidade”; o estudo diz “rastro” e “ileidade” em sua própria voz e nas suas traduções, e “vestígio” e “Eleidade” só dentro das aspas do Vozes. De *De Deus que vem à ideia*, Levinas diz ser “uma tentativa (fora de toda teologia) de indagar em que momento se escuta a palavra de Deus. Ela está inscrita no Rosto de Outrem […] todo o lado consolador desta ética deixo-o para a religião” (“Filosofia, justiça e amor”, p. 149) [V-pt].

O judaísmo é aqui material de pensamento, e Levinas o nomeia sem impô-lo: “Não entro teologicamente nesta questão. Descrevo a ética, é o humano, enquanto humano” (p. 149); “sou responsável por outrem, mesmo quando pratica crimes. Isto é para mim o essencial da consciência judaica. Mas penso, também, que é o essencial da consciência humana” (p. 148) [V-pt]. A bibliografia indica Chalier (*Judaïsme et altérité*, 1982; *Lévinas: l'utopie de l'humain*, 1993) para o judaísmo de Levinas como material [tese a confirmar]. Indica ainda a recepção brasileira (Susin, Pelizzoli, Ribeiro Júnior, Haddock-Lobo) [tese a confirmar; obras não consultadas]. Em “Une religion d'adultes” há “esse Deus que vela a face e abandona o justo à sua justiça sem triunfo” (*Difícil liberdade*, Albin Michel; página a confirmar) [tradução do estudo]; *se voile la face* é cobrir a face, e nada tem a ver com o velar da vigília.

2.12 O que um leitor do Lumen Fluens deve levar daqui

Aqui, Levinas foi apenas exposto. O leitor do Lumen Fluens leva daqui um ponto de contato por elemento do cânon. Na Vigília, a palavra de Levinas é *veille*; de onde ela nasce é a questão (f), e se a noite do *há* é a do cânon, a (o). No Abrigo, a hospitalidade chega, em Levinas, ao refém; até onde o Abrigo chega é a (m). Na Bússola, a pergunta em primeira pessoa encontra o chamado do Outro. Nas Águas Comuns, a assimetria e a reciprocidade do terceiro tocam a (n). Na Lux, que a decisão n.º 3 (decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII) põe antes do Abrigo, o valor vem antes de qualquer relação, e o eu de Levinas é eleito pelo Outro [hipótese do estudo]. A Luz fica sem nome; o judaísmo de Levinas é material do pensamento dele. O capítulo 3 procura onde o cânon caminha ao lado de Levinas; o 3, onde se separa.

3 ONDE NOS TOCAMOS

O capítulo anterior ouviu Levinas sem objetar. Este procura, sem forçar, o que no cânon já anda ao lado dele: em cada contato a letra dos dois lados vem primeiro, e só depois a leitura do estudo. São sete contatos, e cada seção diz no início o que vai ver e termina onde o contato acaba. Coincidência de palavra não é identidade de sentido: “rosto”, “refém”, “altura” e *há* não são letra do cânon, e nenhuma seção os atribui a ele. O que o estudo pergunta ao fundador vem nomeado pela letra e reunido em 6.3.

3.1 A Vigília e a vigilância

Esta seção compara o velar de Levinas e o da Vigília quanto a razão, objeto e dono.

Em *Da existência ao existente*, o velar é o que resta quando nada mais resta a que se voltar: “vela-se quando não há mais nada a velar, e apesar da ausência de toda razão de velar”. A insônia não tem dono — “É a própria noite que vela. Vela-se [*Ça veille*]” —, e a vigília “que mantém abertos nossos olhos, não tem sujeito” (Papirus, pp. 79–80; ver 2.2) [V via secundária]. Tampouco tem objeto: “A vigilância é absolutamente vazia de objetos” (Vrin, p. 110) [tradução do estudo] [V via secundária]. Depois a mesma palavra muda de dono: em “A filosofia e o despertar”, o despertar vem “a partir do outro — que é Outrem” (*Entre nós*, p. 124; ver 2.8) [V-pt].

O cânon dá à Vigília um verbo e vizinhos. O verbo: “Ela vela: recusa-se a apagar” (Cânon v1.2, “A Vigília”). Os vizinhos: “Velar não é vigiar nem esperar. Quem vigia guarda-se do que virá; quem espera conta com o que virá; quem vela não faz depender a luz do que virá — permanece desperto no escuro” (Tratado da Vigília, “Definição”). A noite é “o mal que ninguém causou” (Cânon v1.2, “A Vigília”), e nela “o ‘para quê’ volta sem resposta” (Tratado da Vigília, “Definição”). O que desperta quem vela, o cânon não diz: o Tratado deixa nomeada, sem decidir, a pergunta de onde a Vigília nasce (questão (f); ver 4.2).

O estudo vê um toque e uma diferença. O toque é a falta de razão e de objeto: o “para quê” que volta sem resposta, e um velar que não faz depender a luz do que virá, estão perto do velar “apesar da ausência de toda razão de velar” e da vigilância “vazia de objetos”. A diferença é de gramática. Em Levinas o primeiro velar é sem velador, *ça veille*, e só depois o Outro desperta o Mesmo; no cânon quem vela é a luz, e vela porque “recusa-se a apagar”: a recusa é um ato [leitura do estudo].

Uma conferência de passagem: o *Wachen* que o Estudo VII registrou (6.5) está em *Entre nós*, p. 124, onde a redução husserliana “descreve o despertar, para além do conhecimento, à insônia ou à vigília (ao *Wachen*) cujo conhecimento não é senão uma das modalidades” [V-pt]. Sobre “vigiar” e *veille*, ver 1.2.

O contato é, portanto, de palavra e de gesto, e não ainda de noite: a noite de Levinas é o ser que não cessa, e a do cânon é o mal que ninguém causou. Se as duas são uma só, o estudo pergunta ao fundador na questão (o) (ver 4.4 e 7.3) [leitura do estudo].

3.2 O Abrigo e a casa aberta

A casa existe para quem chega, em Levinas e no Abrigo; a seção vê até onde vai essa vizinhança e corrige o Estudo VII sobre a ordem entre a casa e o encontro.

Em *Totalidade e Infinito*, morar é "uma retirada para sua casa como para uma terra de asilo, que responde a uma hospitalidade" (Edições 70, p. 138) [V-pt]. A casa, porém, nasce aberta: "nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada" (p. 154) [V-pt]. A própria morada "supõe assim uma primeira revelação de Outrem", e "A luz do rosto é necessária à separação" (p. 134) [V-pt] (ver 2.5).

O Abrigo tem por mote "Sê casa para o outro" (*Sis alteri domus*) e "diz o que oferecemos a quem chega até nós": quem vive o Lumen Fluens "se compromete a ser lugar seguro no rio: braços onde o cansado descansa, casa para quem está cansado de estar só […]". A ordem está dita: "A Bússola protege a minha luz; o Abrigo a oferece. Uma filosofia que só protege a própria luz vira lamparina de museu" (Cânon v1.2, "O Abrigo"). Há também o recolhimento legítimo: "Retirar-se não é represar" (Cânon v1.2, "As Águas Comuns"). A Disputatio lê o Abrigo como "dever ativo, não tolerância passiva", sem lhe medir o alcance (Disputatio, 3, "Respondeo"; 4, "ad tertium").

Na tradição, Derrida lê *Totalidade e Infinito* como um tratado sobre a hospitalidade, "treatise on hospitality" na versão inglesa de *Adieu à Emmanuel Lévinas* (p. 21) [V via secundária]. Hospitalidade é palavra de Levinas e do seu leitor; o Abrigo não a usa, e o seu endereço é quem chega. Chamá-lo de hospitalidade é glosa do estudo, com apoio na forma: nos dois lados a casa existe para quem chega, e o risco é o mesmo, o de uma luz só protegida (a "lamparina de museu") ou o de uma casa fechada [leitura do estudo].

Cabe aqui uma correção ao Estudo VII, que leu que, em Levinas, "a separação, a casa, precede o encontro, o que favorece a ordem Lux → Abrigo" (Estudo VII, 5.5). A letra de Levinas pede nuance: a morada "supõe" a revelação de Outrem, e a hospitalidade é o fato "inicial" do recolhimento (ver 2.5). Isso não contradiz a decisão n.º 3, uma das decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII. Nela a Lux vem antes do Abrigo, e o olhar do outro "pode ser o primeiro a vê-la" (ver 4.1). Mas a letra de Levinas também não a apoia sem mais: Levinas diz que a interioridade *supõe* o Outro; a decisão diz que o Outro *pode* ver a luz que já estava [leitura do estudo].

Fica registrada uma coincidência de palavra, e só isso. Em Levinas, o acolhimento da casa vem de um Outro cuja presença é "discretamente uma ausência", e o texto o nomeia "a Mulher" (*Totalidade e Infinito*, p. 138) [V-pt]; Beauvoir discutiu o tema [V via secundária], e a bibliografia aponta Sandford [tese a confirmar]. No cânon, "o retiro é

discreto, e guarda a luz para devolvê-la ao fluxo” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”), e o Tratado das Águas Comuns define: “Discreto é o que não grita a própria ausência” (“Objeção provável e resposta breve”, segunda objeção). O estudo toma a palavra; não toma o feminino de Levinas, nem o procura no cânon [leitura do estudo].

O Abrigo é compromisso com quem chega, sem limite declarado, e em Levinas a responsabilidade chega à “passividade do refém” (*Entre nós*, “Um Deus homem?”, p. 92) [V-pt]. Se o Abrigo vai até aí, o estudo pergunta ao fundador na questão (m) (ver 4.5 e 7.3). E a “luz do rosto”, que Levinas faz “necessária” à separação, não é a Lux, “dada antes de qualquer relação” (decisão n.º 3; ver 4.1) [leitura do estudo].

3.3 A luz devida ao outro e a primeira palavra do rosto

Nos dois lados há algo devido ao outro; a seção pergunta de onde vem a dívida e o que cada letra faz com ela.

Para Levinas o rosto não é fisionomia, e sim expressão, e nele o infinito “é a expressão original, é a primeira palavra: ‘não cometerás assassínio’”; a sua resistência é “a resistência do que não tem resistência — a resistência ética” (*Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 178) [V-pt]. Essa palavra não é lei do ser: o assassínio é “um fato banal”, e “a exigência ética não é uma necessidade ontológica” (*Ética e infinito*, Fayard, 1982, p. 91) [tradução do estudo] [V via secundária] (ver 2.6).

No cânon a letra é uma frase: “O lobo é o mal que alguém inflige — diante dele não se vela: resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro” (Cânon v1.2, “A Vigília”). A luz que se deve é a de cada um, pois cada luz “é intrínseca — não relativa, não comparativa, não sujeita a ranking” (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”). A letra funda, assim, a dívida — “porque há uma luz devida ao outro” — e deixa aberta só a origem da luz, “questão que o cânon deliberadamente deixa em aberto, respeitando a independência confessional” (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”). “Rosto” e “matar” não ocorrem nas fontes do cânon, e a letra tem dever, não interdito.

O contato é este: nos dois lados há algo devido ao outro antes de qualquer pacto, e o que o torna devido é o outro tal como está, exposto ao mal. Em Levinas o que se deve é não matar, e o rosto o diz; no cânon o que se deve é justiça, “porque há uma luz devida ao outro”. Duas coincidências menores: em nenhum dos dois a dívida impede o crime (Levinas chama o assassínio de “um fato banal”; o cânon só distingue o lobo da noite porque o lobo existe), e a “resistência ética” do rosto, que resiste sem força, ecoa o “resiste-se” de quem enfrenta o lobo [leitura do estudo].

Levinas dá à dívida uma origem declarada, a primeira palavra do rosto, que interdita; o cânon a funda no que o outro tem, uma luz “intrínseca”, e deixa a origem dessa luz fora da letra. O que em Levinas se diz pelo que o rosto ordena, o cânon diz pelo que o outro tem [leitura do estudo].

Ficam vizinhas a questão (f), se a Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela (ver 4.2), e a questão (s), se o cânon quer declarar o princípio ético que sustenta o seu dever (ver 3.4 e 7.3).

Sobre quem inflige o mal, Levinas diz que o "carrasco" "já não tem Rosto" (*Entre nós*, p. 145) e também que a pergunta se um SS tem rosto "postula, a meu juízo, uma resposta afirmativa" (p. 296) [V-pt] (ver 2.9); o estudo não as concilia, e o cânon define o lobo pela autoria. Fica por último a diferença mais funda: a luz é devida porque é intrínseca, e o rosto obriga porque aborda "a partir de uma dimensão de altura" (*Totalidade e Infinito*, p. 192; ver 4.3) [V-pt] [leitura do estudo].

3.4 O fim da teodiceia e a fórmula do VII

Aqui se compara a recusa da teodiceia: o que cada lado recusa, em nome de quê e onde deixa o consolo.

Em "O sofrimento inútil", Levinas começa pelo mínimo: "Que no seu fenômeno próprio, intrinsecamente, o sofrimento seja inútil, seja 'por nada', é o mínimo que dele se possa dizer" (*Entre nós*, p. 130) [V-pt]. A teodiceia "é tão antiga quanto certa leitura da Bíblia", e a sua desproporção com o sofrimento "mostra-se em Auschwitz com uma clareza que ofusca os olhos" (p. 136) [V-pt]. Daí a frase citada no Estudo VII (3.2): "a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade" (p. 138) [V-pt]. No lugar da justificação fica a compaixão, "um sofrimento não-inútil (ou amor)" (p. 140) [V-pt] (ver 2.10).

O cânon tem as peças e tem um porquê. As peças são três decisões do fundador: a n.º 1, "o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia"; a n.º 6, pela qual a Vigília "não promete o que ele recusa — sentido ou redenção da dor", sendo "ele" Adorno; e a n.º 2, que responde à segunda pergunta da série com "uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer".

O porquê está no Tratado da Vigília. A pessoa na noite recebe quase sempre duas respostas, "e nenhuma olha para quem está ali"; a primeira "fala do fim", e a Vigília "não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela" (Tratado da Vigília, "O problema que responde"). Por isso a luz "não depende do fim para valer" (Tratado da Vigília, "Objeção provável e resposta breve", segunda objeção). O cânon recusa a teodiceia em nome de quem está na noite.

O encontro é o mais limpo do capítulo, e tem duas faces. A primeira é o endereço da recusa: o cânon recusa em nome de quem está na noite, e Levinas em nome do próximo cuja dor se pretenderia justificar; nos dois casos o olhar fica em quem sofre, e não no fim. A segunda é de forma: a luz "não precisa do fim para valer", e a compaixão é "sofrimento não-inútil" num mundo em que o sofrimento é inútil [leitura do estudo].

Levinas, porém, vai além da letra. Ele afirma que o sofrimento é inútil; o cânon diz só que a Vigília não promete sentido, e "não promete" não é "nega": o passo de uma coisa à outra não está no cânon. Há também diferença de escopo. A frase de Levinas nasce de Auschwitz, que o estudo lê, na língua do cânon, como lobo; mas o sofrimento que ele declara inútil é o sofrimento em geral, onde cabe a noite (Estudo VII, 5.5) [leitura do estudo].

A fronteira do consolo é vizinha da do Tratado. Levinas diz que "todo o lado consolador desta ética" ele o deixa "para a religião" (*Entre nós*, "Filosofia, justiça e amor", p. 149; ver 4.6) [V-pt]; o Tratado da Vigília deixa a manhã a quem a lê "na fé que professa" e deixa aberto se a própria presença consola, que é a questão (e). O que a letra do cânon não enuncia é o princípio ético que Levinas enuncia: a dor do próximo não se justifica. O estudo pergunta ao fundador se o cânon quer declarar esse princípio ao lado do porquê que a letra já dá: é a questão (s) (ver 7.3) [leitura do estudo].

Resta o sofrimento próprio, onde a vizinhança acaba. Levinas diz que ele "pode tomar um sentido, o único de que o sofrimento seja susceptível, tornando-se um sofrimento pelo sofrimento, mesmo inexorável, de alguém" (*Entre nós*, pp. 132–133) [V-pt]. Se o cânon admite isso sem trair a promessa da Vigília, "presença, não vitória" (Cânon v1.2, "A Vigília"), o estudo pergunta ao fundador na questão (p) (ver 4.6 e 7.3).

3.5 As Águas Comuns, a palavra verdadeira e a justiça que brota do amor

Em torno do terceiro, a seção vê a fala como bem comum, a justiça que nasce de uma bondade e o que "terceiro" designa em cada letra.

O terceiro, em Levinas, já está no rosto do outro: "O terceiro me olha nos olhos de outrem — a linguagem é justiça" (*Totalidade e Infinito*, tradução inglesa de Lingis, p. 213) [V-en] [tradução do estudo]. Com ele a responsabilidade, "originalmente sem reciprocidade", encontra a justiça, que surge "por causa do terceiro" (*Entre nós*, "O outro, utopia e justiça", p. 293; a passagem inteira está em 2.9 e 4.3) [V-pt].

A justiça, por sua vez, nasce de uma bondade: "A justiça brota do amor. […] O amor deve sempre vigiar a justiça" (*Entre nós*, "Filosofia, justiça e amor", p. 148) [V-pt; verbo francês de "vigiar" a confirmar]. A misericórdia entra pela mesma porta: numa discussão talmúdica, material que o estudo registra sem adotar, Levinas escreve que o "após-veredicto, com suas possibilidades de misericórdia, pertence ainda inteiramente — de pleno direito — à obra da justiça" (p. 295) [V-pt]. E a "pequena bondade", lida em Grossman, é "invicta" sem poder "vencer nem expulsar" o Mal (pp. 294–295; ver 2.9) [V-pt].

As Águas Comuns dizem o nós — "o terceiro devido — o nós, ao lado do eu e do tu" (Tratado das Águas Comuns, "Definição") — e dão-lhe matéria concreta: "A palavra verdadeira posta em circulação, a confiança honrada, a vez respeitada, o espaço comum cuidado — tudo isso é manutenção das águas" (Cânon v1.2, "As Águas Comuns").

A justiça tem lugar marcado e não tem texto: “a justiça devida diante do lobo e o modo de distingui-la da vingança: não está formulada, e fica para um tratado dedicado” (Tratado da Vigília, “Síntese”; igual em Tratado das Águas Comuns, “Síntese”). A Regra da Misericórdia “nunca falou do mal cometido contra outrem, apenas do fracasso da própria pessoa consigo mesma” (Disputatio, 4, “ad tertium”), e quem retoma é o rio, porque “a retomada é pertencimento, e não depende de outra pessoa” (decisão n.º 4).

O primeiro toque é a palavra: Levinas faz da linguagem o lugar da justiça, e o cânon põe a “palavra verdadeira posta em circulação” à frente dos bens que mantêm as águas. O cânon, porém, não define “palavra verdadeira”, e o estudo não lê nela o dizer de Levinas [leitura do estudo].

O segundo toque é o mais fundo: uma justiça que nasce de uma bondade e deve lembrar-se dela. O Cânon v1.2 não usa a palavra “amor”, mas diz que ao lobo se deve justiça por “uma luz devida ao outro” (ver 3.3): uma justiça que também nasce de algo devido ao outro, e que o cânon ainda não formulou. A “pequena bondade”, invicta e não vencedora, tem a forma da resposta adotada pelo fundador e da promessa da Vigília, “presença, não vitória” (Cânon v1.2, “A Vigília”). Mas o mal que Levinas lê em Grossman é de quem o inflige, isto é, lobo: a forma é comum, o objeto o estudo não iguala [leitura do estudo].

Há ainda três cuidados. O primeiro é de palavra: “misericórdia” coincide, com endereço diferente. Em Levinas pertence ao após-veredicto, dentro da obra da justiça; no cânon a Regra é reflexiva, e quem retoma é o rio. Se o tratado da justiça terá uma misericórdia própria, o estudo o deixa registrado para o tratado que a Disputatio encomendou, a questão (g) [hipótese do estudo].

O segundo é de homônimo: “terceiro” designa três coisas. O “terceiro devido” das Águas Comuns é o nós; os “terceiros” da Disputatio são os atingidos pelo mal que outro inflige (Disputatio, “Nota da edição”); o *tiers* de Levinas é aquele que, ao lado do outro próximo, me é “também um outro”, e por cuja causa nasce a justiça (*Entre nós*, p. 293) [V-pt]. Em Levinas o *tiers* é o que limita a responsabilidade pelo outro; no cânon, os “terceiros” são os atingidos (ver 4.3) [leitura do estudo].

O último é de letra. O Estudo VII leu reciprocidade nas Águas Comuns (6.5), mas a letra do cânon não a afirma nem a nega, e este capítulo não a toma por letra. O rio “de todos e de ninguém” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”) tem, no Tratado, a pergunta aberta sobre se a relação com o outro é recíproca ou assimétrica (Tratado das Águas Comuns, “Síntese”), e Levinas põe a assimetria no face a face (ver 2.9): o estudo pergunta ao fundador na questão (n) (ver 4.3 e 7.3) [leitura do estudo].

3.6 O Flumen e a fecundidade

O Flumen e a fecundidade se tocam na atenção ao que vem depois; a seção mostra o toque e o ponto em que a letra do cânon não vai.

Em *Totalidade e Infinito*, a fecundidade é a relação com o futuro como Outro, e não é imortalidade, pois “o tempo infinito não traz uma vida eterna a um sujeito que envelhece” (Edições 70, 1980, p. 246) [V via secundária]. Em *O tempo e o outro*, “a relação com o porvir é a relação mesma com o outro” (p. 64) [tradução do estudo, do francês] [V via secundária] (ver 2.4).

O Pilar II do cânon, “Pertencimento ao Fluxo”, diz: “Ninguém começa do zero. Somos herdeiros de gerações e civilizações inteiras — e ancestrais de quem virá” (Cânon v1.2, “Pertencimento ao Fluxo”, “Princípio”). A Regra de Vida dá ao futuro um gesto por estação: “Legado. Uma ação concreta voltada a quem vem depois: ensinar algo, documentar algo, plantar algo” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”, “Ritmo de estação”). A letra não diz “fecundidade”, não faz do futuro um outro que interpele e não diz que a transmissão seja a continuação da pessoa no outro.

O contato é a atenção ao que vem depois. Para Levinas a relação com o porvir é a relação com o outro, e a fecundidade é o modo de o eu ter futuro sem ter imortalidade. O estudo lê aí uma direção comum, a de não fazer do futuro um prolongamento do eu: a fecundidade não dá uma vida eterna ao sujeito que envelhece, e o cânon diz “ancestrais de quem virá” sem dizer que os vindouros sejam os mesmos [leitura do estudo].

A diferença está em quem toma a iniciativa: no Legado, em quem age, a cada estação; em Levinas, no Outro que me chega. O estudo a registra aqui e registra também, sem tratá-la, uma tensão de imagem: Levinas diz que “Não há, pois, continuidade no ser. O tempo é descontínuo” (edição espanhola, Sígueme, p. 291) [tradução do estudo, do espanhol] [V via secundária], e o Flumen é um rio [leitura do estudo].

3.7 O Examinar e a má consciência

Esta seção vê o que o Examinar e a má consciência têm de comum e onde a letra deixa uma pergunta sem lugar.

Em Levinas, a má consciência não é remorso por um ato; é o que a liberdade sente ao não poder justificar-se por si [leitura do estudo]. “A liberdade não se justifica pela liberdade” (*Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 283), e “quanto mais justo sou, mais culpado sou” (p. 222) [V-pt]. E há o temor, em *Entre nós*, “por tudo o que meu existir, apesar da inocência de suas intenções, corre o risco de cometer como violência e usurpação” (“Diacronia e representação”, p. 218; ver 2.8) [V-pt].

O Examinar fecha o dia: “Noite — Examinar. As duas perguntas do pilar I. Encerrar com gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”, “Ritmo diário”). As duas perguntas são “onde minha luz ficou escondida hoje? Onde

brilhou?” (Cânon v1.2, “Luz Interior”, “Prática”): perguntas sobre a luz própria. O outro só entra no fecho, como quem se agradece; o Examinar não traz pergunta sobre o que se deve ao outro, nem culpa diante dele.

O contato é parcial. Há uma semelhança de gesto: o fecho do Examinar se abre ao outro — a gratidão mostra que o dia foi possível por alguém, o que está perto do “ninguém começa do zero” (Cânon v1.2, “Pertencimento ao Fluxo”, “Princípio”). Mas o objeto difere: o Examinar pergunta pela fidelidade à luz própria, e a má consciência de Levinas cresce com a justiça [leitura do estudo].

Há, porém, um ponto em que a letra do cânon deixa sem lugar a pergunta que Levinas faz. O lobo é, por decisão do fundador, quem inflige o mal “com ou sem intenção”, e “a irreflexão não é noite” (decisão n.º 5). Logo, é possível infligir mal sem intenção, e isso é lobo [inferência do estudo].

O temor de Levinas não é uma definição de lobo: é o do eu que teme o que o seu existir pode cometer, “apesar da inocência de suas intenções”. Mas é um temor diante do dano que não se quis, e as duas perguntas do Examinar olham a luz própria; nenhuma olha esse dano. O estudo pergunta ao fundador se o Examinar tem lugar para essa pergunta, ou se ela pertence à Vigília e ao tratado dedicado que o Tratado da Vigília prevê: é a questão (t) (ver 7.3) [hipótese do estudo].

A culpa que cresce com a justiça, a responsabilidade que não se deixa substituir e o refém ficam do lado de Levinas; do lado do cânon fica a frase da Bússola, “eu sem a minha luz sou uma mentira” (Cânon v1.2, “A Bússola”), com a qual o capítulo 4 as põe frente a frente (ver 4.5) [leitura do estudo].

4 ONDE NOS SEPARAMOS

Os capítulos anteriores deram a Levinas o que lhe é devido: expuseram-no pelos textos e mostraram onde o cânon já anda ao seu lado. Este marca as fronteiras, e marcá-las não é erguer muros; é dizer de que lado assenta cada casa. São sete, uma por seção: a luz dada (4.1), a primeira palavra da decisão (4.2), a distribuição do devido (4.3), a noite (4.4), o limite da responsabilidade (4.5), o sentido do sofrimento (4.6) e o nome da Luz (4.7).

O capítulo não decide. Onde o cânon cala, o silêncio fica como silêncio, e a fronteira vira pergunta ao fundador: (e) e (f) vêm do Estudo VII; (m), (n), (o) e (p) são as novas do plano; (q) nasceu da leitura deste capítulo. As decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII, não são reabertas; pergunta-se o que elas deixaram em pé.

4.1 A luz dada e o eu eleito

Seria cômodo dizer que Levinas nega valor à pessoa e que o cânon o afirma. Levinas diz algo mais fundo. Em *Totalidade e Infinito* o eu não é primeiro uma quantia de dignidade, mas uma posição [leitura do estudo]: “O eu é um privilégio ou uma eleição”, e “Não poder esquivar-se — eis o eu” (*Totalidade e Infinito*, p. 223) [V-pt] (ver 2.7). Em *Ética e infinito* a tese se afia: “A responsabilidade não é um simples atributo da subjetividade, como se esta já existisse em si mesma, antes da relação ética. A subjetividade não é um para si; ela é, mais uma vez, inicialmente para um outro” (*Ética e infinito*, ed. francesa, Fayard, 1982, pp. 103–104) [V via secundária; tradução do estudo; página por frase a confirmar].

O cânon responde de outro lugar, e por três vezes põe a luz antes de algo: da conquista, do olhar, da relação. “O valor de cada pessoa é intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância. A luz não se acende — ela se revela” (Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, Pilar I, “Princípio”). Revelar “supõe presença anterior a qualquer olhar — inclusive ao olhar de quem a possui” (Tratado da Luz Interior, “Definição”). E a ordem está fixada: “A Lux vem antes do Abrigo. A luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la — o Abrigo pode revelar uma luz encoberta” (decisão n.º 3). O Tratado das Águas Comuns diz o mesmo com a lamparina: “nem as águas a dão […]: a lamparina posta no rio já trazia a sua” (Tratado das Águas Comuns, “Objeção provável e resposta breve”). O que o outro pode, na letra, é ver.

A fronteira, então, não passa entre ter valor e não tê-lo; passa pelo que precede o quê. Os dois põem algo diante do encontro, a Lux de um lado, a separação e a morada do outro, e fazem da casa aberta o lugar onde o encontro se dá. Divergem na condição [leitura do estudo]. A morada de Levinas não é anterior a tudo: a que torna possível a separação “supõe assim uma primeira revelação de Outrem”, e a luz do rosto “é necessária à

separação” (ver 2.5; *Totalidade e Infinito*, p. 134) [V-pt]. O Estudo VII colheu desse livro a frase mais favorável à ordem do cânon, a casa antes do encontro (Estudo VII, 3.1), mas essa casa já é “aberta a Outrem” (*Totalidade e Infinito*, p. 154) [V-pt] e supõe um primeiro acolhimento. No cânon, nenhuma relação precede a Lux.

A “luz do rosto” não é a Lux: é a luz que o Outro traz. E isso muda a direção do que se revela [leitura do estudo]. No cânon o olhar do outro pode ver a luz de quem é visto, e o que sai do encobrimento é o valor. Em Levinas o que se revela é o Outro, e o que sai da sombra é a responsabilidade: a ordem a que o eu responde é “ordem que encontro na minha própria resposta, a qual […] me fez sair da invisibilidade, da sombra onde a responsabilidade poderia ter sido eludida” (*De outro modo que ser*, pp. 234–235) [V via secundária; tradução do estudo; edição a confirmar].

A tradição lê essa linha por Ricoeur, que chama de “hipérbole” a separação e a exterioridade de Levinas (ver 2.7) e lhe contrapõe a “justiça alternativamente ao primado da estima de si e ao da convocação pelo outro à justiça” (*O si-mesmo como um outro*, décimo estudo, p. 386), com “uma capacidade de acolhimento” no próprio si (p. 395) [V via secundária; páginas por citação a confirmar]. É a figura de um si que já é algo e por isso pode acolher, vizinha da Lux antes do Abrigo [leitura do estudo].

A letra do cânon, com a decisão n.º 3, diz duas das três peças do encontro tal como o estudo as distingue: a luz que está antes do olhar e o olhar que a vê [leitura do estudo]. A terceira, o chamado que obriga, a letra não traz: diz “pode ser o primeiro a vê-la”, não “deve” nem “convoca”. Em Levinas o outro não apenas olha: “o rosto me chama às minhas obrigações e me julga” (ver 2.7; *Totalidade e Infinito*, p. 193) [V-pt].

Questão aberta (q): o olhar que a decisão n.º 3 diz poder ser o primeiro a ver a luz apenas vê, ou também convoca? Se apenas vê, o Abrigo revela e nada exige; se convoca, entra no cânon algo que a letra ainda não tem. Não é a pergunta (f): aqui se indaga o olhar que vê a luz; lá, de onde nasce o velar. O estudo pergunta ao fundador qual das duas respostas a decisão comporta.

A primeira fronteira dizia o que vem antes de toda relação. A segunda pergunta quem fala primeiro nela.

4.2 A Bússola em primeira pessoa e o chamado do Outro

A segunda fronteira passa pela primeira palavra: a pergunta que o eu faz diante do caminho, ou o chamado que a precede.

Levinas diz que a resposta vem antes da escolha: a responsabilidade é “anterior à deliberação e à qual fui exposto e votado antes de ser votado a mim mesmo” (*Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3, p. 219) [V-pt], e dizer *eis-me aqui* é a forma dessa resposta (ver 2.8). Nada nessa ordem de coisas começa por uma pergunta que o eu faz a si mesmo [leitura do estudo].

O cânon responde em primeira pessoa e no presente de quem escolhe: “Diante de qualquer caminho — um lugar, uma relação, uma oportunidade, um negócio — a pergunta decisiva é uma só: a luz está lá? Posso estar lá inteiro, sem me trair? Se a resposta é não, não vou. Porque eu sem a minha luz sou uma mentira” (Cânon v1.2, “A Bússola”). Entre os caminhos que ela pode vetar está “uma relação”, e ela “não escolhe os caminhos por ninguém; ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los” (mesmo passo). A letra não diz de onde vem a pergunta, nem o que vale quando o chamado não é um caminho escolhido.

A Disputatio notou o limite: “Quanto à Bússola: ela nasceu, de fato, na voz do agente — de quem escolhe onde não ir. Isso não a torna falsa, mas a torna incompleta diante do paciente que nada escolheu” (Disputatio, 3, “Respondeo”). E o Tratado da Vigília deixa nomeada, sem resposta, a pergunta que o Estudo VII reconheceu como a de Levinas (Estudo VII, 5.5): “A terceira é se a Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela” (Tratado da Vigília, “Síntese”). É a questão (f), herdada do VII.

Sobre a gramática da Vigília a letra é nítida: “Ela vela: recusa-se a apagar” (Cânon v1.2, “A Vigília”). O sujeito é a luz, o gesto é uma recusa, e quem vela “não faz depender a luz do que virá — permanece desperto no escuro” (Tratado da Vigília, “Definição”); velar, no cânon, não é vigiar (ver 3.1). Em Levinas o velar tem duas formas, e nenhuma é esta [leitura do estudo]. A da insônia é sem sujeito: a vigília “que mantém abertos nossos olhos, não tem sujeito” (*Da existência ao existente*, p. 80) [V via secundária]. A outra é o despertar “a partir do outro – que é Outrem – o qual, sem interrupção, questiona a prioridade do Mesmo” (*Entre nós*, “A filosofia e o despertar”, p. 124) [V via secundária].

Há ainda, na letra do cânon, a ocasião, que não se deve confundir com origem: a Vigília começa “quando a noite chega sem ser escolhida” (Cânon v1.2, “A Vigília”), e o que chega é a noite, não o Outro. As duas respostas de (f) talvez não esgotem as possíveis [hipótese do estudo].

Para ser justo com a Bússola: ela não é fonte de deveres, mas veto, e o conteúdo vem do Abrigo e das Águas Comuns (Estudo VII, 3.4). Levinas, por sua vez, não nega que o eu possa responder: o eu é “menos” e também “mais” que o Outro (ver 2.7), “mais, porque a minha posição de eu consiste em poder responder à miséria essencial de outrem” (*Totalidade e Infinito*, p. 193) [V-pt]. Uma ponte, que o estudo oferece sem afirmar: ler a Bússola como a pergunta de quem já foi chamado e se indaga se pode atender sem se trair. Ela seria a guarda da resposta, não o começo [hipótese do estudo].

A letra funda a dívida e deixa a partida em aberto. A Vigília diz que ao lobo “deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro” (Cânon v1.2, “A Vigília”; ver 3.3): a dívida se apoia na luz do outro. O que fica aberto é de onde parte a Vigília, e é essa a pergunta (f). Levinas dá ao dever uma partida, a primeira palavra do rosto, “não cometerás assassínio” (*Totalidade e Infinito*, p. 178) [V-pt] (ver 2.6). “Rosto” e “matar” não ocorrem nas fontes do

cânon, e o estudo não os põe na boca dele. Quanto à origem da própria luz, o Tratado da Luz Interior a deixa em aberto de propósito (ver 4.7).

Questão aberta (f): a Vigília nasce do chamado do Outro ou da luz de quem vela? Para Levinas (ver 2.2 e 2.8), nasce da primeira em *De outro modo que ser* e em *Entre nós*; em *Da existência ao existente*, de nenhuma das duas [leitura do estudo]. O cânon ainda não diz. O estudo pergunta ao fundador.

A segunda fronteira perguntava quem fala primeiro. A terceira pergunta o que se deve a quem fala, e se algo volta.

4.3 A assimetria e o rio de todos e de ninguém

Levinas e o cânon dizem "devo", e a diferença está em quantas direções o devido toma e em qual delas alguma coisa volta.

Levinas diz a assimetria como tese declarada, e a diz contra alguém a quem deve (ver 2.7). Na forma mais seca: "A recíproca é assunto dele" (*Ética e infinito*, ed. francesa, Fayard, 1982, p. 105) [V via secundária; tradução do estudo; página a confirmar]. Ele não diz que a reciprocidade não existe; diz onde ela entra. A responsabilidade "é originalmente sem reciprocidade, pois traria o risco de comprometer sua gratuidade ou graça, ou caridade incondicional. Mas a ordem da justiça […] surge não para restabelecer esta reciprocidade entre o eu e seu outro, mas por causa do terceiro […]. […] é necessária a reciprocidade dos deveres e dos direitos" (*Entre nós*, "O outro, utopia e justiça", p. 293) [V-pt]. Assimetria no face a face, reciprocidade na justiça: é o que Levinas oferece à pergunta de (n), e depende do *tiers* [leitura do estudo].

O cânon responde em primeira pessoa e com três devidos: "Além do que devo a mim e do que devo a quem chega até mim, devo ao rio o próprio fluxo" (Cânon v1.2, "As Águas Comuns"). A pergunta está escrita e não decidida: "A segunda é se a relação com o outro é recíproca ou assimétrica" (Tratado das Águas Comuns, "Síntese"), a única ocorrência dessas duas palavras nas fontes do cânon. O Estudo VII escreveu "o que o estudo lê como reciprocidade nas Águas Comuns" (Estudo VII, 5.5). Era leitura do estudo; a letra não a sustenta nem a refuta, e aqui ela não se repete como letra. A lamparina tem três lugares, "e o que os separa é o devolver" (Tratado das Águas Comuns, "Definição"), mas a letra é "devolvê-la ao fluxo" (Cânon v1.2, "As Águas Comuns"), não "ao outro".

Há um falso amigo. O "terceiro devido — o nós, ao lado do eu e do tu" (Tratado das Águas Comuns, "Definição") é o rio; o *tiers* de Levinas é outro, o outro do Outro, que interrompe a dupla e faz nascer a justiça (ver 3.5). Os dois termos são homônimos, não equivalentes [leitura do estudo]. O rio "é o fluxo, mais largo e mais humilde que o espaço público, e não é programa político" (Tratado das Águas Comuns, "Fundamentação"), e a justiça devida ao lobo segue sem forma (Tratado da Vigília, "Síntese"): é a questão (g) do Estudo VII, que o capítulo 7 retoma.

A fronteira passa, então, pela distribuição. O cânon diz “devo” em três direções, a mim, a quem chega, ao rio, e não diz se algum desses devidos se paga de volta. Levinas concentra o devido no Outro e deixa a volta com ele [leitura do estudo].

Resta a *altura*. Em Levinas o Outro “exprime a sua eminência, a dimensão de altura e de divindade donde descende” (*Totalidade e Infinito*, p. 241) [V-pt]: vocabulário do autor, que o estudo registra sem adotar (ver 2.6). O cânon não tem “altura” e tem uma frase que parece impedi-la [leitura do estudo]: “cada luz é intrínseca — não relativa, não comparativa, não sujeita a ranking” (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”). A altura de Levinas pode ser lida, porém, como altura de posição na relação: o eu é “menos” e também “mais” (ver 4.2) [leitura do estudo].

Questão aberta (n): as Águas Comuns são recíprocas, assimétricas ou nenhuma das duas? O material admite três respostas: assimétrica no Abrigo e recíproca no rio, como em Levinas, se o nós fizesse o ofício do *tiers*; assimétrica também no rio; ou nenhuma das duas, se “de todos e de ninguém” disser outra coisa que cálculo de dívida [hipótese do estudo]. A pergunta leva uma cláusula, a da altura: a relação com o outro pode ser assimétrica quanto à posição, o outro que chega e a quem se deve, sem que as luzes se ordenem em valor? A letra do cânon só diz o segundo membro. O estudo pergunta ao fundador qual das respostas, ou se (n) deve ficar aberta.

A terceira fronteira dizia a quem se deve e se algo volta. A quarta diz de que noite se trata.

4.4 A noite do *há* e a noite do cânon

A quarta fronteira passa pela própria noite: as duas casas dizem “noite”, e talvez não digam a mesma coisa.

Levinas diz que, imaginados todos os seres reduzidos ao nada, ainda restaria algo: “O há, em sua recusa de tomar uma forma pessoal, é o ‘ser em geral’” (*Da existência ao existente*, p. 67) [V via secundária]. A noite é a experiência desse ser sem ente: “não há discurso. Nada responde”, e o eu é “submergido pela noite, invadido, despersonalizado, sufocado por ela” (p. 68) [V via secundária]. O horror dessa noite é “a existência irremissível” (p. 73) [V via secundária]. O velar que lhe corresponde é *ça veille*: “É a própria noite que vela. Vela-se” (p. 80) [V via secundária] (ver 2.2).

O cânon responde definindo a noite pela causa, não pela experiência: “A noite é o mal que ninguém causou — diante dela, vela-se” (Cânon v1.2, “A Vigília”), com exemplos: “a perda, a doença, o acaso que desaba”. Quem está nela “sabe o que é: o que se via adiante deixa de ser visto, o ‘para quê’ volta sem resposta, e o lugar onde se está deixa de ser um lugar” (Tratado da Vigília, “Definição”). A luz “não vence o escuro do quarto — cria dentro dele um círculo de claridade onde se pode estar” (Cânon v1.2, “A Vigília”), e a presença “não dissipa a noite, devolve a quem está nela um lugar” (Tratado da Vigília, “Definição”).

As duas noites se parecem mais do que as palavras fazem supor: o “para quê” que volta sem resposta ecoa o “nada responde” [leitura do estudo]. Mas há quatro diferenças, e cada uma é uma fronteira. A primeira é de definição: pela causa, o *há* cabe na noite do cânon, pois ninguém o causou; pela experiência, não, porque “quem está nela sabe o que é”, e no *há* não há quem saiba [leitura do estudo].

A segunda é do sujeito: a pessoa da noite do cânon permanece, “desperto no escuro” (Tratado da Vigília, “Definição”); o eu do *há* é “despersonalizado”, e em Levinas o ente nasce contra ele: “Sobre o fundo do há surge um ente” (*Da existência ao existente*, p. 100) [V via secundária; página a confirmar]. A noite do cânon acontece a alguém; a do *há* acontece sob alguém [hipótese do estudo]. Posta diante do *há*, a segunda pergunta da série (decisão n.º 2), “o que há no fundo da noite?”, recebe duas respostas de espécie diferente: em Levinas, o anonimato de onde um ente se levanta; no cânon, “uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer” [leitura do estudo].

A terceira é da ocasião: a noite do cânon vem, como perda, doença, acaso; a de Levinas é condição, e “é possível falar de noites em pleno dia” (p. 69) [V via secundária]. A quarta é da saída: em Levinas o *há* é suspenso pela hipóstase (p. 100), e a vigília anônima cede ao despertar “a partir do outro” (ver 4.2). O cânon não fala em sair, fala em lugar.

A tradição lê o *há* como um resto que o encontro não elimina. Sealey sustenta, pelos resumos de dois artigos (2010 e 2013), que o *há* pesa mais do que o Outro pessoal e que é preciso reconhecer o horror que subsiste sob o encontro ético [tese a confirmar; artigos não lidos]. Marder, em “Terror of the Ethical”, lê o *há* em *Totalidade e Infinito* e em *O tempo e o outro*, e o argumento, além do título, está por confirmar [tese a confirmar; texto não lido]. Se o *há* não é fase que o Outro encerra, a perda, a doença e o acaso do cânon poderiam ser a hora em que ele volta [hipótese do estudo]; o cânon, porém, não diz que a noite seja traço do ser.

Questão aberta (o): a noite do *há* é noite no sentido do cânon? O estudo vê três respostas e não escolhe: (1) a mesma noite, condição em Levinas e acontecimento no cânon; (2) noites diferentes, e a Vigília responde só à do cânon; (3) a mesma pela causa, diferente pela experiência, e só a noite do cânon tem quem a saiba [hipótese do estudo]. Nenhuma das decisões de 17 de outubro o decide. O estudo pergunta ao fundador qual leitura a letra autoriza.

A quarta fronteira falava da noite em que se está. A quinta pergunta até onde se responde por quem está nela.

4.5 A substituição e o limite da responsabilidade

A quinta fronteira passa pelo lugar onde a responsabilidade termina, e por quem a termina.

Levinas diz a substituição como estrutura do sujeito, não como proeza (ver 2.8): “O si é a passividade aquém da identidade, passividade do refém. […] Ser eu é sempre ter uma responsabilidade a mais” (*Entre nós*, “Um Deus homem?”, pp. 92–93) [V-pt]. Mas o texto põe um limite em quem o diz: a ideia de refém “não pode estender-se além de mim”, e “só eu é que posso, sem crueldade, ser designado como vítima” (*Entre nós*, “Um Deus homem?”, p. 93) [V-pt]. O refém é dito só do eu; fazê-lo exigência ao outro, ao cansado, ao ferido, iria contra a letra [leitura do estudo].

O cânon responde com um compromisso, não com uma estrutura: o de ser “lugar seguro no rio” (Cânon v1.2, “O Abrigo”; ver 3.2). O endereço é “quem chega até nós” (mesmo passo), e a letra não declara limite para o compromisso. A Disputatio observa que o Abrigo “já supõe que proteger o outro da escuridão é dever ativo, não tolerância passiva”, e admite que o cânon “ainda não possui um pilar ou cláusula que trate explicitamente de justiça, reparação ou responsabilização perante o mal infligido a terceiros” (Disputatio, 3, “Respondeo”). O dever do Abrigo é “geral” e “aponta na direção certa sem a desenvolver”; a Misericórdia não cobre o caso, porque “nunca falou do mal cometido contra outrem, apenas do fracasso da própria pessoa consigo mesma” (Disputatio, 4, “ad tertium”).

A fronteira passa pelo lugar do limite. Em Levinas a responsabilidade, no face a face, não tem limite; o limite vem de fora da dupla, com a justiça: “Se não houvesse ordem de justiça, não haveria limite para minha responsabilidade” (*Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 145) [V-pt] (ver 2.9). No cânon, o único limite que a letra deixa ver vem de dentro da pessoa: a Bússola veta o que exigiria apagar a luz, porque “eu sem a minha luz sou uma mentira” (ver 4.2) [leitura do estudo].

O risco que Levinas nomeia não é trair-se, mas usurpar: o eu teme “violência e usurpação” (*Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3, p. 218) [V-pt] (ver 2.8). E a substituição não o apaga: “é por esta responsabilidade suplementar que a subjetividade não é o Eu, mas eu” (*Humanismo del otro hombre*, Siglo XXI, 2005, p. 133) [V-es; tradução do estudo]. O cânon supõe um modo de dar que apaga a luz, e o veta [leitura do estudo]. As duas casas podem descrever atos diferentes sob a mesma palavra: o que Levinas chama substituir talvez não seja o que a Bússola veta [hipótese do estudo].

A epígrafe de “Sin identidad”, que a edição espanhola atribui ao Talmude da Babilônia (tratado Aboth, 6a), junta as duas exigências que as casas repartem: “Se não respondo por mim, quem responderá por mim? Mas se só respondo por mim, ainda sou eu?” (*Humanismo del otro hombre*, p. 112) [V-es; tradução do estudo; atribuição a confrontar com *Avot* 1:14]. O cânon tem a primeira metade na Bússola, e a segunda no Abrigo e nas Águas Comuns; a letra não traz regra de precedência para quando elas colidem [leitura do estudo].

Questão aberta (m): o Abrigo vai até a substituição? O estudo a decompõe em três, sem decidir. A primeira: o dever ativo do Abrigo, “Sê casa para o outro” (Cânon v1.2, “O

Abrigo”), tem um ponto em que ser casa passa a pedir que a luz própria se apague? A segunda: esse ponto, quando houver, é por definição o limite que a Bússola marca? A terceira: o limite pode vir também da justiça devida aos atingidos, os “terceiros” da Disputatio? Em Levinas o limite vem do *tiers*, e os dois termos são homônimos, não equivalentes (ver 4.3). O estudo pergunta ao fundador onde termina o Abrigo.

A quinta fronteira dizia até onde se responde pelo outro. A sexta pergunta que sentido, se algum, tem a dor.

4.6 O sentido do sofrimento

A sexta fronteira passa pelo sentido do sofrimento, e começa por uma coincidência: as duas casas recusam a teodiceia.

Levinas diz que o sofrimento é, em si, “por nada”, e que a justificação da dor do próximo é “a fonte de toda imoralidade” (*Entre nós*, “O sofrimento inútil”, pp. 130 e 138) [V-pt] (ver 2.10). O mesmo ensaio abre, porém, uma segunda via: o sofrimento em mim, cuja inutilidade “pode tomar um sentido, o único de que o sofrimento seja susceptível, tornando-se um sofrimento pelo sofrimento, mesmo inexorável, de alguém” (pp. 132–133) [V-pt]. O do outro segue inútil; o meu só recebe sentido ao ser sofrimento pelo dele. Um nome possível, posto no mesmo ensaio como pergunta, é a compaixão: “um sofrimento não-inútil (ou amor)” (p. 140) [V-pt].

O cânon recusa a teodiceia em nome de quem está na noite. Ele “aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia” (decisão n.º 1), e o Tratado da Vigília dá a razão: a pessoa na noite recebe quase sempre respostas que falam do fim, “que vai passar, que tem um sentido, que prepara um bem”, e nenhuma olha para quem está ali. A Vigília “não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela” (Tratado da Vigília, “O problema que responde”). A decisão n.º 6 registra a objeção de Adorno e diz o que a Vigília não promete: “sentido ou redenção da dor” (decisão n.º 6).

O que a letra não enuncia é o princípio de Levinas: que justificar a dor do outro seja, em si, imoral. As duas casas recusam a teodiceia do lado de quem sofre e dizem razões diferentes. A do cânon protege quem está na noite de uma leitura que o tire de lá; a de Levinas proíbe a quem olha dar sentido à dor alheia. Pode-se ter a primeira sem a segunda [leitura do estudo]. Se o cânon quer o princípio de Levinas como princípio declarado é a questão (s), que o estudo pergunta ao fundador (ver 3.4 e 7.2).

Dois pontos, que convém não misturar. O primeiro é (e), herdado do Estudo VII: como evitar que “presença, não vitória” se torne, ela mesma, um ideal que consola. Para o Tratado, isso “é questão que o Lumen Fluens deixa aberta” (Tratado da Vigília, “Objeção provável e resposta breve”, segunda objeção). Levinas enfrenta a mesma suspeita e divide o trabalho: “todo o lado consolador desta ética deixo-o para a religião” (*Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 149) [V-pt]. É uma fronteira vizinha da do Tratado, que também remete

a leitura de uma manhã à fé de cada um, “e a Vigília não depende de nenhuma das duas leituras” (Tratado da Vigília, mesmo passo), mas não diz se a própria presença consola [leitura do estudo].

O segundo é (p). O sentido que Levinas admite não consola a dor sofrida: nasce em quem toma o sofrimento do outro como seu, “mesmo inexorável”, isto é, ainda que o outro não seja aliviado [leitura do estudo]. A decisão n.º 6 diz o que a Vigília não promete, e não que a dor não tenha sentido: “não promete” não é “nega”. A estrutura do sentido de Levinas se aproxima de uma luz que, segundo a decisão n.º 2, “não precisa do fim para valer” (ver 4.4); o estudo a marca como proximidade, não como identidade [hipótese do estudo]. Uma peça a letra não traz: não diz de quem é a presença que “devolve a quem está nela um lugar” (Tratado da Vigília, “Definição”), se de quem vela ou do outro que chega, e sem isso não se sabe se a Vigília e a compaixão são o mesmo gesto.

Levinas lê ainda o sofrimento próprio como “um sofrimento ‘por Deus’” (*De outro modo que ser*, Nijhoff, 1979, p. 150) [V via secundária; tradução do estudo]: leitura religiosa, que o estudo registra sem adotar (ver 2.10).

Questão aberta (p): o sofrimento próprio pode ter sentido como sofrimento pelo outro, sem trair “presença, não vitória”? O estudo pergunta ao fundador, e deixa (e) ao lado, aberta.

A sexta fronteira perguntava o que a dor pode significar. A sétima pergunta se a luz tem nome.

4.7 O Infinito e a Luz sem nome

A sétima fronteira passa pelo nome, e é a única do capítulo que o cânon já escreveu.

Levinas faz da ética um acesso ao divino: “Um Deus invisível significa não apenas um Deus inimaginável, mas um Deus acessível na justiça. A ética é a ótica espiritual” (*Totalidade e Infinito*, trad. inglesa de Lingis, p. 78) [V-en; tradução do estudo]. O divino “só se mostra por seu rastro, como no capítulo 33 do Êxodo” (“La trace de l'autre”, 1963) [tradução do estudo; página a confirmar], e o rastro “não é uma palavra a mais: é a proximidade de Deus no rosto do meu próximo” (*Entre nós*, “Um Deus homem?”, pp. 89–90) [V-pt]; daí o que chama de ileidade (ver 2.11). Ele mesmo põe o limite: “Não digo que outrem é Deus, mas que, em seu Rosto, entendo a Palavra de Deus” (*Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 151) [V-pt], numa tentativa que diz fazer “fora de toda teologia” (p. 149) [V-pt].

O judaísmo é aqui material do pensamento dele (ver 2.11). Levinas nomeia a fonte: responder por outrem “mesmo quando pratica crimes” é “o essencial da consciência judaica”, e reivindica que seja também “o essencial da consciência humana” (*Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 148) [V-pt]. Em “Aimer la Thora plus que Dieu” (1955), amar a Torá mais do que a Deus é, na pergunta e na resposta do próprio texto, “Blasfêmia?

Ao menos, proteção contra a loucura de um contato direto com o Sagrado sem a mediação de razões” (*Difícil liberdade*) [tradução do estudo; página a confirmar]: tese interna a uma tradição, que o estudo não generaliza.

O cânon responde com a independência confessional: “Para quem crê, a Luz tem nome próprio: para o cristão, é o próprio Deus. Para quem não crê, é a consciência mais funda, o verdadeiro em si. A filosofia não decide isso por ninguém; exige apenas fidelidade à luz, seja qual for o nome que cada um lhe dê” (Cânon v1.2, “Independência confessional”). A origem fica em aberto de propósito: “questão que o cânon deliberadamente deixa em aberto, respeitando a independência confessional” (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”). “Infinito”, “rastro” e “ileidade” não ocorrem, e a letra não diz se a luz do outro remete a algo além dela. A Antífona, parte do cânon, não é tratada neste estudo.

A tradição também puxa Levinas para outras casas: Marion o lê como quem “permanece aquém do amor” [V via secundária; tradução do estudo], leitura confessional do intérprete, não de Levinas nem do cânon. A fronteira passa pelo nome: Levinas fala do divino por rastro e ileidade, e o cânon não nomeia a Luz. Quem lê com Levinas pode ler a luz do outro como rastro; esse nome vem da leitura, e a letra não o dá. A questão (h) do Estudo VII toca aqui de lado: o rastro parece determinar o que não se nomeia pela relação, não pelo conceito, e o cânon tem outra via, o Acender, o Portar e o Examinar [leitura do estudo]. Esta não vira pergunta nova: o cânon já a escreveu.

Marcadas as sete, pergunta-se o que elas têm em comum.

4.8 O padrão das fronteiras

O que as sete fronteiras têm em comum? O estudo propõe, como hipótese e nada mais, que é a direção em que a mesma estrada é percorrida. Levinas começa fora da pessoa e chega a ela como resposta. Vão nessa direção o eu eleito, o Outro que chama, a assimetria do face a face, a noite sem sujeito, o refém que se substitui e o sofrimento que só tem sentido ao ser pelo outro. O cânon começa dentro da pessoa e chega ao outro como oferta e dívida. Vão na direção inversa a Lux antes do Abrigo, a Bússola em primeira pessoa, o rio de todos e de ninguém, a noite que alguém sabe, a luz própria como limite e a luz que vale sem o fim. Seis das sete fronteiras seguem esse desenho. A sétima, a do nome, segue outro: ali o cânon não escolhe direção, escolhe silêncio [hipótese do estudo].

Duas ressalvas pesam sobre a hipótese. A primeira: só dois pares se aproximam da contradição — “Se a resposta é não, não vou” (Cânon v1.2, “A Bússola”) × “Não poder esquivar-se — eis o eu” (*Totalidade e Infinito*, p. 223) [V-pt]; “não sujeita a ranking” (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”) × “altura” (ver 4.3) —, e ambos dependem de (m) e de (n). Nos demais, as fronteiras são de ordem, de fundamento e de silêncio, não de contradição [leitura do estudo]. A segunda: há três pontos que a letra do cânon não fecha.

São o olhar que, na decisão n.º 3, pode ser o primeiro a ver a luz (ver 4.1); a Bússola, que a Disputatio chama de incompleta diante do paciente; e a terceira questão do Tratado da Vigília (ver 4.2). Neles a fronteira é mais fina do que o padrão faz supor [hipótese do estudo].

As perguntas que este capítulo entrega ao capítulo 7, e que só ao fundador cabe responder, são (f), (m), (n) com a cláusula da altura, (o), (p) e (q); (e) fica aberta ao lado de (p). O capítulo 7 as reúne numa só lista (7.3). O capítulo seguinte põe Levinas diante das casas que a série já visitou.

5 LEVINAS DIANTE DAS CASAS QUE JÁ VISITAMOS

A série visitou sete casas: o budismo (Estudo I), o estoicismo (II), o cristianismo (III), o Vedanta (IV), o existencialismo (V), o taoísmo (VI) e Hegel (VII). O Tratado das Águas Comuns visitou ainda Buber, e o capítulo o inclui. Aqui se faz a Levinas a pergunta que o Estudo VII fez a Hegel: o que ele disse de cada casa, o que a crítica corrige e como isso ajuda ou atrapalha o cânon a vê-la. Quando há matéria, a ordem é a mesma em todas: o que Levinas escreveu; o que a tradição discute; o que a ficha, o resumo publicado do estudo correspondente, já dissera; e o que o cânon responde.

A situação difere da do Estudo VII. Hegel conheceu cinco das seis casas e as pôs em ordem. Levinas, nos textos conferidos, volta várias vezes a Hegel e a Heidegger, fala brevemente de Sartre e de Buber e trata o cristianismo de um modo particular; do estoicismo nada diz, e do Oriente quase nada. Um aviso vale para o capítulo inteiro: a pesquisa de fontes do estudo varreu por inteiro apenas *Totalidade e Infinito* (na tradução inglesa de Lingis) e *Entre nós*; as demais obras entram por trechos. “Nada encontrado” quer dizer nada nesses dois volumes, nunca “Levinas jamais falou”. E onde Levinas gradua, o estudo não o acompanha: a série visita casas, não as gradua (Estudo VII, 3.3).

5.1 Hegel

Levinas volta várias vezes a Hegel, e o ponto fixo é que o Outro não é um momento do conceito. Em *Totalidade e Infinito* ele diz que “o Outro não é a negação do Mesmo, como o quereria Hegel” (*Totality and Infinity*, trad. Lingis, p. 305). A frase fecha uma tese que vem de trás: o Outro não é “um escândalo para a razão”, e sim “o primeiro ensinamento racional, a condição de todo ensinamento” (p. 203) [V-en; tradução do estudo]. Não é, portanto, o termo oposto que move a dialética [leitura do estudo]. Nos ensaios, Hegel é a “Filosofia da Presença, do Ser, do Mesmo. Conciliação dos contraditórios” (“A filosofia e o despertar”, *Entre nós*, p. 115) [V-pt].

Há ainda o passo sobre a história. Levinas escreve que “o julgamento da história é sempre pronunciado à revelia” (*Totality and Infinity*, p. 242), e o motivo vem de outro lugar da mesma obra: a política, deixada a si mesma, julga o Eu e o outro que lhe deram origem “segundo regras universais e, assim, como à revelia” (p. 300) [V-en; tradução do estudo].

Uma cautela de vocabulário, já declarada no Prólogo. “Julgamento da história” é de Levinas, que nomeia Hegel no Prefácio: o juízo escatológico, diz ele, é o contrário do julgamento da história, no qual Hegel “viu, erradamente, sua racionalização” (*Totality and Infinity*, p. 23) [V-en; tradução do estudo]. “Tribunal do mundo” (*Weltgericht*) não é palavra dele: aparece só na introdução de Wild (p. 18) [V-en] e vem de Hegel, no §340 da *Filosofia do direito* (Estudo VII, 5.5). Que Levinas tenha esse parágrafo em vista é ligação de quem lê, não letra dele [leitura do estudo].

A tradição lê com pouca companhia: a pesquisa de fontes do estudo não trouxe intérprete nomeado que discuta se o Hegel de Levinas é o de Hegel. Quem corrige o retrato é, em parte, o próprio Estudo VII, que encontrou um Hegel que concede o luto, rejeita o fim santo e mantém o foro do caso individual (Estudo VII, 3.2). A ficha do Estudo VII separou-se dele em "Vigília vs. teodiceia" (o matadouro da história, a astúcia da razão, "a vítima fora da conta") e em "O lobo vs. o tribunal do mundo (§340)". A astúcia reaparece em Levinas, que declara ter rompido com a razão impessoal de Hegel, a qual "só mostra à consciência pessoal suas astúcias" (*Totality and Infinity*, p. 298) [V-en; tradução do estudo]. As duas leituras convergem: a vítima fora da conta é o singular julgado à revelia [leitura do estudo].

O cânon responde pela fórmula que o fundador adotou: "o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia" (decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII, n.º 1). Levinas toca a segunda metade. O cânon recusa a teodiceia em nome de quem está na noite: a Vigília "não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela" (Tratado da Vigília, "O problema que responde"), e "a luz não depende do fim para valer" (Tratado da Vigília, "Objeção provável e resposta breve", segunda objeção). O que a letra não enuncia é o princípio de Levinas, o de que a justificação da dor do próximo é "a fonte de toda imoralidade" ("O sofrimento inútil", *Entre nós*, p. 138) [V-pt] (ver 2.10 e 3.4). Se o cânon quer adotá-lo como princípio declarado, é a questão (s), que o estudo põe ao fundador (ver 7.3).

Dois cuidados. O primeiro é o alvo: no passo conferido, Levinas data a teodiceia de "certa leitura da Bíblia" (p. 136) [V-pt] (ver 2.10), e Hegel não é ali o réu nomeado; Levinas põe a teodiceia mais atrás e mais larga do que a dialética [leitura do estudo]. O segundo é a primeira metade, o método. Nenhuma passagem conferida o contesta, mas a tese de que o Outro não é escândalo para a razão roça nele. O estudo lê as duas frases como falando de coisas diversas: o negativo de que o método cresce é a falha de um texto diante de uma objeção (Estudo VII, 6.2), e não o Outro. O objetor corresponde, na língua de Levinas, ao ensinamento que "vem do exterior e traz-me mais do que eu contenho" (*Totalidade e Infinito*, p. 38) [V-pt] [hipótese do estudo].

Levinas ajuda, então, a dar nome ético ao que o Estudo VII viu de fora, o singular julgado na sua ausência. Atrapalha se o seu retrato de Hegel, filosofia do Mesmo, apagar o Hegel que o VII leu. O estudo usa Levinas para a pergunta, não para o retrato [leitura do estudo].

5.2 O existencialismo: Heidegger e Sartre

Com Heidegger, Levinas discute o ser; com Sartre, a liberdade. Ele diz: "A ontologia como filosofia primeira é uma filosofia do poder" (*Totalidade e Infinito*, p. 33)

[V-pt]. Essa filosofia, diz ainda, “desemboca no Estado e na não violência da totalidade, sem se premunir contra a violência de que vive essa não violência” (*Totality and Infinity*, p. 46). O estudo lê a crítica como política antes de técnica [leitura do estudo]. Na mesma obra: “O Dasein em Heidegger nunca tem fome” (p. 134). Sobre Sartre: “O encontro com o Outro em Sartre ameaça minha liberdade e equivale à queda da minha liberdade sob o olhar de outra liberdade” (p. 303) [V-en; tradução do estudo].

O caso político de Heidegger entra só como referência marcada. Em 1988, a propósito do livro de Farías, Levinas escreve que “o essencial é a própria obra ou, ao menos, *Sein und Zeit*”, onde não há fórmula referível ao nacional-socialismo, “mas a construção comporta ângulos ambíguos em que eles podem ser postos” (“O outro, utopia e justiça”, *Entre nós*, p. 289) [V-pt]. Em seguida ele lembra a autenticidade (*Eigentlichkeit*), pensada a partir da “minheidade” e da morte própria, na qual “sem mais se dissolvem ou ‘saltam’ todas as ‘relações aos outros’”, e, uma página adiante, exclama: “Temível autenticidade! O senhor vê o que eu recusaria” (pp. 289–290) [V-pt; conferido no digitalizado]. O artigo de 1934 sobre a filosofia do hitlerismo e “Heidegger, Gagarine et nous” (1961) constam só como referências, não lidas [V via secundária]; nenhuma conclusão deste capítulo repousa neles.

A tradição lê pouco nesta casa: a pesquisa de fontes do estudo não trouxe intérprete para Levinas e Sartre, e para Levinas e Heidegger só a moldura biográfica de Rößner. A ficha do Estudo V tocou os existencialistas contra a vida por papéis (a má-fé de Sartre, o “a gente” de Heidegger), na Bússola como autenticidade e em Kierkegaard, a ponte do “querer uma só coisa”; separou-se em invenção contra revelação e em absurdo contra pertencimento. O cânon responde pela Bússola, que “apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los” (Cânon v1.2, “A Bússola”), e pelo olhar do outro, que “não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la” (decisão n.º 3; ver 4.1).

Levinas ajuda de dois modos. Desfaz a unidade da casa: Heidegger e Sartre falham, para ele, em lugares diferentes, o primeiro na primazia do ser, o segundo na liberdade ameaçada pelo outro, e a ponte da “autenticidade” ganha uma exclamação de aviso. E aponta o flanco que a ficha deixou descoberto, o outro e o corpo [leitura do estudo].

Sobre o outro, há três maneiras de dizer o que ele faz a quem o encontra. Em Sartre, segundo Levinas, o encontro ameaça a liberdade. No cânon, o olhar do outro pode ser o primeiro a ver a luz. Em Levinas, “o ser que se impõe não limita, mas promove a minha liberdade, suscitando a minha bondade” (*Totalidade e Infinito*, p. 179), porque “a liberdade não se justifica pela liberdade” (p. 283) [V-pt]. O estudo não as confunde, e só a segunda é letra do cânon [leitura do estudo]. Sobre o corpo, o Corpus (“o corpo, o lugar, o ritmo”, Cânon v1.2, “Celebração Encarnada — Corpus”) e o Abrigo (ver 3.2) põem dentro da casa o que Levinas diz faltar ao Dasein, a fome.

Levinas atrapalha porque lê as duas filosofias como filosofias do ser e da liberdade, e isso deixa de fora o que a ficha valorizou nelas, a ferida dos papéis [leitura do estudo]. Sobre Kierkegaard, a ponte da ficha e origem da questão (j) do Estudo VII, a pesquisa não trouxe passagem de Levinas, e o estudo não a supre (ver 7.3).

5.3 O cristianismo

Levinas fala do cristianismo de fora da fé, e diz isso logo. Em “Um Deus homem?” escreve: “Não tenho a ousadia de me meter num assunto interdito a quem não compartilha sua fé” (*Entre nós*, p. 84) [V-pt]. Do dogma retém duas significações, a humildade de Deus, que “permite pensar a relação com a transcendência em outros termos que os da ingenuidade ou do panteísmo”, e a substituição, “indispensável à compreensão da subjetividade”. E prevê o veredito: “Tenho certeza de que esta medida será julgada insuficiente pelo cristão que crê” (p. 85) [V-pt].

A noção de Deus-Homem “afirma, nesta transubstanciação do Criador em criatura, a idéia da substituição” (p. 90) [V-pt] (ver 2.8). A ponte que ele diz usar com cristãos é Mateus 25: “a relação a Deus é aí apresentada como relação ao outro homem. Não é metáfora: em outrem, há presença real de Deus. […] Não digo que outrem é Deus, mas que, em seu Rosto, entendo a Palavra de Deus” (“Filosofia, justiça e amor”, *Entre nós*, p. 151) [V-pt].

Há ainda “Judaïsme et kénose” (*À l'heure des nations*, 1988), ensaio que a pesquisa de fontes do estudo não leu. Dele chegam, por intermediários, duas locuções de Levinas: a quenose “atestada primeiro pelos próprios textos bíblicos” e a “conjunção, em Deus, da descida e da elevação” (pp. 133–134 do ensaio) [V via secundária; tradução do estudo].

A tradição lê esse cristianismo por intérpretes que o estudo conhece só por título ou por resumo. Pochet pergunta, no título de 2005, se Levinas é caminho ou obstáculo para a teologia cristã [tese a confirmar]. E Marion, no resumo de Sebbah, diagnostica que Levinas “permanece aquém do amor”: o rosto seria fenômeno saturado, mas não o saturado por excelência, a Revelação, “o fenômeno de Cristo” (Sebbah, *Revista de Filosofía*, 2024, pp. 113–127) [V via secundária; tradução do estudo; ano a confirmar]. É leitura confessional do intérprete, não de Levinas nem do cânon.

A ficha do Estudo III tocou o cristianismo na dignidade anterior ao mérito (a imagem de Deus, Gn 1,26), na luz de Jo 1,9, em Agostinho, na misericórdia e no Abrigo (“vinde a mim os cansados”, Mt 11,28); separou-se em estrutura contra revelação, ausência de culto e silêncio sobre o depois do rio. O cânon responde pela Independência confessional: “Para quem crê, a Luz tem nome próprio: para o cristão, é o próprio Deus. Para quem não crê, é a consciência mais funda, o verdadeiro em si. A filosofia não decide isso por ninguém” (Cânon v1.2, “Independência confessional”).

Levinas ajuda em três pontos. O primeiro é um modelo de fala: quem diz “não tenho a ousadia” e admite que o crente achará insuficiente o que retém fala de fora, sem converter nem opor, como a Independência confessional pede ao estudo. O segundo é um aviso de sujeito: o cânon diz que, para o cristão, a Luz é Deus; Levinas diz que outrem não é Deus. São coisas distintas, a Luz de quem crê e o rosto do outro, e o estudo não as funde: a Luz fica sem nome, e o Outro não é posto como figura dela. O terceiro é uma sala que a ficha não visitou: a quenose e a substituição, que Levinas lê no dogma, não estão entre os toques do Estudo III (ver 5.7) [leitura do estudo].

Há ainda uma divisão de trabalho parecida com a do cânon, sem ser a mesma. Levinas deixa o consolo à religião: “todo o lado consolador desta ética deixo-o para a religião” (“Filosofia, justiça e amor”, *Entre nós*, p. 149) [V-pt]. Não entra “teologicamente nesta questão” e descreve “a ética, é o humano, enquanto humano” (mesmo passo). O Tratado da Vigília traça uma fronteira vizinha: “quem crê poderá ler uma manhã na fé que professa, quem não crê não a lerá, e a Vigília não depende de nenhuma das duas leituras” (Tratado da Vigília, “Objeção provável e resposta breve”, segunda objeção). Levinas envia o consolo à religião; o Tratado deixa a manhã à fé de cada um e deixa em aberto se a própria presença consola, que é a questão (e) do Estudo VII (ver 6.3). O estudo registra a semelhança sem adotar a divisão de Levinas [leitura do estudo].

5.4 Buber

Em Buber, a visita do cânon e a de Levinas se encontram, e cada uma lhe recusa uma coisa diferente. O Tratado das Águas Comuns já visitou Buber. Dele toma a estrutura da fórmula “a luz é pessoal, nunca individual” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”) e o encontro, “Toda vida atual é encontro” (*Eu e Tu*, citado no Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação”). Recusa a precedência: “A fronteira é a precedência. Buber escreve: ‘No princípio é a relação’. O fundador decidiu de outro modo: a Lux vem antes do Abrigo […]. Toma-se de Buber o encontro, não a precedência da relação” (mesmo passo). O Tu eterno fica como material confessional.

Levinas diz de Buber, sem esconder a dívida: “Pode-se perguntar, contudo, se o *tutoiement* não coloca o outro numa relação recíproca, e se essa reciprocidade é primordial” (*Totality and Infinity*, p. 68). Depois de duas reservas mais, acrescenta: “Esta obra não tem a pretensão ridícula de ‘corrigir’ Buber nesses pontos” (p. 69) [V-en; tradução do estudo]. Na entrevista de 1982 “Filosofia, justiça e amor” [ano por via secundária; a conferir no Anexo do impresso], diz também: “aquele que andou sobre o terreno de Buber deve obrigação de fidelidade a Buber, mesmo que não soubesse onde se achava” (*Entre nós*, p. 162) [V-pt]. A assimetria que ele opõe a Buber está em 1.7. A reciprocidade, porém, não é banida, e sim deslocada para a justiça: “Como cidadãos, somos recíprocos, mas é uma estrutura mais complexa que o face-a-face” (p. 147) [V-pt] (ver 2.9 e 4.3).

O Tratado recusou a Buber a precedência da relação; Levinas lhe recusa a reciprocidade como primordial. São duas recusas, e não a mesma: uma trata de quem vem antes, a outra de se a relação é de mão dupla [leitura do estudo]. O Tratado deixou nomeada, e não decidida, a pergunta sobre se a relação com o outro é recíproca ou assimétrica (Tratado das Águas Comuns, “Síntese”; ver 4.3). Levinas ajuda a formulá-la com precisão, assimetria no face a face e reciprocidade na justiça; atrapalha se for tomado por resposta. Um aviso de palavra: o *tiers* de Levinas, de onde nasce a justiça, não é o “terceiro devido” do Tratado, o nós “ao lado do eu e do tu” (Tratado das Águas Comuns, “Definição”); são homônimos, não equiparados (ver 3.5) [leitura do estudo]. O estudo pergunta ao fundador, na questão (n), se as Águas Comuns são recíprocas, assimétricas ou nenhuma das duas (ver 7.3).

5.5 O estoicismo

Dos estoicos, Levinas não diz nada nos textos conferidos, e o estudo começa por aceitar o silêncio. A busca nos dois volumes completos não achou estoico, estoicismo, Epicteto, Marco Aurélio nem Sêneca; achou epicuristas (*Totality and Infinity*, pp. 154, 221 e 226) [V-en]. O estudo pode dizer que nesses volumes não há diálogo; não pode tirar do silêncio aprovação nem censura. A tradição lê esse silêncio com a voz vazia: nenhum intérprete nomeado põe Levinas com os estoicos.

Há uma vizinhança que se aponta sem forçar: a frase de que “nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada”, com a ressalva de que fechar a casa é possível (*Totalidade e Infinito*, p. 154) [V-pt] (ver 2.5). A ficha do Estudo II tocou o estoicismo no rio de Heráclito, no *lógos*, no exame noturno de Sêneca, ancestral do Examinar, e no portar o involuntário de Epicteto; separou-se em *apatheia* contra celebração, amor ao destino contra mensagem e “cidadela interior, não; casa de portas abertas”. Que a frase de Levinas encontre a cidadela interior da ficha [inferência do estudo] não vale como juízo dele sobre a Stoa: foi escrita, até onde a pesquisa alcança, sem os estoicos em vista.

O cânon responde com o Examinar, que pergunta “onde minha luz ficou escondida hoje? Onde brilhou?” (Cânon v1.2, “Luz Interior — Lux”, Prática) e encerra “com gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Noite). Levinas nem ajuda nem atrapalha aqui: não completa a ficha do Estudo II. O que o capítulo evita é pedir-lhe o que ele não disse, a começar por um juízo sobre a *apatheia* [leitura do estudo].

5.6 Budismo, Vedanta e taoísmo

Das três casas orientais, Levinas diz quase nada, e o estudo não inventa um diálogo. Nos dois volumes varridos não há budismo, Vedanta, taoísmo nem zen. Há duas frases,

ambas genealógicas, sobre a origem da ideia do Bem além do ser. A primeira diz que a metafísica grega concebeu o Bem separado da totalidade das essências e vislumbrou assim uma estrutura que admite um além, “sem contribuição de um pretenso pensamento oriental” (*Totality and Infinity*, p. 102). A segunda, que a noção de um ser acima do ser, dignificada pela ideia platônica do Bem, “não deve, portanto, ser reconduzida a nenhuma sabedoria oriental” (p. 218) [V-en; tradução do estudo]. São reparos sobre a origem de uma ideia, não juízo sobre doutrina alguma [leitura do estudo].

Numa entrevista citada por via secundária, a delimitação é mais seca: “as únicas coisas humanas que importam são os gregos e a Bíblia; todo o resto é dança” (entrevista com C. von Wolzogen, em *Emmanuel Levinas: Proceedings of the Centenary Conference*, Bucareste, 2006) [V via secundária; tradução do estudo; título e página a confirmar]. E: “Penso que a ética não é uma invenção da raça branca, da humanidade que leu os autores gregos nas escolas e que seguiu certa evolução. O único valor absoluto é a possibilidade humana de dar, em relação a si, prioridade ao outro” (“Filosofia, justiça e amor”, *Entre nós*, pp. 149–150) [V-pt; conferido no digitalizado].

A tradição entra só com uma pista bibliográfica, “Dans une culture sans Dieu. Lévinas au Japon” (*Cahiers d'études lévinassiennes*, 2005, p. 409), de autor e conteúdo não conferidos; nada se extrai dela. As fichas dizem mais. O Estudo I tocou o budismo na impermanência, na atenção plena, no não-apego e na compaixão, e separou-se em luz atemporal contra *anattā*, navegar contra desembarcar, celebração contra renúncia, dignidade contra vacuidade. O IV tocou o Vedanta no *ātman* que não nasce nem morre e separou-se em participação contra identidade e em história real. O VI tocou o taoísmo no *wu wei* e no inútil necessário e separou-se em impessoal contra pessoal e em espontaneidade contra regra.

O cânon responde pela Independência confessional, que dá o exemplo cristão e não gradua os outros nomes da Luz (Cânon v1.2, “Independência confessional”). Levinas não ajuda nem atrapalha a ver essas três casas, porque não as visitou, e o estudo registra o fato sem preenchê-lo [leitura do estudo]. Dois cuidados. A delimitação “os gregos e a Bíblia” é dele, e o cânon, que não gradua, não a herda. E o estudo não sabe se, para Levinas, os mundos budista, védico e taoísta seriam “dança” ou parte da humanidade a que a ética se dirige: as duas frases ficam lado a lado, sem conciliação.

5.7 O padrão

Olhadas juntas, as visitas repetem um gesto: Levinas lê tudo pela ética primeira. “A moral não é um ramo da filosofia, mas a filosofia primeira” (*Totalidade e Infinito*, p. 284) [V-pt], e a metafísica, no vocabulário dele, “precede a ontologia” (pp. 29–30) [V-pt]. Cada casa é pesada por uma pergunta: o outro foi posto antes do ser, da liberdade, do sistema? Hegel responde que não, e é filosofia do Mesmo; Heidegger, que a ontologia é filosofia do

poder; Sartre, que o outro ameaça a liberdade. Buber e o cristianismo ficam mais perto, com ressalvas: o primeiro põe a reciprocidade na origem, o segundo vale pela substituição. Dos estoicos nada se pode dizer, e do Oriente, quase nada. É o gesto de um leitor de uma só pergunta, e isso é força e limite [leitura do estudo].

A pergunta ilumina quatro coisas. A primeira é o singular julgado à revelia, que dá nome ético ao que o Estudo VII chamou de vítima fora da conta (5.1). A segunda é o outro e o corpo, que a ficha do Estudo V deixou sem lugar (5.2). A terceira é a sala da quenose e da substituição, que a série não visitou (5.3). A quarta é a reciprocidade, pergunta que o Tratado das Águas Comuns nomeou sem decidir (5.4) [leitura do estudo].

A mesma pergunta cega em outras quatro. Apaga o Hegel que concede o luto e rejeita o fim santo (5.1). Lê Heidegger e Sartre pela ontologia e pela liberdade, e deixa de lado a ferida dos papéis, que a ficha valorizou (5.2). Lê o cristianismo pelo que serve à substituição, e ele próprio admite que o crente a achará insuficiente (5.3). E a delimitação “os gregos e a Bíblia” não deixa lugar às casas orientais que a série visitou (5.6) [leitura do estudo].

Daí o que o padrão pede ao estudo: usar Levinas como pergunta emprestada (quem está ausente do julgamento? o outro foi posto antes?), e não como régua. Hegel gradua porque a sua resposta é um caminho (Estudo VII, 4.7); Levinas delimita o horizonte pela ética primeira; a série visita casas porque a sua resposta é uma luz [leitura do estudo].

Dois pontos saem deste capítulo para o capítulo 7, além da questão (n), nomeada em 4.4. O primeiro é a questão (s). O cânon recusa a teodiceia em nome de quem está na noite; o estudo pergunta ao fundador se quer adotar também o princípio de Levinas, o de que justificar a dor do próximo é a fonte de toda imoralidade (ver 5.1 e 7.3). O segundo não é questão de doutrina, mas proposta para uma revisão futura da ficha, a decidir pelo fundador (ver 7.3). A ficha do Estudo III não tocou a quenose nem a substituição, que o cristianismo de Levinas põe no centro. Entrariam como toque ou como fronteira, ou ficariam como material do interlocutor.

A volta pelas casas está feita; falta olhar às portas que a leitura de Levinas abre (capítulo 6).

6 PRÉVIAS: AUTORES QUE VIRÃO

Nota. Os seis esboços deste capítulo não são estudos: são marcas de lugar, como no Estudo VII. Cada um indica por onde a leitura de Levinas abre uma porta e o que o estudo propõe pôr à prova. Buber, que o Estudo VII anunciou (Estudo VII, 5.7) e o Tratado das Águas Comuns já ouviu, não ganha prévia nova. As perguntas que as prévias levantam ao fundador vão para 7.3; as que ficam para o estudo de cada autor não levam letra.

6.1 Paul Ricoeur

Levinas diz que quem responde ao rosto se coloca "ao mesmo tempo como mais e como menos do que o ser que se apresenta no rosto": menos, porque o rosto o julga; mais, porque lhe cabe responder à miséria de outrem (*Totalidade e Infinito*, p. 193) [V-pt]. **A tradição lê**, por Ricoeur, o preço dessa assimetria. No décimo estudo de *O si-mesmo como um outro*, a separação e a exterioridade de Levinas são uma "hipérbole" (p. 392), e contra ela o si precisa de "uma capacidade de acolhimento" (p. 395) [V via secundária]. A justiça, ali, não pende de um só polo: articula-se à estima de si e à convocação pelo outro (p. 386) [V via secundária; paráfrase]. O Estudo VII abriu esta porta pelo lado do mal, do luto e da gratidão (Estudo VII, 5.6); esta é a outra, a da crítica direta a Levinas.

O cânon responde. Toca a Lux e o Abrigo na "capacidade de acolhimento". Pela decisão n.º 3 (decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII), a luz precede toda relação, e o olhar do outro "pode ser o primeiro a vê-la" (ver 4.1). Para que um olhar veja e uma casa acolha, quem chega tem de poder ser visto e acolhido; o que Ricoeur chama capacidade pode ser o nome do que a Lux já traz. Toca a Bússola na estima de si: "a luz está lá?" é pergunta de primeira pessoa (Cânon v1.2, "A Bússola"), e a articulação de Ricoeur a põe ao lado da convocação pelo outro. Isso tocaria a questão (f): a Vigília nasceria dos dois, e o primado se alternaria [hipótese do estudo].

Separa-se, ou pergunta, em dois pontos. O primeiro é uma homonímia (ver 3.5). O terceiro de Levinas leva à justiça, e o que ela deve ao lobo é a questão (g); leva também ao Estado (*Entre nós*, "Filosofia, justiça e amor", pp. 143–146) [V-pt]. O de Ricoeur leva às instituições justas [tese a confirmar], e o "terceiro devido" das Águas Comuns é o nós (Tratado das Águas Comuns, "Definição"). O segundo ponto é a questão (l): o mal padecido que é, em parte, cometido. Um si capaz de acolher é também um si a quem se imputa o que fez [tese a confirmar]; a fronteira entre noite e lobo passaria por dentro da mesma pessoa [hipótese do estudo]. Elementos a testar: Lux, Bússola, Abrigo, Águas Comuns.

Pergunta para o estudo futuro. A decisão n.º 3 já põe a luz antes do Abrigo. Fica por ver se a "capacidade de acolhimento" de Ricoeur nomeia algo a mais em quem acolhe, ou só o que a Lux, vista por outro olhar, já é.

6.2 Jacques Derrida

Levinas diz que o seu livro “apresentará a subjectividade como acolhendo Outrem, como hospitalidade” (*Totalidade e Infinito*, p. 14) [V-pt], e que o terceiro já olha pelos olhos do outro (ver 3.5): “a linguagem é justiça” (*Totality and Infinity*, trad. Lingis, p. 213) [V-en; tradução do estudo]. **A tradição lê**, por Derrida, duas vezes. Em “Violência e metafísica” (1964), a objeção é de linguagem: afirmar filosoficamente o outro, além da existência subjetiva, arrisca sair do discurso filosófico (*A escritura e a diferença*, Perspectiva, p. 176 ss.) [V via secundária; paráfrase]. Em *Adeus a Emmanuel Levinas* (1997), o livro de 1961 vira um “tratado de hospitalidade” (trad. ing., p. 21) [V via secundária; tradução do estudo], e a hospitalidade é o nome do que ele descreve: “[…] o acolhimento do rosto, a hospitalidade, é o mesmo, mas o mesmo enquanto acolhimento do outro, ali onde ele se subtrai ao tema” (Galilée, p. 51) [V via secundária; tradução do estudo].

O cânon responde. Toca o Abrigo, que o estudo lê como hospitalidade [leitura do estudo]. A letra diz: “o Abrigo diz o que oferecemos a quem chega até nós” (Cânon v1.2, “O Abrigo”). “Hospitalidade” e “estrangeiro” não ocorrem na letra do cânon, e o compromisso do Abrigo não tem limite declarado: a Disputatio fala em “dever geral do Abrigo, que aponta na direção certa sem a desenvolver” (Disputatio, 4, “ad tertium”). Derrida distingue, em outros textos, a hospitalidade incondicional das leis que a regulam [tese a confirmar]. O cânon tem, diante do Abrigo, a Bússola, que pode vetar “uma relação” (Cânon v1.2, “A Bússola”), e o retiro de quem atraca. Se o Abrigo fosse incondicional, esses dois o limitariam; o estudo não sabe se limitar seria trair o Abrigo ou protegê-lo [hipótese do estudo].

Toca a Vigília no terceiro. A frase “deve-se justiça” (Cânon v1.2, “A Vigília”; ver 3.3) deixa a questão (g) ao tratado ainda por escrever, e com ela o que custa comparar. Esse custo talvez seja o que Derrida chama “perjúrio” [hipótese do estudo]; a pesquisa tem só a palavra, por via secundária, e o argumento está por conferir [tese a confirmar]. Uma ressalva: o *tiers* irrompe no face a face, e o “terceiro devido” é o nós (ver 6.1). Uma ponte: a objeção de linguagem — dizer o totalmente outro com a língua do Mesmo — é parente da questão (h) do Estudo VII (Estudo VII, 6.3): uma Luz sem nome pode ser dita sem ser conceituada? [inferência do estudo]. Elementos a testar: Abrigo, Bússola, Vigília, Águas Comuns.

Pergunta ao fundador. Questão (m); ver 6.3. O Abrigo, que se oferece a quem chega, é incondicional — ou tem por limite a Bússola, que pode vetar uma relação, e o retiro, que guarda a lamparina do vento?

6.3 Simone Weil

Levinas diz que a insônia começa anônima, pois o eu é “despersonalizado” pela noite do *há* (*Da existência ao existente*, Papirus, p. 68) [V via secundária]. Diz também que a vigília despertada pelo Outro precisa de um traje: “A vigilância deve vestir-se de justiça” (*De Dieu qui vient à l'idée*, Vrin, p. 98) [V via secundária; tradução do estudo]. (“Vigilância” é a palavra de Levinas; o “vigiar” do cânon é outra coisa, como se vê em 2.1.) **A tradição lê**, em Weil, a atenção como a forma que o amor toma diante do infeliz [tese a confirmar]. O Tratado da Vigília já a ouviu: “Em Simone Weil a presença chama-se atenção”, e o infortúnio é “antes de tudo anônimo”, de modo que os atingidos “nunca mais acreditem que são alguém” (Tratado da Vigília, “Fundamentação”, que traduz *Attente de Dieu*, La Colombe, 1950) [V via secundária; tradução do Tratado].

O cânon responde. Toca a atenção de Weil pela Vigília, e o Tratado já traçou as fronteiras (Tratado da Vigília, “Fundamentação”). A espera de Weil tem objeto, alguém que virá. A necessidade cega dissolve o lobo na noite. A descriação e a cruz são de raiz confessional. O Tratado deixa abertas duas questões que Weil toca. Uma é onde passa a fronteira entre noite e lobo quando o mal padecido é, em parte, cometido (l). A outra é se a Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela (f) (Tratado da Vigília, “Síntese”).

Levinas põe três coisas diante da Vigília. Uma origem: a vigília vem “a partir do outro” (*Entre nós*, “A filosofia e o despertar”, p. 124) [V-pt], e não só da luz de quem vela, o que é a questão (f). Uma justiça: a vigília vestida de justiça mantém o lobo à vista. Um preço, o de quem vela: “o justo sofrimento em mim pelo sofrimento injustificável de outrem” (*Entre nós*, “O sofrimento inútil”, pp. 132–133) [V-pt], núcleo da questão (p) [leitura do estudo].

Dois cuidados. Os anonimatos são três, e o estudo não os equipara. O do *há* é ser sem ente, anterior a alguém. O do infortúnio é o de alguém esmagado. O da noite do cânon define-se pela falta de autor — “o mal que ninguém causou” — e nela quem está “sabe o que é” (Tratado da Vigília, “Definição”). Saber se a noite do *há* é a noite do cânon é a questão (o). Quanto à justiça, a de Levinas junta o que o cânon separa: “diante dele não se vela: resiste-se” (Cânon v1.2, “A Vigília”) [leitura do estudo]. Elementos a testar: Vigília, Abrigo, Lux.

Pergunta ao fundador. Questão (l); ver 6.3. Quando o infortúnio tem as duas origens, a noite e o lobo, quem está ao lado vela e resiste ao mesmo tempo? Levinas escreve que a vigilância “deve vestir-se de justiça”; o cânon separa os gestos. O estudo pergunta se separá-los basta.

6.4 Hans Jonas

Levinas diz que “a relação com o porvir é a relação mesma com o outro” (*O tempo e o outro*, Quadrige, p. 64) [V via secundária; tradução do estudo] e que “um ser capaz de outro destino que o seu é um ser fecundo” (*Totalidade e Infinito*, ed. esp., Sígueme, p. 289) [V via secundária; tradução do estudo]. Diz também que “a metafísica precede a ontologia” (*Totalidade e Infinito*, pp. 29–30) [V-pt].

A tradição lê, por Jonas, o mesmo porvir do lado da técnica. Em *O princípio responsabilidade* (1979), o poder de a civilização técnica comprometer a vida futura pede um novo imperativo: agir de modo que os efeitos da ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na Terra. A responsabilidade se pensa a partir do vulnerável, com o adulto diante do recém-nascido por modelo. Quando o saber falha, o guia é uma heurística do temor (*Heuristik der Furcht*). O dever se funda num sim ao ser e à vida [tese a confirmar; data e título alemão a confirmar]. Nenhuma fonte lida põe os dois autores em diálogo, e a ponte é do estudo: Jonas parte de um sim ao ser, e Levinas diz que a metafísica precede a ontologia [leitura do estudo].

O cânon responde. Toca o Flumen e o Legado: “Ninguém começa do zero. Somos herdeiros de gerações e civilizações inteiras — e ancestrais de quem virá” (Cânon v1.2, “Pertencimento ao Fluxo”, “Princípio”). O Legado é “uma ação concreta voltada a quem vem depois: ensinar algo, documentar algo, plantar algo” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”). Toca as Águas Comuns em “manter as águas passáveis — não represar, não envenenar” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”), que, lido ao longo das gerações, soa próximo do imperativo de Jonas [leitura do estudo].

Separa-se em dois pontos. O primeiro é o tempo do verbo. A heurística do temor é um guardar-se do que virá, e “quem vigia guarda-se do que virá”; quem vela, ao contrário, “não faz depender a luz do que virá” (Tratado da Vigília, “Definição”; ver 3.1). Se a responsabilidade de Jonas é um vigiar, ela mora na Bússola ou nas Águas Comuns, não na Vigília [hipótese do estudo]. O segundo é o dever. O cânon diz “devo ao rio o próprio fluxo” (Cânon v1.2, “As Águas Comuns”) e chama-nos “ancestrais” de quem virá, mas não diz expressamente que o porvir obrigue. O Examinar agradece ao passado: “gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível” (Cânon v1.2, “Regra de Vida”). Elementos a testar: Flumen, Águas Comuns, Vigília.

Pergunta ao fundador. Questão (n); ver 6.3. O Legado é dever ou dom? A dívida ao rio alcança quem ainda não chegou? Pode ser devida a quem não pode retribuir?

6.5 Jean-Luc Marion

Levinas diz que “a justiça brota do amor” e que “o amor deve sempre vigiar a justiça” (*Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 148) [V-pt; verbo francês de “vigiar” a confirmar]. **A tradição lê**, por Marion, que Levinas “permanece aquém do amor”: o rosto

seria fenômeno saturado, mas não o saturado por excelência, a Revelação, “o fenômeno de Cristo” (Sebbah, *Revista de Filosofía* XXXVI/1, 2024, pp. 113–127) [V via secundária; tradução do estudo; ano a confirmar]. A tese dele: o fenômeno saturado é o que se dá em excesso, além do que a intenção de quem o recebe consegue medir, e é no dar-se (a “doação”) que o fenômeno aparece [tese a confirmar]. A leitura é confessional, do intérprete: não é de Levinas, nem do cânon.

O cânon responde. Toca a Lux na palavra “dada”: a luz é dada antes de qualquer relação (decisão n.º 3; ver 4.1), e “revelar supõe presença anterior a qualquer olhar — inclusive ao olhar de quem a possui” (Tratado da Luz Interior, “Definição”). Uma luz que precede o olhar tem forma parecida com a de um fenômeno que o excede [hipótese do estudo]. A origem da luz fica fora desta aproximação: é “questão que o cânon deliberadamente deixa em aberto” (Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”).

Separa-se em dois pontos. O primeiro é a escala: pôr a Revelação no cume dos fenômenos é graduar, e o Estudo VII mostrou que o cânon não gradua as casas, isto é, as religiões (Estudo VII, 3.3). O segundo é o nome. O único nome de crença que o cânon dá, como exemplo, é “para o cristão, é o próprio Deus”, e ele conclui: “A filosofia não decide isso por ninguém; exige apenas fidelidade à luz, seja qual for o nome que cada um lhe dê” (Cânon v1.2, “Independência confessional”). A letra não gradua nomes. A leitura de Marion põe um nome no cume; o cânon deixa o nome a cada um [leitura do estudo]. Elementos a testar: Lux.

6.6 Vasily Grossman

Levinas diz, em “O outro, utopia e justiça”, que a justiça tem má consciência: “Má consciência da Justiça! Ela sabe que não é tão justa quanto é boa a bondade que a suscita” (*Entre nós*, p. 294) [V-pt; ensaio inferido pela paginação]. Em seguida, lendo *Vida e destino*, diz que a pequena bondade “se perde e se deforma desde o momento em que procura ser organização e universalidade e sistema”, mas “permaneceria, contudo, o único refúgio do Bem no Ser. Invicta, esta pequena bondade sofre a violência do Mal, que não poderia nem vencer nem expulsar” (pp. 294–295) [V-pt]. Põe também a misericórdia dentro da justiça: o após-veredicto, com suas possibilidades de misericórdia, “pertence ainda inteiramente — de pleno direito — à obra da justiça” (p. 295, a propósito de Rosh Hashaná 17b) [V-pt]. Em outro passo do mesmo ensaio, lê em Grossman, na nuca de quem espera numa fila, “toda a fraqueza” do outro (p. 297) [V-pt; paráfrase com palavras da fonte].

Grossman é romancista, e o estudo o trata como material, não como autoridade filosófica. O que o romance dá, em paráfrase, é a bondade de uma pessoa por outra, sem testemunha e sem ideologia, posta contra o Bem que se faz sistema e mata [tese a confirmar].

O cânon responde. Toca o Abrigo, cujos gestos são pequenos e sem sistema: “braços onde o cansado descansa” (Cânon v1.2, “O Abrigo”; ver 3.2). A palavra “bondade” não ocorre na letra do cânon nem nos tratados lidos. Toca a Regra da Misericórdia, que tem outro endereço: fala “apenas do fracasso da própria pessoa consigo mesma” (Disputatio, 4, “ad tertium”), e a retomada “não depende de outra pessoa” (decisão n.º 4). A bondade de um por outro, de que a justiça de Levinas tem má consciência, e a misericórdia que ele inclui na obra da justiça não são, na letra, a Regra da Misericórdia nem um desenvolvimento do Abrigo [leitura do estudo].

Separa-se na forma. O cânon é uma regra de vida, feita de práticas, e a justiça devida ao lobo (g) espera o tratado dedicado de que fala a Disputatio; Levinas e Grossman avisam que o que se organiza se deforma. A lacuna que a Disputatio declara — “dever geral do Abrigo, que aponta na direção certa sem a desenvolver” — pode ser também uma proteção, e a medida do Abrigo (m) talvez só se diga na vida de quem o vive [hipótese do estudo]. Elementos a testar: Abrigo, Regra da Misericórdia, Vigília.

Pergunta ao fundador. Questão (m), com (g); ver 6.3. A bondade sem sistema cabe numa Regra? O estudo pergunta se o Abrigo fica como está, sem desenvolvimento, e se o tratado da justiça, quando vier, levará uma “má consciência” como a de Levinas.

6.7 Síntese das prévias

Seis portas, e a pergunta de qual abrir primeiro. O estudo propõe Ricoeur para o Estudo IX; o fundador decide. Três razões sustentam a proposta. A primeira: é o único autor anunciado pelos dois estudos, cada um por uma face. O Estudo VII o abriu pelo mal, pelo luto e pela gratidão (Estudo VII, 5.6); este o abre pela crítica à assimetria de Levinas (6.1). Visitá-lo cumpre duas promessas de uma vez. A segunda: toca as duas questões que o Estudo VII diz pedirem um tratado (Estudo VII, 6.3), a justiça devida ao lobo (g) e o mal padecido em parte cometido (l), e mais a origem da Vigília (f). A terceira: oferece uma ponte para o tratado da justiça sem escrevê-lo. A justiça dele responde à estima de si e à convocação pelo outro (ver 6.1), e a letra do cânon não escolhe entre esses dois pontos de partida.

As outras cinco esperam bem. Derrida e Grossman iluminam (g) por ângulos que ganham com a base de Ricoeur. Weil e Jonas têm cada um a sua porta. Marion pede cuidado pela raiz confessional da leitura. Grossman, por ser literatura, talvez peça outro formato que o de Estudo Comparado [hipótese do estudo]. As prévias tocam as questões (f), (g), (h), (l), (m), (n), (o) e (p). As questões (e), (i), (j) e (k) não têm prévia neste capítulo, e o Estudo VII não anunciou autor para (i).

Autor	**A porta**	**Questões que toca**	**Elementos a testar**
Ricoeur	a “hipérbole”; a “capacidade de acolhimento”	(f); (g); (l)	Lux; Bússola; Abrigo; Águas Comuns
Derrida	a hospitalidade e o terceiro	(g); (h); (m)	Abrigo; Bússola; Vigília; Águas Comuns
Weil	a atenção e o infortúnio	(f); (l); (o); (p)	Vigília; Abrigo; Lux
Jonas	o porvir e o vulnerável	(n)	Flumen; Águas Comuns; Vigília
Marion	o dom e o amor	nenhuma com letra	Lux
Grossman	a pequena bondade	(g); (m)	Abrigo; Regra da Misericórdia; Vigília

7 SÍNTESE, FÓRMULA E QUESTÕES ABERTAS

7.1 O que o estudo encontrou

Levinas entra no Lumen Fluens pela vigília e pela dívida. Devemos-lhe uma descrição exata da noite sem ninguém — o *há*, a insônia em que "é a própria noite que vela" (*Da existência ao existente*, Papirus, p. 80) [V via secundária] — e, com ela, a lição de que "velar" nomeia duas coisas: um existir anônimo de que se quer sair, e uma responsabilidade de que não se sai. A Vigília do cânon não é nenhuma das duas, e por isso mesmo se deixa ler diante das duas (3.1). Devemos-lhe a casa que só é casa porque pode abrir a porta, a morada que "supõe assim uma primeira revelação de Outrem" (*Totalidade e Infinito*, p. 134) [V-pt] e a hospitalidade como primeiro gesto: a formulação de fora mais próxima do Abrigo (3.2). Devemos-lhe a ideia de que a primeira palavra do rosto é uma proibição — "não cometerás assassínio" (*Totalidade e Infinito*, p. 178) [V-pt] — e que a responsabilidade é "anterior à deliberação" (*Entre nós*, "Diacronia e representação", p. 219) [V-pt]: o cânon funda a dívida na luz do outro — ao lobo "deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro" (Cânon v1.2, "A Vigília") — e deixa em aberto a origem dessa luz; Levinas a funda na primeira palavra do rosto (3.3). Devemos-lhe o fim da teodiceia dito sem reserva: nenhum sentido para a dor do outro, e a justificação dessa dor como "a fonte de toda imoralidade" (*Entre nós*, "O sofrimento inútil", p. 138) [V-pt]; a fórmula adotada pelo fundador em 17 de outubro de 2026 — aceitar a dialética como método e recusá-la como teodiceia — encontra nele um aliado radical (3.4). Devemos-lhe o terceiro: a entrada de quem não está no face a face, que faz nascer a justiça de uma bondade e a obriga a lembrar-se dela — "ela sabe que não é tão justa quanto é boa a bondade que a suscita" (*Entre nós*, p. 294) [V-pt] —, a melhor descrição externa do que o cânon deixa sem texto sobre a justiça devida ao lobo (3.5). Devemos-lhe a fecundidade, que toca o Flumen na atenção a quem vem depois, sem fazer do futuro um prolongamento do eu (3.6) [leitura do estudo]. E devemos-lhe a má consciência, que não é remorso por um ato, mas o que a liberdade sente ao não poder justificar-se por si, e o temor pelo que o existir "apesar da inocência de suas intenções, corre o risco de cometer" (*Entre nós*, "Diacronia e representação", p. 218) [V-pt]: vizinha do Examinar, que fecha o dia com duas perguntas sobre a luz própria e com gratidão (3.7). Nada disso o cânon precisa negar. Na vigília e na dívida, Levinas nomeia com precisão o que o cânon toca de outro modo [leitura do estudo]; o que ele acrescenta é uma origem para a dívida, e é por aí que a fórmula entra (7.2).

Mas Levinas bate em duas portas fechadas. A primeira é a que Hegel também encontrou: a luz. Para Levinas, "o eu é um privilégio ou uma eleição" e "não poder esquivar-se — eis o eu" (*Totalidade e Infinito*, p. 223) [V-pt]; o rosto que o convoca "me chama às minhas obrigações e me julga" (mesma obra, p. 193) [V-pt]. Para o cânon a luz é dada antes de qualquer relação, e o olhar do outro "não a fabrica, mas pode ser o primeiro a

vê-la” (decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII, n.º 3). A fronteira não passa entre um eu que se deve ao outro e um eu que não se deve; passa entre um eu que se constitui na resposta e uma luz que se revela nela [leitura do estudo]. Hegel punha o percurso antes da luz (Estudo VII, 3.1); Levinas põe o outro; o cânon responde aos dois com a mesma palavra, “dada” (4.1). A segunda porta é a decisão. A Bússola pergunta em primeira pessoa — “a luz está lá? Posso estar lá inteiro, sem me trair? Se a resposta é não, não vou” (Cânon v1.2, “A Bússola”) — e o *eis-me aqui* de Levinas é dito antes de qualquer pergunta e não pode recusar-se. A Bússola não é fonte de deveres, mas veto de fidelidade, e o conteúdo lhe vem do Abrigo e das Águas Comuns (Estudo VII, 3.4); ela guarda para quem escolhe o direito de não ir, e a Disputatio já notou que isso a deixa incompleta diante de quem nada escolheu (4.2). Em Levinas o limite da responsabilidade não vem de dentro: vem da justiça, com o terceiro (4.5); e o contraste entre “não vou” e “não poder esquivar-se” depende de (m) e de (n) (4.8).

Cinco fronteiras menores acompanham as duas maiores. A da assimetria: em Levinas o outro “me aborda a partir de uma dimensão de altura” (*Totalidade e Infinito*, p. 192) [V-pt]; no cânon o rio é de todos e de ninguém, e as luzes não se ordenam (4.3). A das noites: o *há* é noite sem ninguém; a noite do cânon acontece a alguém (4.4). A da substituição: o refém de Levinas chega a pôr-se no lugar do outro, e o cânon diz “eu sem a minha luz sou uma mentira” (Cânon v1.2, “A Bússola”) (4.5). A do sentido: Levinas dá ao sofrimento próprio um sentido, o de sofrer pelo outro; o cânon promete presença e não promete sentido (4.6). E a do nome: o Infinito de Levinas deixa um rastro, e o cânon deixa a Luz sem nome (4.7). Olhadas juntas, seis das sete fronteiras repetem um gesto: em Levinas, o que funda vem de fora, do outro, e chega à pessoa como resposta; no cânon, a luz é dada dentro e chega ao outro como oferta e dívida. A sétima, a do nome, segue outro desenho: ali o cânon não escolhe direção, escolhe silêncio. O padrão vale como hipótese e com as duas ressalvas de 4.8: só dois pares se aproximam da contradição, e ambos dependem de (m) e de (n); e há três pontos em que a letra do cânon não fecha, e a fronteira é mais fina do que o padrão faz supor [hipótese do estudo].

Diante das casas, Levinas foi leitor de uma só pergunta — o outro foi posto antes do ser? —, que ilumina quatro coisas e cega para outras quatro, e o estudo o usou como pergunta emprestada, não como régua (capítulo 5). A sua leitura abriu seis portas, e o estudo propõe Ricoeur como a primeira a abrir (capítulo 6).

7.2 A fórmula

Daí a fórmula que o estudo propõe ao fundador, e que só ele pode adotar: **o Lumen Fluens aceita de Levinas a dívida e recusa a eleição.** Há uma luz devida ao outro antes de qualquer pacto: a Vigília funda a dívida na luz do outro, e Levinas dá à dívida uma origem — uma responsabilidade “anterior à deliberação” e “originalmente sem reciprocidade”

(*Entre nós*, pp. 219 e 293; ver 2.8 e 2.9) [V-pt]. Mas a luz de cada um não nasce da resposta ao outro: é dada, e o outro pode ser o primeiro a vê-la. Essa segunda metade repete, no que toca à origem da luz, a decisão n.º 3, e o estudo não a reabre; se "recusar a eleição" recusa também a convocação — o olhar que não só vê, mas chama —, depende de (q). A primeira metade é o que Levinas oferece ao cânon, e adotá-la não muda a letra: declara que a dívida que a Vigília enuncia é anterior a qualquer pacto e não depende de reciprocidade para valer — o que responderia em parte a (n) e a (m), ainda abertas (7.3) — e deixa à Bússola o que já é dela, o veto [leitura do estudo]. (Fórmula adotada pelo fundador em 19 de outubro de 2026; ver o Prólogo, "Decisões do fundador", n.º 1.)

A fórmula tem um corolário, e ele é pergunta, não fórmula. O cânon recusa a teodiceia em nome de quem está na noite — "não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela" (Tratado da Vigília, "O problema que responde") —, e a decisão n.º 1 fixou essa recusa. O que a letra não enuncia é o princípio que Levinas enuncia: que justificar a dor do outro é a fonte de toda imoralidade. Os dois não dizem o mesmo. O do cânon protege quem sofre de uma leitura que o tire de lá; o de Levinas proíbe a quem olha dar sentido à dor alheia. Pode-se ter o primeiro sem o segundo [leitura do estudo]. O estudo pergunta se o fundador quer o segundo como princípio declarado — é a questão (s). (Adotado pelo fundador em 19 de outubro de 2026; ver o Prólogo, n.º 8.)

7.3 Questões abertas

A honestidade é o método, e o estudo entrega ao fundador um só inventário: quinze perguntas que o cânon, tal como está, não responde. Oito são herdadas do Estudo VII — (e) a (l); as quatro que o VII numerou (a) a (d) foram decididas em 17 de outubro de 2026 e não voltam. Quatro vieram do plano deste estudo — (m) a (p). Três nasceram da leitura — (q), (s) e (t); a cláusula da altura, aberta em 4.3, é a segunda parte de (n). Para três das herdadas, o estudo propõe uma leitura, marcada como sua; para as demais, diz o que Levinas acrescentou e a quem a pergunta espera.

Sobre a pessoa e o outro. (f) A Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela? É a pergunta que o Estudo VII (5.5) fez em nome de Levinas, e a pesquisa corrigiu a premissa: em *De outro modo que ser* e em *Entre nós*, a vigília nasce do chamado; em *Da existência ao existente*, de nenhuma das duas — a noite vela sem ninguém (2.2, 4.2). O Tratado da Vigília a deixa nomeada sem resposta ("Síntese"). Leitura proposta: a Vigília é dita pela luz — "ela vela: recusa-se a apagar" (Cânon v1.2, "A Vigília") —, e o chamado do outro entra pela dívida, não pela origem; é a leitura que a fórmula de 7.2 supõe, e só o fundador a confirma [hipótese do estudo]. [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: a Vigília nasce da luz de quem vela; o chamado do outro entra pela dívida, não pela origem.] (q) O olhar que a decisão n.º 3 diz poder ser o primeiro a ver a luz apenas vê, ou também convoca? Se apenas vê, o Abrigo revela e nada exige; se convoca, entra no

cânon algo que a letra ainda não tem (4.1). [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: apenas vê; o Abrigo revela e nada exige.] (m) O Abrigo vai até a substituição? O estudo a decompõe sem decidir: se o dever ativo do Abrigo tem um ponto em que "ser casa" passa a pedir que a luz própria se apague; se esse ponto, quando houver, é por definição o limite que a Bússola marca; e se o limite pode vir também da justiça devida aos atingidos — os "terceiros" da Disputatio, que não são o *tiers* de Levinas (4.5). As prévias acrescentam duas faces: se o retiro, que guarda a lamparina do vento, é limite do Abrigo (6.2), e se a bondade sem sistema cabe numa Regra (6.6). [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: o Abrigo não vai até a substituição; o limite é a Bússola — ser casa nunca pede que a luz própria se apague.] (n) As Águas Comuns são recíprocas, assimétricas ou nenhuma das duas? A letra só pergunta (Tratado das Águas Comuns, "Síntese"); a resposta de Levinas, como o estudo a lê, é uma assimetria no face a face e uma reciprocidade na justiça, e depende do terceiro (2.9, 4.3) [leitura do estudo]. Segunda parte, a cláusula da altura: a relação com o outro pode ser assimétrica quanto à posição — o outro que chega, a quem se deve — sem que as luzes se ordenem em valor? A letra só diz o segundo membro (4.3). Terceira, vinda de Jonas: o Legado é dever ou dom, e a dívida ao rio alcança quem ainda não chegou e não pode retribuir (6.4)? [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: assimétricas no Abrigo, recíprocas no rio; a assimetria é de posição, não de valor.] (i) Se a Bússola é veto de fidelidade e não critério de verdade, isso basta para lhe tirar o último juiz solitário? Levinas acrescenta à pergunta o rosto que "me julga" (4.1); a pergunta fica como estava.

Sobre o mal. (s) O cânon recusa a teodiceia em nome de quem está na noite; quer adotar, como princípio declarado, o de Levinas — que justificar a dor do próximo é a fonte de toda imoralidade (3.4, 7.2)? [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: adotado como princípio declarado.] (e) Se a maldição é a falta de sentido do sofrimento, e não o sofrimento, como evitar que "presença, não vitória" se torne, ela mesma, um ideal que consola? Levinas acrescenta uma fronteira vizinha da do Tratado: ele envia o consolo à religião; o Tratado deixa a manhã a quem crê e não diz se a própria presença consola (4.6, 5.3). Leitura proposta: a presença não é consolo nem ideal, é fato — "ninguém ficará sem luz dentro da noite" (Cânon v1.2, "A Vigília") promete a luz, não o alívio; se o alívio vier, é de quem está na noite, não da doutrina [hipótese do estudo]. (p) O sofrimento próprio pode ter sentido como sofrimento pelo outro, sem trair "presença, não vitória"? Levinas diz que sim, e esse é o único sentido que ele admite; o cânon não promete sentido, e "não promete" não é "nega" (4.6). [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: sim, sem trair "presença, não vitória" — não é teodiceia, porque não justifica a dor de ninguém.] (o) A noite do *há* é noite no sentido do cânon? O estudo vê três respostas e não escolhe: a mesma noite, condição em Levinas e acontecimento no cânon; noites diferentes, e então a Vigília responde só à do cânon; ou a mesma pela causa e diferente pela experiência, que só a noite do cânon tem quem a saiba (4.4). Posta diante do *há*, a segunda pergunta da série — "o que há no fundo

da noite?”, decisão n.º 2 — recebe duas respostas de espécie diferente: em Levinas, o anonimato de onde um ente se levanta; no cânon, “uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer” (4.4). [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: a mesma noite — condição em Levinas, acontecimento no cânon.] (g) A Vigília diz que ao lobo se deve justiça, e não diz que justiça é essa nem como se distingue da vingança; a Disputatio já previa que isso é matéria de um tratado dedicado. Leitura proposta, para esse tratado e não para o cânon: Levinas dá três peças — o terceiro, a comparação do que não se compara, e a justiça que deve lembrar a bondade de que nasce (2.9, 3.5) —, e deixa uma pergunta que é do cânon: se a Regra da Misericórdia, que é reflexiva, tem alguma parte na justiça devida ao lobo [leitura do estudo]. (t) O Examinar e o dano que não se quis: o temor de Levinas é diante do que o existir pode cometer “apesar da inocência de suas intenções”; as duas perguntas do Examinar olham a luz própria, e nenhuma olha esse dano. Pela decisão n.º 5, é possível infligir mal sem intenção, e isso é lobo [inferência do estudo]. O estudo pergunta se o Examinar tem lugar para essa pergunta, ou se ela pertence à Vigília e ao tratado dedicado (3.7). [Decidida pelo fundador em 19/10/2026: entra no Examinar; a redação da Regra de Vida fica para o fundador.] (k) Quando o mal é estrutural, o lobo tem “alguém”? Levinas não responde: o que ele condena é o Estado “em que a relação interpessoal é impossível” (*Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 146) [V-pt], e a estrutura sem ninguém não está nos textos conferidos (2.9). A pergunta espera Marx (Estudo VII, 5.2). (l) Onde passa a fronteira entre noite e lobo quando o mal padecido é, em parte, cometido? Weil acrescenta a pergunta de quem está ao lado — se vela e resiste ao mesmo tempo (6.3) —, e a pergunta espera Ricoeur (6.1).

Sobre o nome. (h) Uma luz sem nome pode ser determinada pela vida sem o ser pelo conceito? Levinas acrescenta o rastro e a ileidade — um nome que não é conceito (2.11, 4.7) [leitura do estudo]. Quem lê com Levinas pode chamar rastro à luz do outro; o cânon não gradua nomes, e a pergunta ganha uma ponte em Derrida (6.2). (j) A Bússola vetaria o monte Moriá, se o Singular estiver acima do Universal? A pesquisa não trouxe passagem de Levinas sobre Kierkegaard (5.2); a pergunta fica como estava.

Das quinze, oito pediam a palavra do fundador — (f), (q), (m), (n), (o), (p), (s) e (t) —, porque são perguntas que a leitura de Levinas faz diretamente ao cânon; a fórmula de 7.2 dependia de quatro delas, (f), (q), (n) e (m), e (s) é o seu corolário. As oito receberam resposta em 19 de outubro de 2026 (ver o Prólogo, “Decisões do fundador”). Duas pedem o tratado da justiça — (g) e (l) —, e a terceira parte de (m) vai com elas. As demais — (e), (h), (i), (j), (k) — esperam pelos estudos em que nasceram ou pelos que o capítulo 6 anuncia. Duas pendências menores não eram questões de doutrina, e o fundador as decidiu no mesmo dia: a quenose e a substituição, que o cristianismo de Levinas põe no centro, entram numa revisão da ficha do Estudo III (5.3); e Grossman, por ser literatura, pede outro formato que o de Estudo Comparado (6.6). O próximo interlocutor da série é Ricoeur (6.7).

Nenhuma das quinze põe em risco o que o cânon já diz: a luz continua dada, a Vigília continua a distinguir a noite do lobo, e a Bússola continua a vetar. O que as perguntas pedem é mais doutrina, não outra.

7.4 A lamparina

Levinas escreveu que na insônia não há minha vigilância da noite: é a própria noite que vela, e a série conheceu, com ele, a noite sem ninguém. Depois disse que a vigília é o despertar pelo outro, e que o eu é quem não pode esquivar-se. O cânon tem a sua palavra, e é a mesma: velar. Mas a lamparina posta no rio não é a noite que vela nem o despertar que vem de fora. É uma luz que alguém traz, dada antes de qualquer encontro, que não promete o amanhecer, não finge que não é noite e não se apaga — e que, posta no rio, é vista pelo outro antes, talvez, de quem a traz. Levinas soube dizer, como poucos, o que é dever a luz a alguém. O que a lamparina é antes de ser vista, o cânon diz sozinho: *Lux in tenebris vigilat*.

REFERÊNCIAS

A bibliografia distingue o que foi lido do que foi apenas nomeado. "Edição de consulta" é a edição em que uma passagem foi lida; "intermediário" é o leitor por cujas páginas uma passagem de Levinas chegou ao estudo, quando a edição não foi aberta. O que falta completar leva marca.

Levinas — edições em português (edições de consulta)

1. LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Trad. José Pinto Ribeiro; rev. Artur Morão. Lisboa: Edições 70 [ano da tiragem a confirmar; a paginação do estudo é a dessa edição]. Grafia portuguesa mantida dentro das aspas.
2. LEVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Coord. Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005 [edição e ano a confirmar; grafia anterior ao Acordo]. Ensaios citados, com as páginas do exemplar digitalizado: "Um Deus homem?" (pp. 84–97); "A filosofia e o despertar" (pp. 112–127); "O sofrimento inútil" (pp. 128–142); "Filosofia, justiça e amor" (pp. 143–164); "Diacronia e representação" (pp. 205–228); "O outro, utopia e justiça" (pp. 286–299).
3. LEVINAS, Emmanuel. *Da existência ao existente*. Trad. Paul Albert Simon e Ligia Maria de Castro Simon. Campinas: Papirus, 1998 [tradutores a confirmar: o plano e a pesquisa divergem].

Levinas — francês, espanhol, inglês

1. LEVINAS, Emmanuel. *Totalité et Infini: essai sur l'extériorité*. La Haye: Nijhoff, 1961; Paris: Le Livre de Poche (col. Biblio essais). — *Totalidad e infinito*. Trad. Daniel E. Guillot. Salamanca: Sígueme, 1977. — *Totality and Infinity*. Trad. Alphonso Lingis; introdução de John Wild. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969.
2. LEVINAS, Emmanuel. *De l'existence à l'existant*. Paris: Vrin, 1981 [1947; as paginações das tiragens da Vrin divergem]. — *Existence and Existents*. Trad. Alphonso Lingis. Pittsburgh: Duquesne University Press, 2001. — *Le temps et l'autre*. Montpellier: Fata Morgana, 1979; Paris: PUF (Quadrige), 1983.
3. LEVINAS, Emmanuel. *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence*. La Haye: Nijhoff, 1974; Paris: Le Livre de Poche, 2006 [as paginações divergem]. — *Éthique et infini: dialogues avec Philippe Nemo*. Paris: Fayard/Radio-France, 1982; Le Livre de Poche, 1984. — *De Dieu qui vient à l'idée*. Paris: Vrin [edição a confirmar]. — *Dieu, la mort et le temps*. Paris: Grasset [edição a confirmar]. — *Humanismo del otro hombre*. Trad. Daniel Enrique Guillot. México: Siglo XXI, 2005.

4. LEVINAS, Emmanuel. *Difficile liberté: essais sur le judaïsme*. Paris: Albin Michel, 1976 ("Aimer la Thora plus que Dieu", 1955; "Une religion d'adultes"). — *À l'heure des nations*. Paris: Minuit, 1988 ("Judaïsme et kénose", pp. 133–151). — "La trace de l'autre". *Tijdschrift voor Filosofie* 25/3 (1963), pp. 605–623. — Entrevista com Christoph von Wolzogen, em *Emmanuel Levinas: Proceedings of the Centenary Conference*. Bucareste, 2006 [título e página a confirmar].

A tradição — intérpretes nomeados

1. DERRIDA, Jacques. "Violence et métaphysique: essai sur la pensée d'Emmanuel Levinas" (1964), em *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967; *A escritura e a diferença*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 176 ss. — *Adieu à Emmanuel Lévinas*. Paris: Galilée, 1997, p. 51; *Adieu to Emmanuel Levinas*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 21; *Adeus a Emmanuel Lévinas*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2004 [não consultada].
2. RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990; *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991, pp. 385–396. — "Emmanuel Lévinas, penseur du témoignage" (1989), em *Lectures 3*. Paris: Seuil, 1994 [páginas a confirmar]. — COHEN, Richard A. "Moral Selfhood: A Levinasian Response to Ricoeur on Levinas", em COHEN, R. A.; MARSH, J. L. (eds.). *Ricoeur as Another*. Albany: SUNY Press, 2002 [página a confirmar].
3. CRITCHLEY, Simon. "Five Problems in Levinas's View of Politics and the Sketch of a Solution to Them". *Political Theory* 32/2 (2004), p. 177. — *The Ethics of Deconstruction: Derrida and Levinas*. Oxford: Blackwell, 1992. — *The Problem with Levinas*. Oxford: Oxford University Press, 2015. — CRITCHLEY, S.; BERNASCONI, R. (eds.). *The Cambridge Companion to Levinas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002: Critchley, "Introduction", pp. 1–32; Bernasconi, "What is the question to which 'substitution' is the answer?", pp. 234–251; Chalier, "Levinas and the Talmud", pp. 100–118; Sandford, "Levinas, feminism and the feminine", pp. 139–160; Davies, "Sincerity and the end of theodicy", pp. 161–187; Bernstein, "Evil and the temptation of theodicy", pp. 252–267 [teses a confirmar; só o índice do volume foi visto].
4. BERNASCONI, Robert. "The Third Party: Levinas on the Intersection of the Ethical and the Political". *Journal of the British Society for Phenomenology* 30/1 (1999) [páginas a confirmar]. — "Different Styles of Eschatology: Derrida's Take on Levinas' Political Messianism". *Research in Phenomenology* 28 (1998), pp. 3–19.
5. CHALIER, Catherine. *La persévérance du mal*. Paris: Cerf, 1987. — *Judaïsme et altérité*. Lagrasse: Verdier, 1982. — *Lévinas: l'utopie de l'humain*. Paris: Albin Michel, 1993.

6. MARION, Jean-Luc. *De surcroît: études sur les phénomènes saturés*. Paris: PUF, 2001, p. 142. — *Prolégomènes à la charité*. Paris: La Différence, 1986, cap. IV. — "D'autrui à l'individu selon Levinas" (2000), em *Figures de la phénoménologie*. Paris: Vrin, 2012. [Lido por intermédio de Sebbah, n.º 18.]
7. SANDFORD, Stella. *The Metaphysics of Love: Gender and Transcendence in Levinas*. London: Athlone, 2000. — WILD, John. "Introduction", em LEVINAS, *Totality and Infinity* (n.º 4), p. 18. — POCHET, Michel. *Lévinas, chemin ou obstacle pour la théologie chrétienne?* [editora a confirmar], 2005. — COHEN-LÉVINAS, Danielle; TRIGANO, Shmuel (dir.). *Emmanuel Levinas, philosophie et judaïsme*. Paris: In Press, 2002 [a confirmar].
8. GROSSMAN, Vassili. *Vie et destin*. Lausanne: L'Âge d'Homme, 1980; *Vida e destino*. Trad. Irineu Franco Perpetuo. Rio de Janeiro: Objetiva/Alfaguara, 2014 [edição de consulta não aberta; lido pelo que Levinas cita em *Entre nós*].

Intermediários — leitores por cujas páginas passagens de Levinas chegaram ao estudo

1. Em português: WU, Roberto. "O murmúrio da existência: apontamentos sobre o *il y a* em Levinas". *Revista de Filosofia Aurora* 33/59 (2021), pp. 613–630. — GAMBIM, Pedro. "Filosofia como insônia". *Diaphonía* 8/3 (2022). — MENEZES, Magali Mendes de. *Revista Estudos Feministas* 16/1 (2008) [título a completar]. — BERNARDO, Fernanda. "A morte segundo Emmanuel Levinas: limite-limiar do eu inter-essado". *Revista Filosófica de Coimbra* 11 (1997), pp. 119–203. — SILVA. *O Manguezal* 1/12 (2022) [prenome e título a completar]. — GUBERT, Paulo Gilberto. *Thaumazein* 10 (2012) [título a completar]. — BERNARDES (2017) [referência a completar]. — DREIZIK. *Ética e Filosofia Política* 22/1 (2019) [referência a completar]. — HADDOCK-LOBO, Rafael. "A justiça e o rosto do outro em Lévinas". *Cadernos da EMARF* 3/1 (2010), p. 75 ss. — SOUZA, Ricardo Timm de. *Sentido e alteridade: dez ensaios sobre o pensamento de Emmanuel Levinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
2. Em espanhol: MEJÍA, Andrea. "El insomnio, entre la sacralidad fantasmal del *il y a* y la santidad de la ley". *Episteme NS* 30/2 (2010), pp. 11–22. — GARRIDO-MATURANO, Ángel. *Universitas Philosophica* 23–24 (1994–95) [título a completar]. — IDARETA. *Revista de Filosofía* 36/2 (2011) [referência a completar]. — ZEVALLOS. *Ethic@* 21/1 (2022) [referência a completar]. — MAIDAN. "El rechazo de la teodicea en la obra de Emmanuel Lévinas". *Revista Estudios* 34 (2017) [prenome a completar]. — GIMÉNEZ GIUBBANI. *Franciscanum* 158 (2012) [prenome e título a completar].
3. Em francês: PLOURDE, Simonne. "Du jeu et du sommeil à la gravité et à l'insomnie". *Philosophiques* 13/2 (1986), pp. 305–332. — SEBBAH, François-

David. *Revista de Filosofía* XXXVI/1 (2024), pp. 113–127 [ano e título a confirmar]; "'There is' and Ethical Vigilance". *Intellectica* 66 (2016/2), pp. 57–66. — FONTAINE [antologia de trechos de *Éthique et infini*; referência a completar]. — LAUGIER [trechos de *Autrement qu'être*; referência a completar]. — MONTEBELLO. *Philosophy Kitchen* 5 (2016). — THIERIOT. *PLASTIR* 44 (2016). — DEL MASTRO. *Revue internationale Michel Henry* 7 (2016). — LEVY [título a completar]. — BIERHANZL, Jan. *L'action faible: de l'éthique à la politique*. Paris: Hermann, 2018. — MERCIER. *Studia UBB Philosophia* 61 (2016). — Tese de doutorado, Université Paris-Nanterre, 2015 (2015PA100049) [autor a completar]. — Akadem (campus numérique du judaïsme) e memoireonline [páginas da web; fonte de trechos franceses].

4. Em inglês, alemão e outras línguas: SEALEY, Kris. "Levinas's early account of transcendence: locating alterity in the *il y a*". *Levinas Studies* 5 (2010), pp. 99–116; "The 'face' of the *il y a*". *Continental Philosophy Review* 46/3 (2013), pp. 431–448. — MARDER, Michael. "Terror of the Ethical: On Levinas's *Il y a*". *Postmodern Culture* 18/2 (2008). — RÖSSNER, Christian. "Philosophie als Passion. Das gebrochene Denken von Emmanuel Levinas". *Acta Universitatis Carolinae — Philosophica et Historica* 2020/1, pp. 13–22. — *Emmanuel Levinas et les théologies*. Paris: In Press (Cahiers d'études lévinassiennes), 2007 [organizador a completar]. — "Dans une culture sans Dieu. Lévinas au Japon". *Cahiers d'études lévinassiennes* (2005), p. 409 [autor a completar]. — EVINK. *Existenz* 20/1 (2025). — JEROME (2023) [tese; título a completar]. — KNOWLES [referência a completar]. — BARANOVA. *Cahiers lituaniens* 7 (2006). — HANSEL, David. Discurso, Kaunas, 6 de dezembro de 2021. — BERGO, Bettina. "Emmanuel Levinas". *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. — GARCÍA-BARÓ, Miguel [sobre os *Carnets de captivité*; referência a completar].

Recepção brasileira (nomeada, não consultada)

1. SUSIN, Luiz Carlos. *O homem messiânico: uma introdução ao pensamento de Emmanuel Levinas*. Petrópolis: Vozes, 1984. — PELIZZOLI, Marcelo. *A relação ao outro em Husserl e Lévinas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994; *Lévinas: a reconstrução da subjetividade*. EDIPUCRS, 2002. — RIBEIRO JÚNIOR, Nilo. *Sabedoria de amar: a ética no itinerário de Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Loyola, 2005; *Sabedoria da paz: ética e teo-lógica em Emmanuel Levinas*. Loyola, 2008 [2009 em outra citação]; com outros, *Amor e justiça em Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2018.

Edições de consulta não conferidas

1. LEVINAS, *Ética e Infinito*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70. — *Difícil Liberdade*. Lisboa: Edições 70. — *De outro modo que ser ou para lá da essência*. Trad. José Luís Pérez e Lavínia Leal Pereira. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. — *De Deus que vem à Ideia* e *Humanismo do Outro Homem*. Petrópolis: Vozes. — *O tempo e o outro* [edição a confirmar].

Consultadas e não citadas

1. LEVINAS, *Les imprévus de l'histoire*. Fata Morgana, 1994; "Transcendance et Mal" (1978); entrevista de Richard Kearney, em *La paradoja europea*. Barcelona: Tusquets, 1998. — BERNASCONI (1998; 1999; *Companion*); CRITCHLEY (*Companion*; 1992; 2015); SANDFORD e CHALIER (*Companion*); MARION (*De surcroît*; *Prolégomènes à la charité*); COHEN (2002).

O cânon e os escritos

1. *Cânon do Lumen Fluens*, v1.2 (texto publicado). — *Tratado da Luz Interior*. — *Tratado da Vigília*. — *Tratado das Águas Comuns*. — *Disputatio: Luz Interior e Mal*. — *Estudo Comparado VII: Lumen Fluens e Hegel*, versão integral, e as fichas publicadas dos Estudos I a VII. — *Decisões do fundador sobre o Estudo VII*, 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII.
2. WEIL, Simone. *Attente de Dieu*. Paris: La Colombe, 1950; Fayard, 1966 — a fonte que o Tratado da Vigília traduz.

APÊNDICE A — FONTES CITADAS, POR CAPÍTULO

Nos apêndices, as seções são numeradas como na edição de leitura (Prólogo e capítulos 1 a 6); nesta edição, some-se 1 ao número do capítulo (1.8 da edição de leitura = 2.8 desta).

Capítulo 1 — Levinas em sua melhor forma

Levinas

1. 1.1 · “Signature”, *Difícil liberdade* (Albin Michel, 1976), p. 374 · “é dominada pelo pressentimento e pela lembrança do horror nazista” · [V via secundária: Rößner, n. 2; tradução do estudo]
2. 1.1 · Dedicatória de *De outro modo que ser* (Livre de Poche, 2006), p. 5 · “À memória dos seres mais próximos entre os seis milhões de assassinados pelos nacional-socialistas […]” (original: “À la mémoire des êtres les plus proches parmi les six millions d'assassinés par les nationaux-socialistes […]”) · [V via secundária: memoireonline; tradução do estudo]
3. 1.2 · *Da existência ao existente*, trad. Lingis (Duquesne UP, 2001), pp. 51–52 · “Imaginemos todos os seres, coisas e pessoas, revertendo ao nada” · [V via secundária: Evink (en); Jerome (en); tradução do estudo]
4. 1.2 · *De l'existence à l'existant* (Vrin [ano a confirmar]), p. 94 · “Já não há isto nem aquilo; não há ‘alguma coisa’” · [V via secundária: tese Paris-Nanterre 2015 (fr); tradução do estudo]
5. 1.2 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 67 · “em sua recusa de tomar uma forma pessoal, é o ‘ser em geral’” · [V via secundária: Wu (pt)]
6. 1.2 · *De l'existence à l'existant* (Vrin, 1981), pp. 10–11 · “como ‘chove’ ou ‘faz noite’”; “deserto, obsedante e horrível”; “neutralidade desumana” · [V via secundária: Montebello (fr); tradução do estudo]
7. 1.2 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 68; Vrin [ano a confirmar], pp. 94–95 · “a noite é a própria experiência do há”; “a escuridão da noite […]”; “não há discurso. Nada responde”; “o que se denomina de eu […]” · [V via secundária: Wu (pt); Gambim (pt); Menezes (pt)]
8. 1.2 · *De l'existence à l'existant* (Vrin [ano a confirmar]), pp. 96, 98 e 110 · “O roçar do há é o horror”; “nada se aproxima, nada vem, nada ameaça” · [V via secundária: tese Paris-Nanterre 2015 (fr); Montebello (fr); tradução do estudo]
9. 1.2 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 74 · “o ser não tem portas de saída” · [V via secundária: Wu (pt)]
10. 1.2 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 71 · “a noção do há nos reconduz à ausência de Deus, à ausência de todo ente” · [V via secundária: Wu (pt)]
11. 1.2 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 79 · “vela-se quando não há mais nada a velar […]” · [V via secundária: Wu (pt)]
12. 1.2 · *De l'existence à l'existant* (Vrin [ano a confirmar]), p. 110; *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 80 · “A vigilância é absolutamente vazia de objetos”; “mantém abertos nossos olhos, não tem sujeito” · [V via secundária: Plourde (fr); Wu (pt); tradução do estudo]
13. 1.2 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 80 · “É a própria noite que vela. Vela-se [*Ça veille*]” · [V via secundária: Wu (pt); Gambim (pt)]

14. 1.2 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard/Radio-France, 1982), p. 47 · “Eu não velo: ‘isso’ vela” · [V via secundária: Plourde (fr); tradução do estudo]
15. 1.2 · *De l'existence à l'existant* (Vrin [ano a confirmar]), p. 111, na nota 20 de Gambim · “não a noção de consciência, mas a vigília” · [V via secundária: Gambim (pt); Knowles (en)]
16. 1.2 · *O tempo e o outro* (Quadrige, 1983), p. 27 · “Só os ruídos exteriores, que podem marcar a insônia, introduzem começos”; “é sempre o mesmo presente ou o mesmo passado que dura” · [V via secundária: Plourde (fr); Del Mastro (fr); tradução do estudo]
17. 1.2 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), pp. 42–43, na tradução de Gambim · “é necessário não se pôr, mas se depor” · [V via secundária: Gambim (pt); página a confirmar]
18. 1.3 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 100 · “Sobre o fundo do há surge um ente”; “a suspensão do há anônimo”; “designa o evento pelo qual o ser expresso por um verbo […]” · [V via secundária: Wu (pt)]
19. 1.3 · *De l'existence à l'existant* (Vrin [ano a confirmar]), p. 141 · “Alguém existe e assume o ser, doravante seu ser” · [V via secundária: Menezes (pt); Levy (fr)]
20. 1.3 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 101 · “A hipóstase, pelo fato de participar do há, descobre-se como solidão” · [V via secundária: Wu (pt)]
21. 1.3 · *De l'existence à l'existant* (Vrin [ano a confirmar]), p. 143; *O tempo e o outro* (Quadrige, 1983), p. 21 · “o eu tem sempre um pé preso à sua própria existência”; “pode-se trocar tudo entre os seres, salvo o existir” · [V via secundária: Levy (fr); Thieriot (fr); tradução do estudo]
22. 1.3 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), pp. 26 e 32 · “impossibilidade de começar”; “distanciamento constante e crescente do ser em relação àquilo a que fica preso” · [V via secundária: Wu (pt)]
23. 1.4 · *O tempo e o outro* (Quadrige, 1983), p. 17 · “o tempo não é o fato de um sujeito isolado e só, mas a relação mesma do sujeito com outrem” · [V via secundária: Thieriot (fr); Garrido-Maturano (es); tradução do estudo]
24. 1.4 · *O tempo e o outro* (Quadrige, 1983), pp. 71 e 69 · “não defino o outro pelo porvir, mas o porvir pelo outro”; “A situação de face a face seria o cumprimento mesmo do tempo” · [V via secundária: Del Mastro (fr); Thieriot (fr); Bernardo (fr); tradução do estudo]
25. 1.4 · *O tempo e o outro* (Fata Morgana, 1979 [ano a confirmar]), pp. 56 e 85 · “O desconhecido da morte significa que a relação mesma com a morte não pode se fazer na luz”; “um futuro puro” · [V via secundária: Menezes (pt)]
26. 1.4 · *O tempo e o outro* (Fata Morgana, 1979 [ano a confirmar]), p. 87 · “A paternidade não é simplesmente uma renovação do pai no filho e sua confusão com ele” · [V via secundária: Menezes (pt)]
27. 1.4 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70, 1980), p. 246 · “A relação com o filho, ou seja, a relação com o Outro, não poder, mas fecundidade”; “o tempo infinito não traz uma vida eterna a um sujeito que envelhece” · [V via secundária: Silva (pt)]
28. 1.4 · *Totalidad e infinito*, ed. espanhola (Sígueme, 1977), pp. 276, 289 e 291 · “O eu é, no filho, outro”; “um ser capaz de outro destino que o seu é um ser fecundo”; “Não há, pois, continuidade no ser. O tempo é descontínuo” · [V via secundária: Garrido-Maturano (es); tradução do estudo]
29. 1.5 · *Totalidade e Infinito*, trad. J. Pinto Ribeiro (Edições 70 [ano a confirmar]), Prefácio, p. 9 · “Facilmente se concordará que importa muitíssimo saber se não nos iludiremos com a moral” · [V-pt]

30. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 11 · “a ética é uma óptica” · [V-pt]
31. 1.5 · *Totalidade e Infinito*, trad. inglesa de Lingis (Duquesne UP, 1969), p. 23 · “a ‘vision’ without image” · [V-en]
32. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 14 · “Este livro apresentará a subjectividade como acolhendo Outrem, como hospitalidade” · [V-pt]
33. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 193 · “A separação é, em primeiro lugar, própria de um ser que vive algures, de alguma coisa, isto é, que frui” · [V-pt]
34. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 46 · “uma posição anterior tanto à negação como à afirmação do divino […]” · [V-pt]
35. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 138 · “Morar não é precisamente o simples facto da realidade anónima de um ser lançado na existência como uma pedra […]” · [V-pt]
36. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), pp. 138 e 140 · “cuja presença é discretamente uma ausência”; “condição do recolhimento, da interioridade da Casa e da habitação”; “a ausência empírica do ser humano de ‘sexo feminino’ […]” · [V-pt]
37. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 134 · “A habitação e a intimidade da morada […]”; “A luz do rosto é necessária à separação” · [V-pt]
38. 1.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 154 · “nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada […]”; “atesta a verdade absoluta, o radicalismo da separação” · [V-pt]
39. 1.6 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 53 · “O rosto é uma presença viva, é expressão […] O rosto fala. A manifestação do rosto é já discurso” · [V-pt]
40. 1.6 · *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 297 · “não é, pois, cor dos olhos, forma do nariz, frescor das faces, etc.”; na nuca de quem espera numa fila, em Grossman, “toda a fraqueza” e a mortalidade “nua e desarmada do outro” · [V-pt]; [paráfrase, com palavras da fonte entre aspas]
41. 1.6 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), pp. 239–240 · “significa por si próprio, a sua significação precede a *Sinngebung*” · [V-pt]
42. 1.6 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), pp. 177 e 178 · “Outrem é o único ser que eu posso querer matar”; “Esse infinito, mais forte do que o assassínio […]” · [V-pt]
43. 1.6 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), p. 91 · “O assassínio é, é verdade, um fato banal […]” · [V via secundária: Fontaine; tradução do estudo]
44. 1.6 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 179 · “O ser que se exprime impõe-se, mas precisamente apelando para mim da sua miséria e da sua nudez […]” · [V-pt]
45. 1.6 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), pp. 64 e 241 · “consiste em solicitar-nos pela sua miséria no rosto do Estrangeiro, da viúva e do órfão”; “No rosto, Outrem exprime a sua eminência, a dimensão de altura e de divindade donde descende” · [V-pt]
46. 1.7 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), pp. 29–30 e 284 · “A metafísica precede a ontologia”; “A moral não é um ramo da filosofia, mas a filosofia primeira” · [V-pt]
47. 1.7 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), pp. 81–82 · “A filosofia primeira é uma ética” · [V via secundária: Fontaine; tradução do estudo]

48. 1.7 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 192 · “No acolhimento do rosto […] instaura-se a igualdade […]” · [V-pt]
49. 1.7 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 193 · “ao mesmo tempo como mais e como menos do que o ser que se apresenta no rosto […]” · [V-pt]
50. 1.7 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 223 · “O eu é um privilégio ou uma eleição”; “Não poder esquivar-se — eis o eu” · [V-pt]
51. 1.7 · *Totalidade e Infinito*, trad. inglesa de Lingis (Duquesne UP, 1969), pp. 68–69 · “Pode-se perguntar, contudo, se o *tutoiement* […]”; “Esta obra não tem a pretensão ridícula de ‘corrigir’ Buber nesses pontos” · [V-en; tradução do estudo]
52. 1.7 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, entrevista de 1982 [ano por via secundária; conferir no Anexo do impresso] (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 145 e 162 · “a relação com outrem não é simétrica, não é absolutamente como em Martin Buber […]”; “aquele que andou sobre o terreno de Buber […]” · [V-pt]
53. 1.7 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), p. 105 [Fontaine]; Livre de Poche (1984), p. 94 ss. [fontes secundárias]; Edições 70: a confirmar · “sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me custe a vida. A recíproca é assunto dele” · [V via secundária: Fontaine; página a confirmar; tradução do estudo]
54. 1.8 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), pp. 92–93 e 103–104 · “saudar outrem é já responder por ele”; “Dizer: eis-me aqui. Fazer alguma coisa por um outro. Dar. Ser espírito humano é isso” · [V via secundária: Fontaine; tradução do estudo]
55. 1.8 · *Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3 “Tempo e socialidade” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 219 · “Responsabilidade anterior à deliberação e à qual fui exposto e votado antes de ser votado a mim mesmo” · [V-pt; páginas pelo digitalizado]
56. 1.8 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), pp. 103–104 · “A subjetividade não é um para si; ela é, mais uma vez, inicialmente para um outro” · [V via secundária: Fontaine; página por frase a confirmar; tradução do estudo]
57. 1.8 · *Entre nós*, “Um Deus homem?” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 91 · “Nada há de mais passivo que este estar em causa anterior a toda liberdade […] Ela é a obsessão” · [V-pt]
58. 1.8 · *De outro modo que ser* (Livre de Poche; edição presumida pela paginação), pp. 234–235 · “ordem que encontro na minha própria resposta […]” · [V via secundária: Laugier; edição a confirmar; tradução do estudo]
59. 1.8 · *Humanismo del otro hombre* (Siglo XXI, 2005), pp. 110–111 · “o eu voltado a si, responsável pelo Outro — isto é, refém de todos […]” · [V-es; tradução do estudo]
60. 1.8 · *Entre nós*, “Um Deus homem?” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 92–93 · “O si é a passividade aquém da identidade, passividade do refém” (p. 92); “Ser eu é sempre ter uma responsabilidade a mais” (p. 93); “A idéia de refém, de minha expiação pelo Outro […]” (p. 93) · [V-pt]
61. 1.8 · *Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3 (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 218 · “temor por tudo o que meu existir, apesar da inocência de suas intenções […]” · [V-pt; páginas pelo digitalizado]
62. 1.8 · *De outro modo que ser* (Nijhoff, 1974), p. 118 · “a absoluta impossibilidade de se esquivar e de se distrair” · [V via secundária: Plourde (fr); tradução do estudo]
63. 1.8 · *De Deus que vem à ideia*, ed. francesa (Vrin, 1982), pp. 98–99 · “que não aliena o Mesmo, mas precisamente o desperta”; “sem intencionalidade, desinteressada”; “A

vigilância deve vestir-se de justiça” · [V via secundária: Plourde (fr); Gambim (pt); Mejía (es); tradução do estudo]

64. 1.8 · *La mort et le temps* (edição a confirmar), pp. 25–26 · “Esse manter-se desperto, pensado concretamente e até a sua ênfase, é responsabilidade por outrem” · [V via secundária: Bernardo (fr); tradução do estudo]
65. 1.8 · *Entre nós*, “A filosofia e o despertar” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 124 · “Despertar a partir do outro – que é Outrem – o qual, sem interrupção, questiona a prioridade do Mesmo” · [V via secundária: Gambim (pt)]

1. 1.9 · *Totalidade e Infinito*, trad. inglesa de Lingis (Duquesne UP, 1969), p. 213 · “O terceiro me olha nos olhos de outrem — a linguagem é justiça” · [V-en; tradução do estudo]
2. 1.9 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 143–144 · “Se ele fosse meu único interlocutor, eu só teria tido obrigações! […]”; “comparação daquilo que, em princípio, é incomparável” · [V-pt]
3. 1.9 · *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, 1988 (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 293 · “é originalmente sem reciprocidade […]”; “é necessária a reciprocidade dos deveres e dos direitos” · [V-pt]
4. 1.9 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 145 · “Se não houvesse ordem de justiça, não haveria limite para minha responsabilidade” · [V-pt]
5. 1.9 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 146 · “Um Estado em que a relação interpessoal é impossível […] é um Estado totalitário. Há, pois, limite para o Estado” · [V-pt]
6. 1.9 · *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 294–295 · “Ela sabe que não é tão justa quanto é boa a bondade que a suscita […]” (p. 294); “se perde e se deforma desde o momento em que procura ser organização e universalidade e sistema […]” (pp. 294–295) · [V-pt]
7. 1.9 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 145; “O outro, utopia e justiça”, p. 296 (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]) · “o ‘carrasco’ é aquele que ameaça o próximo […]”; “Questão perturbadora que postula, a meu juízo, uma resposta afirmativa […]” · [V-pt]
8. 1.10 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 130 · “Que no seu fenômeno próprio, intrinsecamente, o sofrimento seja inútil, seja ‘por nada’, é o mínimo que dele se possa dizer” · [V-pt]
9. 1.10 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 136 e 138 · “a teodicéia — ignorando o nome que Leibniz lhe deu em 1710 — é tão antiga quanto certa leitura da Bíblia”; “A desproporção entre o sofrimento e toda a teodicéia mostra-se em Auschwitz […]”; “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” · [V-pt]
10. 1.10 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 132–133 · “o sofrimento pelo sofrimento inútil de outro homem, o justo sofrimento em mim pelo sofrimento injustificável de outrem […]” · [V-pt]
11. 1.10 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 140 · uma fé “sem teodicéia”; “um sofrimento não-inútil (ou amor)” · [V-pt]
12. 1.10 · *De outro modo que ser* (Nijhoff, 1979), p. 150 · “um sofrimento ‘por Deus’ que sofre do meu sofrimento. Rastro ‘anárquico’ de Deus na passividade” · [V via secundária: Rößner, n. 16; tradução do estudo]

13. 1.11 · *Totalidade e Infinito*, trad. inglesa de Lingis (Duquesne UP, 1969), p. 78 · “Um Deus invisível significa não apenas um Deus inimaginável, mas um Deus acessível na justiça. A ética é a ótica espiritual” · [V-en; tradução do estudo]
14. 1.11 · “La trace de l'autre”, *Tijdschrift voor Filosofie* 25/3 (1963), pp. 605–623 (artigo); página da frase a confirmar · “Ele só se mostra por seu rastro, como no capítulo 33 do Êxodo” · [tradução do estudo; página a confirmar]
15. 1.11 · *Entre nós*, “Um Deus homem?” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 89–90 · “Eu a chamo vestígio. Mas o vestígio não é uma palavra a mais: é a proximidade de Deus no rosto do meu próximo”; “Ele é Ele, Eleidade” · [V-pt]
16. 1.11 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 149 · “uma tentativa (fora de toda teologia) de indagar em que momento se escuta a palavra de Deus […]” · [V-pt]
17. 1.11 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 148–149 · “Não entro teologicamente nesta questão. Descrevo a ética, é o humano, enquanto humano” (p. 149); “sou responsável por outrem, mesmo quando pratica crimes […]” (p. 148) · [V-pt]
18. 1.11 · “Une religion d'adultes”, *Difícil liberdade* (Albin Michel, 1976); página a confirmar · “esse Deus que vela a face e abandona o justo à sua justiça sem triunfo” · [tradução do estudo; página a confirmar]

A tradição

1. 1.1 · Baranova, *Cahiers lituaniens* 7 (2006), p. 23; Cohen, *The Cambridge Companion to Modern Jewish Philosophy* (2007), cap. 12; Hansel, discurso, Kaunas, 6/12/2021 · nascimento em Kaunas, 12/1/1906; filho mais velho de Yehiel e Dvora · [V via secundária]
2. 1.1 · Cohen (2007); Akadem · Estrasburgo (1923), Friburgo (1928–29), Husserl e Heidegger · [V via secundária]
3. 1.1 · Hansel (2021); Cohen (2007) · casamento com Raïssa Levi, 9/9/1932 (Cohen diz 1930) · [V via secundária; a confirmar]
4. 1.1 · Radical Philosophy; Cohen (2007); García-Baró · mobilização (1939), prisão (1940), Stalag XI-B em Fallingbostel; os *Carnets de captivité* (*Œuvres complètes* 1, Grasset/IMEC, 2009) como preparação de *Da existência ao existente* · [V via secundária]
5. 1.1 · Hansel (2021); Baranova (2006), p. 23 · Forte VII (4 e 6 de julho de 1941); a mãe no gueto de Kaunas; Raïssa e Simone com as Irmãs de São Vicente de Paulo, com ajuda de Blanchot · [V via secundária; local exato e parentesco a confirmar]
6. 1.1 · Akadem; Larousse; Cohen (2007); Britannica · École normale israélite orientale (cerca de 34 anos); tese de Estado (1961); Poitiers, Nanterre, Sorbonne; aposentadoria em 1976; morte em 25/12/1995 · [V via secundária; início, fim e local a confirmar]
7. 1.2 · Knowles (en), sem página · “not the notion of consciousness, but of wakefulness, in which consciousness participates” · [V via secundária; paráfrase]
8. 1.2 · Sealey, “Levinas's early account of transcendence: locating alterity in the Il y a”, *Levinas Studies* 5 (2010), pp. 99–116; “The ‘face’ of the il y a”, *Continental Philosophy Review* 46/3 (2013), pp. 431–448 · “the underlying horror” · [V via secundária: resumos dos artigos; artigo a confirmar]
9. 1.2 · Sebbah, “‘There is’ and Ethical Vigilance” (título como na página), *Intellectica* 66 (2016/2), pp. 57–66 · a vigília como acesso ao *há* · [V via secundária: resumo do artigo]

10. 1.5 · Beauvoir, prefácio de *O segundo sexo*, sobre *O tempo e o outro* (1948) · o feminino como o outro do masculino · [V via secundária: Critchley (en), cronologia]
11. 1.5 · Sandford, *The Metaphysics of Love: Gender and Transcendence in Levinas* (Athlone, 2000); "Levinas, feminism and the feminine", *The Cambridge Companion to Levinas* (CUP, 2002), pp. 139–160 · [tese a confirmar; só o título: Stanford Encyclopedia of Philosophy]
12. 1.7 · Derrida, "Violence et métaphysique" (1964), *A escritura e a diferença* (Perspectiva, 4ª ed., 2014), p. 176 ss. · afirmar o outro, além da existência subjetiva, arrisca sair do discurso filosófico · [V via secundária: Bernardes 2017; paráfrase]
13. 1.7 · Ricoeur, *O si-mesmo como um outro*, trad. L. M. Cesar (Papirus, 1991), p. 392 · "hipérbole" da separação e da exterioridade · [V via secundária: Gubert]
14. 1.9 · Critchley, "Five Problems in Levinas's View of Politics and the Sketch of a Solution to Them", *Political Theory* 32/2 (2004), p. 177 · "from autrui to le tiers" · [V via secundária: Bierhanzl, *L'action faible* (Hermann, 2018), n. 24]
15. 1.10 · Chalier, *La persévérance du mal* (Cerf, 1987) · cita "la justification de la douleur du prochain […]" · [V via secundária]
16. 1.10 · Bernstein, "Evil and the Temptation of Theodicy", pp. 252–267; Davies, "Sincerity and the end of theodicy: three remarks on Levinas and Kant", pp. 161–187; *The Cambridge Companion to Levinas* (CUP, 2002) · [tese a confirmar; só o título: segundo Rößner, n. 29]
17. 1.11 · Cohen-Lévinas, *Le silence du nom* [editora e ano a confirmar]; Cohen-Lévinas e Trigano (dir.), *Emmanuel Levinas et les théologies* (2007) · "Aller vers Lui, ce n'est pas suivre cette trace […] ; c'est aller vers les Autres qui se tiennent dans la trace de l'illéité" · [V via secundária; tradução do estudo]
18. 1.11 · Chalier, *Judaïsme et altérité* (Verdier, 1982); *Lévinas: l'utopie de l'humain* (Albin Michel, 1993) · [tese a confirmar; só o título: Stanford Encyclopedia of Philosophy]
19. 1.11 · Susin, *O homem messiânico* (Vozes, 1984); Pelizzoli, *A relação ao outro em Husserl e Lévinas* (EDIPUCRS, 1994) e *Lévinas: a reconstrução da subjetividade* (EDIPUCRS, 2002); Ribeiro Júnior, *Sabedoria de amar* (Loyola, 2005) e *Sabedoria da paz* (Loyola, 2009 [ano a confirmar]); Haddock-Lobo, *Da existência ao infinito* (PUC-Rio/Loyola, 2006) · [tese a confirmar; só por nome; obras não consultadas: bibliografias]

O cânon e os escritos

Letra conferida contra as fontes do cânon pela pesquisa de fontes do estudo; sem marcador. Em 1.12 não há citação literal: cada linha indica onde está o que o parágrafo aponta.

1. 1.12 · Cânon v1.2, "A Vigília"; Tratado da Vigília, "Síntese" · a Vigília e a origem da Vigília, questão aberta pelo Tratado (f); a noite do cânon e a noite do *há* (o) · menção, sem citação literal
2. 1.12 · Cânon v1.2, "O Abrigo"; Disputatio, 4, "ad tertium" · o Abrigo e o limite do Abrigo (m) · menção, sem citação literal
3. 1.12 · Cânon v1.2, "A Bússola"; Disputatio, 3, "Respondeo" · a Bússola em primeira pessoa · menção, sem citação literal
4. 1.12 · Cânon v1.2, "As Águas Comuns"; Tratado das Águas Comuns, "Síntese" · a relação com o outro, recíproca ou assimétrica (n) · menção, sem citação literal
5. 1.12 · Cânon v1.2, Pilar I, "Princípio"; decisão do fundador n.º 3, na numeração do Prólogo do Estudo VII (decisões de 17 de outubro de 2026) · "A Lux vem antes do Abrigo" (identificação da decisão) · menção, sem citação literal no corpo

6. 1.12 · Cânon v1.2, “Independência confessional” · a Luz sem nome · menção, sem citação literal

Capítulo 2 — Onde nos tocamos

Levinas

1. (2.1) *Da existência ao existente*, trad. P. A. Simon e L. M. de C. Simon, Campinas: Papirus, 1998, p. 79: “vela-se quando não há mais nada a velar, e apesar da ausência de toda razão de velar” (francês: Vrin, p. 109) · [V via secundária: Wu (pt)].
2. (2.1) *Da existência ao existente*, Papirus, p. 80: “É a própria noite que vela. Vela-se [*Ça veille*]” (francês: Vrin, p. 111) · [V via secundária: Wu (pt); Plourde (fr)].
3. (2.1) *Da existência ao existente*, Papirus, p. 80: “que mantém abertos nossos olhos, não tem sujeito” · [V via secundária: Wu (pt)].
4. (2.1) *De l'existence à l'existant*, Paris: Vrin, p. 110: «La vigilance est absolument vide d'objets», “A vigilância é absolutamente vazia de objetos” · [tradução do estudo] [V via secundária: Plourde (fr)].
5. (2.1) “A filosofia e o despertar”, em *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*, Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar], p. 124: “a partir do outro — que é Outrem”; “descreve o despertar, para além do conhecimento, à insônia ou à vigília (ao *Wachen*) cujo conhecimento não é senão uma das modalidades” · [V-pt; conferido no digitalizado].
6. (2.2) *Totalidade e Infinito*, trad. José Pinto Ribeiro, Lisboa: Edições 70 [ano a confirmar], p. 138: “uma retirada para sua casa como para uma terra de asilo, que responde a uma hospitalidade” · [V-pt].
7. (2.2) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 154: “nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada”; “facto concreto e inicial do recolhimento humano e da separação” · [V-pt].
8. (2.2) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 134: “supõe assim uma primeira revelação de Outrem”; “A luz do rosto é necessária à separação” · [V-pt].
9. (2.2) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 138: “discretamente uma ausência”; “a Mulher” · [V-pt].
10. (2.2) “Um Deus homem?”, em *Entre nós*, Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar], p. 92: “passividade do refém” · [V-pt].
11. (2.3) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 178: “é a expressão original, é a primeira palavra: ‘não cometerás assassínio’”; “a resistência do que não tem resistência — a resistência ética” · [V-pt].
12. (2.3) *Ética e infinito* (*Éthique et infini*), Paris: Fayard, 1982, p. 91 (paginação francesa): “O assassínio é, é verdade, um fato banal: pode-se matar outrem; a exigência ética não é uma necessidade ontológica” · [tradução do estudo] [V via secundária: Fontaine].
13. (2.3) *Entre nós*, Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar], p. 145: o “carrasco” que “já não tem Rosto”; p. 296: “postula, a meu juízo, uma resposta afirmativa” · [V-pt].
14. (2.3) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 192: “a partir de uma dimensão de altura” · [V-pt].
15. (2.4) “O sofrimento inútil”, em *Entre nós*, Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar], p. 130: “Que no seu fenômeno próprio, intrinsecamente, o sofrimento seja inútil, seja ‘por nada’, é o mínimo que dele se possa dizer” · [V-pt].

16. (2.4) “O sofrimento inútil”, em *Entre nós*, p. 136: “é tão antiga quanto certa leitura da Bíblia”; “mostra-se em Auschwitz com uma clareza que ofusca os olhos” · [V-pt].
17. (2.4) “O sofrimento inútil”, em *Entre nós*, p. 138: “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” (a frase citada no Estudo VII, 3.2) · [V-pt].
18. (2.4) “O sofrimento inútil”, em *Entre nós*, p. 140: “um sofrimento não-inútil (ou amor)” · [V-pt].
19. (2.4) “Filosofia, justiça e amor”, em *Entre nós*, Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar], p. 149 (entrevista de 1982 [ano por via secundária; conferir no Anexo do impresso]): “todo o lado consolador desta ética”; “para a religião” · [V-pt].
20. (2.4) “O sofrimento inútil”, em *Entre nós*, pp. 132–133: “pode tomar um sentido, o único de que o sofrimento seja susceptível, tornando-se um sofrimento pelo sofrimento, mesmo inexorável, de alguém” · [V-pt].
21. (2.5) *Totalidade e Infinito*, trad. inglesa de A. Lingis, Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969, p. 213: «Le tiers me regarde dans les yeux d'autrui – le langage est justice», “O terceiro me olha nos olhos de outrem — a linguagem é justiça” · [V-en] [tradução do estudo].
22. (2.5) “O outro, utopia e justiça”, em *Entre nós*, Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar], p. 293: “originalmente sem reciprocidade”; “por causa do terceiro”; “também um outro” · [V-pt].
23. (2.5) “Filosofia, justiça e amor”, em *Entre nós*, p. 148 (entrevista de 1982; ver o item 19): “A justiça brota do amor. […] O amor deve sempre vigiar a justiça” · [V-pt; verbo francês de “vigiar” a confirmar].
24. (2.5) *Entre nós*, p. 295: “após-veredicto, com suas possibilidades de misericórdia, pertence ainda inteiramente — de pleno direito — à obra da justiça” · [V-pt].
25. (2.5) *Entre nós*, pp. 294–295: “Invicta, esta pequena bondade sofre a violência do Mal, que não poderia nem vencer nem expulsar” · [V-pt].
26. (2.6) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, 1980, p. 246: “o tempo infinito não traz uma vida eterna a um sujeito que envelhece” · [V via secundária: Silva (pt)].
27. (2.6) *Le temps et l'autre*, Quadrige, 1983 [edição a confirmar], p. 64: «La relation avec l'avenir, c'est la relation même avec l'autre», “a relação com o porvir é a relação mesma com o outro” · [tradução do estudo] [V via secundária: Del Mastro (fr); Thieriot (fr); Bernardo (fr)].
28. (2.6) *Totalidad e infinito*, trad. espanhola, Salamanca: Sígueme, 1977, p. 291: “Não há, pois, continuidade no ser. O tempo é descontínuo” · [tradução do estudo, do espanhol] [V via secundária: Garrido-Maturano (es)].
29. (2.7) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 283: “A liberdade não se justifica pela liberdade” · [V-pt].
30. (2.7) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 222: “Quanto melhor cumpro o meu dever, tanto menos direitos tenho; quanto mais justo sou, mais culpado sou” · [V-pt].
31. (2.7) “Diacronia e representação”, §3 “Tempo e socialidade”, em *Entre nós*, Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar], p. 218: “por tudo o que meu existir, apesar da inocência de suas intenções, corre o risco de cometer como violência e usurpação” · [V-pt].

A tradição

1. (2.2) Derrida, *Adieu à Emmanuel Lévinas*, Paris: Galilée, 1997; trad. inglesa, Stanford University Press, 1999, p. 21: “treatise on hospitality” · [V via secundária: SEP (en)].

2. (2.2) Beauvoir, prefácio de *O segundo sexo*, sobre o feminino em Levinas · [V via secundária: Critchley (en); SEP (en)]; Sandford, *The Metaphysics of Love* (Athlone, 2000), sobre o mesmo ponto · [tese a confirmar].

O cânon e os escritos

1. (2.1) Cânon v1.2, “A Vigília”: “Ela vela: recusa-se a apagar”; “o mal que ninguém causou”.
2. (2.1) Tratado da Vigília, “Definição”: “Velar não é vigiar nem esperar. […] permanece desperto no escuro”; “o ‘para quê’ volta sem resposta”.
3. (2.1) Tratado da Vigília, “Síntese”: a origem da Vigília como questão nomeada, “se a Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela” [paráfrase no corpo].
4. (2.1) Estudo VII, 5.5: registro do alemão *Wachen* (conferido em *Entre nós*, p. 124; ver o item 5).
5. (2.2) Cânon v1.2, “O Abrigo”: mote “Sê casa para o outro” (*Sis alteri domus*); “diz o que oferecemos a quem chega até nós”; “se compromete a ser lugar seguro no rio: braços onde o cansado descansa, casa para quem está cansado de estar só […]”.
6. (2.2) Cânon v1.2, “O Abrigo”: “A Bússola protege a minha luz; o Abrigo a oferece. Uma filosofia que só protege a própria luz vira lamparina de museu”.
7. (2.2) Cânon v1.2, “As Águas Comuns”: “Retirar-se não é represar”; “o retiro é discreto, e guarda a luz para devolvê-la ao fluxo”.
8. (2.2) Disputatio, 3 (“Respondeo”): “dever ativo, não tolerância passiva”; Disputatio, 4 (“ad tertium”): o dever é geral e a medida não é dada [paráfrase].
9. (2.2) Estudo VII, 5.5: “a separação, a casa, precede o encontro, o que favorece a ordem Lux → Abrigo” · leitura do Estudo VII, conferida no texto do VII.
10. (2.2) Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, n.º 3: “pode ser o primeiro a vê-la”; “dada antes de qualquer relação”.
11. (2.2) Tratado das Águas Comuns, “Objeção provável e resposta breve”, segunda objeção: “Discreto é o que não grita a própria ausência” · conferido no texto do Tratado.
12. (2.3) Cânon v1.2, “A Vigília”: “O lobo é o mal que alguém inflige — diante dele não se vela: resiste-se, e deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro”; “rosto” e “matar” não ocorrem nas fontes do cânon.
13. (2.3) Tratado da Luz Interior, “Fundamentação”: “é intrínseca — não relativa, não comparativa, não sujeita a ranking”; “a origem que cada um atribui à luz — questão que o cânon deliberadamente deixa em aberto, respeitando a independência confessional”.
14. (2.4) Decisões do fundador, n.º 1: “o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia”.
15. (2.4) Decisões do fundador, n.º 6: “não promete o que ele recusa — sentido ou redenção da dor”.
16. (2.4) Decisões do fundador, n.º 2; Tratado da Vigília, “Objeção provável e resposta breve”, segunda objeção: “uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer”; “a luz não depende do fim para valer”; “na fé que professa”.
17. (2.4) Tratado da Vigília, “O problema que responde”: “e nenhuma olha para quem está ali”; “fala do fim”; “não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela”.
18. (2.4) Estudo VII, 5.5: Levinas fala de Auschwitz, que o estudo lê como lobo, e do sofrimento em geral, onde cabe a noite · leitura do Estudo VII, conferida no texto do VII.

19. (2.4, 2.5) Cânon v1.2, “A Vigília”: “presença, não vitória”.
20. (2.5) Tratado das Águas Comuns, “Definição”: “o terceiro devido — o nós, ao lado do eu e do tu”.
21. (2.5) Cânon v1.2, “As Águas Comuns”: “A palavra verdadeira posta em circulação, a confiança honrada, a vez respeitada, o espaço comum cuidado — tudo isso é manutenção das águas”; “O rio, de todos e de ninguém”.
22. (2.5) Tratado da Vigília, “Síntese” (igual em Tratado das Águas Comuns, “Síntese”): “a justiça devida diante do lobo e o modo de distingui-la da vingança: não está formulada, e fica para um tratado dedicado”.
23. (2.5) Disputatio, 4 (“ad tertium”): “nunca falou do mal cometido contra outrem, apenas do fracasso da própria pessoa consigo mesma”; “matéria para um tratado dedicado”.
24. (2.5) Decisões do fundador, n.º 4: “a retomada é pertencimento, e não depende de outra pessoa”.
25. (2.5) Tratado das Águas Comuns, “Síntese”: “se a relação com o outro é recíproca ou assimétrica”.
26. (2.5) Disputatio, “Nota da edição”: os “terceiros” como atingidos pelo mal que outro inflige [paráfrase].
27. (2.5) Estudo VII, 5.5: “a assimetria do Outro contra o que o estudo lê como reciprocidade nas Águas Comuns” · leitura do Estudo VII, conferida no texto do VII.
28. (2.5) Cânon v1.2: a palavra “amor” não ocorre · conferido no texto do Cânon v1.2.
29. (2.6, 2.7) Cânon v1.2, “Pertencimento ao Fluxo”, “Princípio”: “Ninguém começa do zero. Somos herdeiros de gerações e civilizações inteiras — e ancestrais de quem virá”.
30. (2.6) Cânon v1.2, “Regra de Vida”, “Ritmo de estação”: “Legado. Uma ação concreta voltada a quem vem depois: ensinar algo, documentar algo, plantar algo”.
31. (2.7) Cânon v1.2, “Regra de Vida”, “Ritmo diário”: “Noite — Examinar. As duas perguntas do pilar I. Encerrar com gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível”.
32. (2.7) Cânon v1.2, “Luz Interior”, “Prática”: “onde minha luz ficou escondida hoje? Onde brilhou?”
33. (2.7) Decisões do fundador, n.º 5: “com ou sem intenção”; “a irreflexão não é noite”.
34. (2.7) Cânon v1.2, “A Bússola”: “eu sem a minha luz sou uma mentira”.

Capítulo 3 — Onde nos separamos

Levinas

1. 3.1 e 3.8 · *Totalidade e Infinito*, trad. J. Pinto Ribeiro (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 223 · “O eu é um privilégio ou uma eleição”; “Não poder esquivar-se — eis o eu” · [V-pt]
2. 3.1 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), pp. 103–104 · “A responsabilidade não é um simples atributo da subjetividade […]”; “A subjetividade não é um para si; ela é, mais uma vez, inicialmente para um outro” · [V via secundária: Fontaine; tradução do estudo; página por frase a confirmar]
3. 3.1 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 134 · “supõe assim uma primeira revelação de Outrem”; “A luz do rosto é necessária à separação” · [V-pt]
4. 3.1 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 154 · “nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada: o recolhimento numa casa aberta a Outrem

[…]” (a página inglesa, Lingis, p. 172, é a que o Estudo VII usou) · [V-pt]

5. 3.1 · *De outro modo que ser* (Livre de Poche; edição presumida pela paginação), pp. 234–235 · “ordem que encontro na minha própria resposta, a qual […] me fez sair da invisibilidade, da sombra onde a responsabilidade poderia ter sido eludida” · [V via secundária: Laugier; edição a confirmar; tradução do estudo]
6. 3.1 e 3.2 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 193 · “o rosto me chama às minhas obrigações e me julga”; “mais, porque a minha posição de eu consiste em poder responder à miséria essencial de outrem” · [V-pt]
7. 3.2 · *Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3 “Tempo e socialidade” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 219 · “anterior à deliberação e à qual fui exposto e votado antes de ser votado a mim mesmo” · [V-pt; páginas pelo digitalizado]
8. 3.2 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 80 · “que mantém abertos nossos olhos, não tem sujeito” · [V via secundária: Wu (pt)]
9. 3.2 · *Entre nós*, “A filosofia e o despertar” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 124 · “a partir do outro – que é Outrem – o qual, sem interrupção, questiona a prioridade do Mesmo” · [V via secundária: Gambim (pt)]
10. 3.2 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 178 · “é a expressão original, é a primeira palavra: ‘não cometerás assassínio’” · [V-pt]
11. 3.3 · *Ética e infinito*, ed. francesa (Fayard, 1982), p. 105 [Fontaine]; Livre de Poche (1984), p. 94 ss. [fontes secundárias]; Edições 70: a confirmar · “A recíproca é assunto dele” · [V via secundária: Fontaine; página a confirmar; tradução do estudo]
12. 3.3 · *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, 1988 (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 293 · “é originalmente sem reciprocidade […]”; “é necessária a reciprocidade dos deveres e dos direitos” · [V-pt]
13. 3.3 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70 [ano a confirmar]), p. 241 · “exprime a sua eminência, a dimensão de altura e de divindade donde descende” · [V-pt]
14. 3.4 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 67 · “O há, em sua recusa de tomar uma forma pessoal, é o ‘ser em geral’” · [V via secundária: Wu (pt)]
15. 3.4 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), pp. 68–69 · “não há discurso. Nada responde”; “submergido pela noite, invadido, despersonalizado, sufocado por ela” (p. 68); “é possível falar de noites em pleno dia” (p. 69) · [V via secundária: Wu (pt); Gambim (pt); Menezes (pt)]
16. 3.4 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 73 · “o horror da noite ‘sem saída’ e ‘sem resposta’ é a existência irremissível” · [V via secundária: Wu (pt)]
17. 3.4 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 80 · “É a própria noite que vela. Vela-se” · [V via secundária: Wu (pt); Gambim (pt)]
18. 3.4 · *Da existência ao existente* (Papirus, 1998), p. 100 · “Sobre o fundo do há surge um ente”; a suspensão do *há* anônimo pela hipóstase · [V via secundária: Wu (pt); Menezes (pt); página a confirmar]
19. 3.5 · *Entre nós*, “Um Deus homem?” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 92–93 · “O si é a passividade aquém da identidade, passividade do refém” (p. 92); “Ser eu é sempre ter uma responsabilidade a mais” (p. 93); “não pode estender-se além de mim”; “Só eu é que posso, sem crueldade, ser designado como vítima” (p. 93) · [V-pt]
20. 3.5 · *Humanismo del otro hombre* (Siglo XXI, 2005), p. 133 · “É por esta responsabilidade suplementar que a subjetividade não é o Eu, mas eu” · [V-es; tradução do estudo]

21. 3.5 · *Humanismo del otro hombre* (Siglo XXI, 2005), p. 112 · epígrafe de “Sin identidad”, atribuída pela edição a “Talmud de Babilonia: Tratado de Aboth 6a”: “Se não respondo por mim, quem responderá por mim? Mas se só respondo por mim, ainda sou eu?” · [V-es; tradução do estudo; a atribuição pede confronto com *Avot* 1:14, que é da Mishná, sem Guemará]
22. 3.5 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, entrevista de 1982 [ano por via secundária; conferir no Anexo do impresso] (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 145 · “Se não houvesse ordem de justiça, não haveria limite para minha responsabilidade” · [V-pt]
23. 3.5 · *Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3 (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 218 · “temor por tudo o que meu existir, apesar da inocência de suas intenções, corre o risco de cometer como violência e usurpação” · [V-pt; páginas pelo digitalizado]
24. 3.6 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 130 e 138 · “Que no seu fenômeno próprio, intrinsecamente, o sofrimento seja inútil, seja ‘por nada’ […]” (p. 130); “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” (p. 138) · [V-pt]
25. 3.6 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 132–133 · “pode tomar um sentido, o único de que o sofrimento seja susceptível, tornando-se um sofrimento pelo sofrimento, mesmo inexorável, de alguém” · [V-pt]
26. 3.6 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 140 · “a sua compaixão que é um sofrimento não-inútil (ou amor)” · [V-pt]
27. 3.6 e 3.7 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 149 · “todo o lado consolador desta ética deixo-o para a religião” (3.6); “fora de toda teologia” (3.7) · [V-pt]
28. 3.6 · *De outro modo que ser* (Nijhoff, 1979), p. 150 · “um sofrimento ‘por Deus’ que sofre do meu sofrimento” · [V via secundária: Rößner, n. 16; tradução do estudo]
29. 3.7 · *Totalidade e Infinito*, trad. inglesa de Lingis (Duquesne UP, 1969), p. 78 · “Um Deus invisível significa não apenas um Deus inimaginável, mas um Deus acessível na justiça. A ética é a ótica espiritual” · [V-en; tradução do estudo]
30. 3.7 · “La trace de l'autre”, *Tijdschrift voor Filosofie* 25/3 (1963), pp. 605–623 (artigo); página da frase a confirmar · “só se mostra por seu rastro, como no capítulo 33 do Êxodo” · [tradução do estudo; página a confirmar]
31. 3.7 · *Entre nós*, “Um Deus homem?” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), pp. 89–90 · “Eu a chamo vestígio. Mas o vestígio não é uma palavra a mais: é a proximidade de Deus no rosto do meu próximo” · [V-pt]
32. 3.7 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 151 · “Não digo que outrem é Deus, mas que, em seu Rosto, entendo a Palavra de Deus” · [V-pt]
33. 3.7 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 148 · “sou responsável por outrem, mesmo quando pratica crimes. Isto é para mim o essencial da consciência judaica. Mas penso, também, que é o essencial da consciência humana” · [V-pt]
34. 3.7 · “Aimer la Thora plus que Dieu” (1955), *Difícil liberdade* (Albin Michel, 1976; Livre de Poche, ensaio nas pp. 189–193); página da frase a confirmar · “Blasfêmia? Ao menos, proteção contra a loucura de um contato direto com o Sagrado sem a mediação de razões” (original: «Blasphème ? Du moins, protection contre la folie d'un contact direct avec le Sacré sans la médiation de raisons») · [tradução do estudo; página a confirmar]

A tradição

1. 3.1 · Ricoeur, *O si-mesmo como um outro*, trad. L. M. Cesar (Papirus, 1991), décimo estudo, pp. 386, 392 e 395 · “hipérbole” (p. 392); “justiça alternativamente ao primado da estima de si e ao da convocação pelo outro à justiça” (p. 386); “uma capacidade de acolhimento” (p. 395) · [V via secundária: Gubert, *Thaumazein* 10, 2012; páginas por citação a confirmar]
2. 3.4 · Sealey, “Levinas's early account of transcendence: locating alterity in the *Il y a*”, *Levinas Studies* 5 (2010), pp. 99–116; “The ‘face’ of the *il y a*”, *Continental Philosophy Review* 46/3 (2013), pp. 431–448 · o *há* pesa mais do que o Outro pessoal; “the underlying horror” · [tese a confirmar; só os resumos dos artigos]
3. 3.4 · Marder, “Terror of the Ethical: On Levinas's *Il y a*”, *Postmodern Culture* 18/2 (2008) · lê o *há* em *Totalidade e Infinito* (pp. 258–260) e em *O tempo e o outro* · [tese a confirmar; argumento além do título a confirmar; texto não lido]
4. 3.7 · Sebbah, *Revista de Filosofía* XXXVI(1), 2024 [ano a confirmar], pp. 113–127, resumindo Marion (*De surcroît*, PUF, 2001, p. 142; *Prolégomènes à la charité*, cap. IV) · “permanece aquém do amor” · [V via secundária: Sebbah; tradução do estudo]

O cânon e os escritos

Letra conferida contra as fontes do cânon pela pesquisa de fontes do estudo; sem marcador. As linhas do Estudo VII dizem o que o VII escreveu, que não é letra do cânon.

1. 3.1 · Cânon v1.2, “Os Quatro Pilares”, Pilar I, “Princípio” · “O valor de cada pessoa é intrínseco, anterior a qualquer conquista ou circunstância. A luz não se acende — ela se revela”
2. 3.1 · Tratado da Luz Interior, “Definição” · “supõe presença anterior a qualquer olhar — inclusive ao olhar de quem a possui”
3. 3.1 e 3.8 · decisão do fundador n.º 3, na numeração do Prólogo do Estudo VII (decisões de 17 de outubro de 2026) · “A Lux vem antes do Abrigo. A luz é dada antes de qualquer relação; o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la — o Abrigo pode revelar uma luz encoberta”
4. 3.1 · Tratado das Águas Comuns, “Objeção provável e resposta breve” · “nem as águas a dão […]: a lamparina posta no rio já trazia a sua”
5. 3.1 · Estudo VII, 3.1 · “O recolhimento numa casa aberta ao Outro — a hospitalidade — é o fato concreto e inicial do recolhimento e da separação humanos” (ed. inglesa, p. 172): a casa antes do encontro, como leitura do VII
6. 3.2, 3.5 e 3.8 · Cânon v1.2, “A Bússola” · “Diante de qualquer caminho — um lugar, uma relação, uma oportunidade, um negócio — a pergunta decisiva é uma só: a luz está lá? Posso estar lá inteiro, sem me trair? Se a resposta é não, não vou. Porque eu sem a minha luz sou uma mentira”; “não escolhe os caminhos por ninguém; ela apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los”
7. 3.2 e 3.5 · Disputatio “A luz interior é compatível com a experiência do mal?”, 3, “Respondeo” · “Quanto à Bússola: ela nasceu, de fato, na voz do agente — de quem escolhe onde não ir. Isso não a torna falsa, mas a torna incompleta diante do paciente que nada escolheu” (3.2); “já supõe que proteger o outro da escuridão é dever ativo, não tolerância passiva”; “ainda não possui um pilar ou cláusula que trate explicitamente de justiça, reparação ou responsabilização perante o mal infligido a terceiros” (3.5)

8. 3.2 e 3.3 · Tratado da Vigília, “Síntese” · “A terceira é se a Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela” (3.2); a justiça devida ao lobo, ainda sem forma (3.3)
9. 3.2 · Estudo VII, 5.5 e 3.4 · em 5.5, a questão (f) reconhecida como a de Levinas; em 3.4, a Bússola como veto, sem conteúdo próprio de deveres
10. 3.2 e 3.4 · Cânon v1.2, “A Vigília” · “Ela vela: recusa-se a apagar”; “quando a noite chega sem ser escolhida”; “deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro” (3.2); “A noite é o mal que ninguém causou — diante dela, vela-se”; “a perda, a doença, o acaso que desaba”; “não vence o escuro do quarto — cria dentro dele um círculo de claridade onde se pode estar” (3.4)
11. 3.2, 3.4 e 3.6 · Tratado da Vigília, “Definição” · “não faz depender a luz do que virá — permanece desperto no escuro” (3.2 e 3.4); “Quem está nela sabe o que é: o que se via adiante deixa de ser visto, o ‘para quê’ volta sem resposta, e o lugar onde se está deixa de ser um lugar”; “Presença é o que esse círculo faz: não dissipa a noite, devolve a quem está nela um lugar” (3.4 e 3.6)
12. 3.3 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “Além do que devo a mim e do que devo a quem chega até mim, devo ao rio o próprio fluxo”; “devolvê-la ao fluxo”
13. 3.3 · Tratado das Águas Comuns, “Síntese” · “A segunda é se a relação com o outro é recíproca ou assimétrica”
14. 3.3 · Tratado das Águas Comuns, “Definição” · “e o que os separa é o devolver”; “É o terceiro devido — o nós, ao lado do eu e do tu”
15. 3.3 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “O rio do cânon é o fluxo, mais largo e mais humilde que o espaço público, e não é programa político”
16. 3.3 · Estudo VII, 5.5 e questão (g) · em 5.5, “o que o estudo lê como reciprocidade nas Águas Comuns” (leitura do VII, não letra do cânon); a questão (g), a justiça devida ao lobo, sem forma
17. 3.3, 3.7 e 3.8 · Tratado da Luz Interior, “Fundamentação” · “cada luz é intrínseca — não relativa, não comparativa, não sujeita a ranking” (3.3 e 3.8); “questão que o cânon deliberadamente deixa em aberto, respeitando a independência confessional” (3.7)
18. 3.4 e 3.6 · decisão do fundador n.º 2 · “uma luz acesa dentro da noite, que não precisa do fim para valer”
19. 3.5 · Cânon v1.2, “O Abrigo” · “Sê casa para o outro”; “Quem vive o Lumen Fluens se compromete a ser lugar seguro no rio”; “quem chega até nós”
20. 3.5 · Disputatio, 4, “ad tertium” · “o dever geral do Abrigo, que aponta na direção certa sem a desenvolver”; “ela nunca falou do mal cometido contra outrem, apenas do fracasso da própria pessoa consigo mesma”
21. 3.6 · decisão do fundador n.º 1 · “o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia”
22. 3.6 · decisão do fundador n.º 6 · “a Vigília não promete o que ele recusa — sentido ou redenção da dor” (ele: Adorno)
23. 3.6 · Tratado da Vigília, “O problema que responde” · “dizem-lhe que vai passar, que tem um sentido, que prepara um bem”; “não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela”
24. 3.6 · Tratado da Vigília, “Objeção provável e resposta breve”, segunda objeção · “Que a própria presença não se torne, ela mesma, um ideal que consola é questão que o Lumen

Fluens deixa aberta”; “quem crê poderá ler uma manhã na fé que professa, quem não crê não a lerá, e a Vigília não depende de nenhuma das duas leituras”

25. 3.7 · Cânon v1.2, “Independência confessional” · “Para quem crê, a Luz tem nome próprio: para o cristão, é o próprio Deus. Para quem não crê, é a consciência mais funda, o verdadeiro em si. A filosofia não decide isso por ninguém; exige apenas fidelidade à luz, seja qual for o nome que cada um lhe dê”
26. 3.7 · Estudo VII, questão (h) · o nome da Luz e o rastro: se uma luz sem nome pode ser determinada pela vida e não pelo conceito

Capítulo 4 — Levinas diante das casas que já visitamos

Levinas

1. 4.1 · *Totality and Infinity*, trad. Alphonso Lingis (Pittsburgh: Duquesne University Press, 1969), p. 305 · “The other is not the negation of the same, as Hegel would like to say” · [V-en; tradução do estudo]
2. 4.1 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 203 · “The other is not for reason a scandal which launches it into dialectical movement, but the first rational teaching, the condition for all teaching” · [V-en; tradução do estudo]
3. 4.1 · “A filosofia e o despertar”, em *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 115 · “Filosofia da Presença, do Ser, do Mesmo. Conciliação dos contraditórios” · [V-pt]
4. 4.1 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 242 · “The judgment of history is always pronounced in absentia” · [V-en; tradução do estudo]
5. 4.1 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 300 · “for it judges them according to universal rules, and thus as in absentia” · [V-en; tradução do estudo]
6. 4.1 · *Totality and Infinity* (Lingis), Prefácio, p. 23 · “the judgment of history in which Hegel wrongly saw its rationalization” · [V-en; tradução do estudo] (a mesma do Estudo VII, 5.5)
7. 4.1 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 298 · “Hegel's impersonal reason, which shows to the personal consciousness only its ruses” · [V-en; tradução do estudo]
8. 4.1 · “O sofrimento inútil”, em *Entre nós* (Vozes), p. 138 · “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” · [V-pt]
9. 4.1 · “O sofrimento inútil”, em *Entre nós* (Vozes), p. 136 · “é tão antiga quanto certa leitura da Bíblia” · [V-pt]
10. 4.1 · *Totalidade e Infinito*, trad. José Pinto Ribeiro, rev. Artur Morão (Lisboa: Edições 70 [ano da tiragem a confirmar]), p. 38 · “Vem do exterior e traz-me mais do que eu contenho” · [V-pt]
11. 4.2 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 33 · “A ontologia como filosofia primeira é uma filosofia do poder” · [V-pt]
12. 4.2 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 46 · “It issues in the State and in the non-violence of the totality, without securing itself against the violence from which this non-violence lives” · [V-en; tradução do estudo]
13. 4.2 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 134 · “Dasein in Heidegger is never hungry” · [V-en; tradução do estudo]

14. 4.2 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 303 · “The encounter with the Other in Sartre threatens my freedom, and is equivalent to the fall of my freedom under the gaze of another freedom” · [V-en; tradução do estudo]
15. 4.2 · “O outro, utopia e justiça” (1988), em *Entre nós* (Vozes), p. 289 · “O essencial é a própria obra ou, ao menos, Sein und Zeit”; “mas a construção comporta ângulos ambíguos em que eles podem ser postos” · [V-pt]
16. 4.2 · “O outro, utopia e justiça”, em *Entre nós* (Vozes), pp. 289–290 · “sem mais se dissolvem ou ‘saltam’ todas as ‘relações aos outros’”; “Temível autenticidade! O senhor vê o que eu recusaria” · [V-pt; conferido no digitalizado]
17. 4.2 · “Quelques réflexions sur la philosophie de l'hitlérisme”, *Esprit* 26 (novembro de 1934) · artigo não lido; só a referência · [V via secundária: Maidan, “El rechazo de la teodicea en la obra de Emmanuel Lévinas”, *Revista Estudios* 34 (2017), que o data de 1934; Giménez Giubbani, *Franciscanum* 158 (2012), n. 7, que cita a tradução espanhola; número e mês do original a confirmar]
18. 4.2 · “Heidegger, Gagarine et nous” (1961), em *Difícil liberdade* · texto não lido; só a referência · [V via secundária: *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, pp. 160–161, onde o entrevistador o situa em *Difícil liberdade* e Levinas fala de “meu artigo sobre Gagarin e Heidegger”; título completo e ano a confirmar]
19. 4.2 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 179 · “o ser que se impõe não limita, mas promove a minha liberdade, suscitando a minha bondade” · [V-pt]
20. 4.2 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 283 · “A liberdade não se justifica pela liberdade” · [V-pt]
21. 4.3 · “Um Deus homem?”, em *Entre nós* (Vozes), p. 84 · “Não tenho a ousadia de me meter num assunto interdito a quem não compartilha sua fé” · [V-pt]
22. 4.3 · “Um Deus homem?”, em *Entre nós* (Vozes), p. 85 · “permite pensar a relação com a transcendência em outros termos que os da ingenuidade ou do panteísmo”; “indispensável à compreensão da subjetividade”; “Tenho certeza de que esta medida será julgada insuficiente pelo cristão que crê” · [V-pt]
23. 4.3 · “Um Deus homem?”, em *Entre nós* (Vozes), p. 90 · “afirma, nesta transubstanciação do Criador em criatura, a idéia da substituição” · [V-pt]
24. 4.3 · “Filosofia, justiça e amor” (entrevista de 1982 [ano por via secundária; a conferir no Anexo do impresso]), em *Entre nós* (Vozes), p. 151 · “a relação a Deus é aí apresentada como relação ao outro homem. Não é metáfora: em outrem, há presença real de Deus. […] Não digo que outrem é Deus, mas que, em seu Rosto, entendo a Palavra de Deus” · [V-pt]
25. 4.3 · “Judaïsme et kénose”, em *À l'heure des nations* (Paris: Minuit, 1988), pp. 133–151 (primeira publicação em *Archivio di Filosofia* 53, 1985, n. 2–3), citado nas pp. 133–134 · ensaio não lido; as duas locuções chegam pelos intérpretes: “d'abord attestée par les textes bibliques eux-mêmes” (p. 133); “conjonction en Dieu de la descente et de l'élévation” (p. 134) · [V via secundária: Cohen-Lévinas e Trigano (dir.), *Emmanuel Levinas et les théologies* (2007); Pochet, *Lévinas, chemin ou obstacle pour la théologie chrétienne?* (2005); tradução do estudo]
26. 4.3 · “Filosofia, justiça e amor”, em *Entre nós* (Vozes), p. 149 · “todo o lado consolador desta ética deixo-o para a religião”; “Não entro teologicamente nesta questão. Descrevo a ética, é o humano, enquanto humano” · [V-pt]
27. 4.4 · *Totality and Infinity* (Lingis), pp. 68–69 · “One may, however, ask if the thou-saying [tutoiement] does not place the other in a reciprocal relation, and if this reciprocity is

primordial” (p. 68); “This work does not have the ridiculous pretension of ‘correcting’ Buber on these points” (p. 69) · [V-en; tradução do estudo]

28. 4.4 · “Filosofia, justiça e amor”, em *Entre nós* (Vozes), p. 162 · “aquele que andou sobre o terreno de Buber deve obrigação de fidelidade a Buber, mesmo que não soubesse onde se achava” · [V-pt]
29. 4.4 · “Filosofia, justiça e amor”, em *Entre nós* (Vozes), p. 147 · “Como cidadãos, somos recíprocos, mas é uma estrutura mais complexa que o face-a-face” · [V-pt]
30. 4.5 · *Totality and Infinity* (Lingis), pp. 154, 221 e 226 · “the Epicurean gods” (pp. 154 e 221); “Epicurean wisdom” (p. 226); na busca nos dois volumes completos (este e *Entre nós*), nenhuma ocorrência de estoico, estoicismo, Epicteto, Marco Aurélio ou Sêneca · [V-en]
31. 4.5 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 154 · “nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada” · [V-pt]
32. 4.6 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 102 · “without any contribution from an alleged Oriental thought” · [V-en; tradução do estudo]
33. 4.6 · *Totality and Infinity* (Lingis), p. 218 · “it therefore should not be traced back to any oriental wisdom” · [V-en; tradução do estudo]
34. 4.6 · Entrevista com Christoph von Wolzogen, em *Emmanuel Levinas: Proceedings of the Centenary Conference* (Bucareste, setembro de 2006), p. 26 aproximada · “les seules choses humaines qui importent, ce sont les Grecs et la Bible ; tout le reste est danse” · [V via secundária: o próprio volume do congresso, onde o trecho foi lido; tradução do estudo; título e página a confirmar]
35. 4.6 · “Filosofia, justiça e amor”, em *Entre nós* (Vozes), pp. 149–150 · “Penso que a ética não é uma invenção da raça branca, da humanidade que leu os autores gregos nas escolas e que seguiu certa evolução. O único valor absoluto é a possibilidade humana de dar, em relação a si, prioridade ao outro” · [V-pt; conferido no digitalizado]
36. 4.7 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 284 · “A moral não é um ramo da filosofia, mas a filosofia primeira” · [V-pt]
37. 4.7 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), pp. 29–30 · “A metafísica precede a ontologia” · [V-pt]

A tradição

1. 4.1 · Wild, “Introduction”, em Levinas, *Totality and Infinity* (Lingis), p. 18 · Wild cita Hegel em alemão (*Weltgericht*) e glosa: “History itself is the final judge of history”; a entrada do índice (p. 310) confirma a página · [V-en]
2. 4.2 · Rößner, “Philosophie als Passion. Das gebrochene Denken von Emmanuel Levinas”, *Acta Universitatis Carolinae — Philosophica et Historica* 2020/1, pp. 13–22 · a moldura biográfica de Levinas, sem citação literal · [paráfrase]
3. 4.3 · Pochet, *Lévinas, chemin ou obstacle pour la théologie chrétienne?*, 2005 [editora a confirmar] · só o título; a tese não foi lida · [tese a confirmar]
4. 4.3 · Sebbah, *Revista de Filosofía* XXXVI/1 (2024), pp. 113–127, resumindo Marion (obras que Sebbah indica: *De surcroît*, Paris: PUF, 2001, p. 142; *Prolégomènes à la charité*, Paris: La Différence, 1986, cap. IV) · “permanece aquém do amor”; “o fenômeno de Cristo” · [V via secundária: Sebbah; tradução do estudo; título e ano a confirmar]

5. 4.6 · “Dans une culture sans Dieu. Lévinas au Japon”, *Cahiers d'études lévinassiennes* (2005), p. 409 · pista bibliográfica, sem citação · [autor e conteúdo a confirmar]

O cânon e os escritos

Letra conferida contra as fontes do cânon; sem marcador. As linhas do Estudo VII e das fichas dizem o que esses textos escreveram, que não é letra do cânon.

1. Abertura · Estudo VII, 3.3 · “O cânon, por sua vez, não gradua casas”; “Hegel gradua porque a sua resposta é um percurso; a série visita casas porque a sua resposta é uma luz”
2. 4.1 · Estudo VII, 5.5 · a história universal, “como tribunal do mundo”, julga os espíritos dos povos (*Linhas fundamentais da filosofia do direito*, §340); Hegel “viu, erradamente, sua racionalização”
3. 4.1 · Estudo VII, 3.2 · “Hegel concede mais ao luto do que se costuma supor”; Hegel “rejeita que o fim santifique os meios”; “o caso individual tem o seu foro”
4. 4.1 · Ficha do Estudo VII (“onde nos separamos”) · “Vigília vs. teodiceia: o matadouro da história, a astúcia da razão, o espírito pensante reconciliado com o mal — e a vítima fora da conta”; “O lobo vs. o tribunal do mundo (§340)”
5. 4.1 · Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026 (numeração do Prólogo do Estudo VII), n.º 1 · “o Lumen Fluens aceita a dialética como método de crescimento doutrinal e a recusa como teodiceia”
6. 4.1 · Tratado da Vigília, “O problema que responde” · “não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela”
7. 4.1 e 4.3 · Tratado da Vigília, “Objeção provável e resposta breve”, segunda objeção · “a luz não depende do fim para valer” (4.1); “quem crê poderá ler uma manhã na fé que professa, quem não crê não a lerá, e a Vigília não depende de nenhuma das duas leituras” (4.3)
8. 4.1 · Estudo VII, 6.2 · “o negativo de que ela cresce é a falha de um texto diante de uma objeção”
9. 4.2 · Ficha do Estudo V (“onde nos tocamos” e “onde nos separamos”) · “a má-fé (Sartre) e o ‘a gente’ (Heidegger)”; “Kierkegaard, a ponte: querer uma só coisa”; “Invenção vs. revelação”; “Absurdo vs. pertencimento”
10. 4.2 · Cânon v1.2, “A Bússola” · “apenas veta os que exigiriam apagar a luz para percorrê-los”
11. 4.2 · Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, n.º 3 · “o olhar do outro não a fabrica, mas pode ser o primeiro a vê-la”
12. 4.2 · Cânon v1.2, Pilar IV, “Celebração Encarnada — Corpus”, Princípio · “O corpo, o lugar, o ritmo”
13. 4.2 · Estudo VII, 6.3, questão (j) · “Se o Singular está acima do Universal, como lê *Temor e tremor*, a Bússola vetaria o monte Moriá?”
14. 4.3 · Ficha do Estudo III (“onde nos tocamos” e “onde nos separamos”) · “a imago Dei (Gn 1,26)”; “vinde a mim os cansados” (Mt 11,28); “Estrutura vs. revelação”; “Sem culto”; “sobre o depois do rio, silêncio respeitoso”
15. 4.3 e 4.6 · Cânon v1.2, “Independência confessional” · “Para quem crê, a Luz tem nome próprio: para o cristão, é o próprio Deus. Para quem não crê, é a consciência mais funda, o verdadeiro em si. A filosofia não decide isso por ninguém”

16. 4.3 · Estudo VII, 6.3, questão (e) · “Se, como quer Nietzsche, a maldição é a falta de sentido do sofrimento e não o sofrimento, como evitar que ‘presença, não vitória’ se torne, ela mesma, um ideal que consola?”
17. 4.4 · Tratado das Águas Comuns, “Fundamentação” · “Toda vida atual é encontro” (*Eu e Tu*); “A fronteira é a precedência. Buber escreve: ‘No princípio é a relação’. […] Toma-se de Buber o encontro, não a precedência da relação”
18. 4.4 · Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “a luz é pessoal, nunca individual”
19. 4.4 · Tratado das Águas Comuns, “Síntese” · “A segunda é se a relação com o outro é recíproca ou assimétrica”
20. 4.4 · Tratado das Águas Comuns, “Definição” · “É o terceiro devido — o nós, ao lado do eu e do tu”
21. 4.5 · Ficha do Estudo II (“onde nos tocamos” e “onde nos separamos”) · “O exame noturno (Sêneca, De Ira III.36): ancestral do nosso Examinar”; “Portar o involuntário (Epicteto, Ench. 1)”; “Apatheia vs. celebração”; “Amor fati vs. mensagem”; “cidadela interior, não; casa de portas abertas”
22. 4.5 · Cânon v1.2, Pilar I, “Luz Interior — Lux”, Prática · “onde minha luz ficou escondida hoje? Onde brilhou?”
23. 4.5 · Cânon v1.2, “Regra de Vida”, Noite · “Encerrar com gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível”
24. 4.6 · Ficha do Estudo I (“onde nos tocamos” e “onde nos separamos”) · “O rio e a impermanência”; “Presença e atenção plena”; “Disponibilidade e não-apego”; “Abrigo e compaixão (mettā)”; “Luz atemporal vs. anattā”; “Navegar vs. desembarcar”; “Celebração vs. renúncia”; “Dignidade vs. vacuidade”
25. 4.6 · Ficha do Estudo IV (“onde nos tocamos” e “onde nos separamos”) · “O eu atemporal: o ātman que não nasce nem morre”; “Participação vs. identidade”; “História real”
26. 4.6 · Ficha do Estudo VI (“onde nos tocamos” e “onde nos separamos”) · “Wu wei”; “O inútil necessário”; “Impessoal vs. pessoal”; “Espontaneidade vs. regra”
27. 4.7 · Estudo VII, 4.7 · “Hegel gradua porque a sua resposta é um caminho; a série visita casas porque a sua resposta é uma luz”

Capítulo 5 — Prévias: autores que virão

Levinas

1. (5.1) *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, trad. José Pinto Ribeiro) [ano a confirmar], p. 193 · “ao mesmo tempo como mais e como menos do que o ser que se apresenta no rosto” · [V-pt]
2. (5.1) *Entre nós* (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), “Filosofia, justiça e amor” (entrevista de 1982 [ano por via secundária; conferir no Anexo do impresso]), pp. 143–146 · o terceiro, a justiça e o Estado (sem citação literal) · [V-pt]
3. (5.2) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, p. 14 · “apresentará a subjectividade como acolhendo Outrem, como hospitalidade” · [V-pt]
4. (5.2) *Totality and Infinity* (trad. Alphonso Lingis, Duquesne UP, 1969), p. 213 · “language is justice” · [V-en; tradução do estudo]

5. (5.3) *Da existência ao existente* (Campinas: Papirus, 1998), p. 68 · “despersonalizado” · [V via secundária: Wu (pt); Gambim (pt); Menezes (pt)]
6. (5.3) *De Dieu qui vient à l'idée* (Paris: Vrin) [edição a confirmar], p. 98 · “A vigilância deve vestir-se de justiça” · [V via secundária: Mejía (es); tradução do estudo]
7. (5.3) *Entre nós*, “A filosofia e o despertar”, p. 124 · “a partir do outro” · [V-pt]
8. (5.3) *Entre nós*, “O sofrimento inútil”, pp. 132–133 · “o justo sofrimento em mim pelo sofrimento injustificável de outrem” · [V-pt]
9. (5.4) *O tempo e o outro* (Quadrige, 1983), p. 64 · “a relação com o porvir é a relação mesma com o outro” · [V via secundária: Del Mastro (fr); tradução do estudo]
10. (5.4) *Totalidad e infinito* (Salamanca: Sígueme, 1977), p. 289 · “um ser capaz de outro destino que o seu é um ser fecundo” · [V via secundária: Garrido-Maturano (es); tradução do estudo]
11. (5.4) *Totalidade e Infinito*, Edições 70, pp. 29–30 · “a metafísica precede a ontologia” · [V-pt]
12. (5.5) *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor”, p. 148 · “a justiça brota do amor”; “o amor deve sempre vigiar a justiça” · [V-pt; verbo francês de “vigiar” a confirmar]
13. (5.6) *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, p. 294 · “Má consciência da Justiça!” · [V-pt; ensaio inferido pela paginação]
14. (5.6) *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, pp. 294–295 · “se perde e se deforma desde o momento em que procura ser organização e universalidade e sistema” · [V-pt; ensaio inferido pela paginação]
15. (5.6) *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, p. 295 (a propósito de Rosh Hashaná 17b) · “pertence ainda inteiramente — de pleno direito — à obra da justiça” · [V-pt; ensaio inferido pela paginação]
16. (5.6) *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça”, p. 297 · “toda a fraqueza” · [V-pt; paráfrase com palavras da fonte]

A tradição

1. (5.1) Ricoeur, *O si-mesmo como um outro* (trad. Lucy Moreira Cesar, Papirus, 1991), décimo estudo, pp. 392 e 395 · “hipérbole”; “uma capacidade de acolhimento” · [V via secundária: Gubert, *Thaumazein* 10, 2012]
2. (5.1) Ricoeur, mesmo estudo, p. 386 · justiça articulada à estima de si e à convocação pelo outro (sem citação literal) · [V via secundária: Gubert; paráfrase]
3. (5.1) Ricoeur, instituições justas e imputação · sem localização · [tese a confirmar; fora da pesquisa de fontes]
4. (5.2) Derrida, “Violence et métaphysique” (1964), em *A escritura e a diferença* (Perspectiva, 4ª ed., 2014), p. 176 ss. · objeção de linguagem (sem citação literal) · [V via secundária: Bernardes; paráfrase]
5. (5.2) Derrida, *Adieu à Emmanuel Lévinas* (Galilée, 1997), trad. ing. (Stanford UP, 1999), p. 21 · “tratado de hospitalidade” · [V via secundária: SEP (en); tradução do estudo]
6. (5.2) Derrida, *Adieu à Emmanuel Lévinas*, Galilée, p. 51 · “o acolhimento do rosto, a hospitalidade, é o mesmo” · [V via secundária: Zevallos, *Ethic@* 21(1), 2022; tradução do estudo]

7. (5.2) Derrida, *Adieu à Emmanuel Lévinas*, o terceiro e o “parjure” · “perjúrio” · [V via secundária: *Difficult Justice*; pp. 96–97 citadas em *L'Esprit créateur*; só a palavra; localização a confirmar]
8. (5.2) Derrida, hospitalidade incondicional e leis da hospitalidade · sem localização · [tese a confirmar; fora da pesquisa de fontes]
9. (5.3) Weil, a atenção como forma do amor diante do infeliz · sem localização · [tese a confirmar; fora da pesquisa de fontes]
10. (5.3) Weil, *Attente de Dieu* (La Colombe, 1950), em tradução do Tratado da Vigília, “Fundamentação” · “antes de tudo anônimo”; “nunca mais acreditem que são alguém” · [V via secundária: Tratado da Vigília; tradução do Tratado]
11. (5.4) Jonas, *Das Prinzip Verantwortung* (1979) [título e data a confirmar]; edição brasileira por conferir · imperativo, vulnerável, heurística do temor, sim ao ser · [tese a confirmar; fora da pesquisa de fontes]
12. (5.5) Marion, via Sebbah, *Revista de Filosofía* XXXVI/1 (2024 [ano a confirmar]), pp. 113–127 · “permanece aquém do amor”; “o fenômeno de Cristo” · [V via secundária: Sebbah; tradução do estudo]
13. (5.5) Marion, fenômeno saturado e doação · sem localização · [tese a confirmar; fora da pesquisa de fontes]
14. (5.6) Grossman, *Vida e destino*; edição por conferir · a bondade de uma pessoa por outra, sem ideologia · [tese a confirmar; fora da pesquisa de fontes]

O cânon e os escritos

1. (5.1, 5.5) Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026 (numeração do Prólogo do Estudo VII), n.º 3 · “pode ser o primeiro a vê-la”
2. (5.6) Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, n.º 4 · “não depende de outra pessoa”
3. (5.1, 5.2) Cânon v1.2, “A Bússola” · “a luz está lá?”; “uma relação”
4. (5.2, 5.6) Cânon v1.2, “O Abrigo” · “o Abrigo diz o que oferecemos a quem chega até nós”; “braços onde o cansado descansa”
5. (5.2, 5.3) Cânon v1.2, “A Vigília” · “deve-se justiça”; “diante dele não se vela: resiste-se”
6. (5.4) Cânon v1.2, “As Águas Comuns” · “devo ao rio o próprio fluxo”; “manter as águas passáveis — não represar, não envenenar”
7. (5.4) Cânon v1.2, “Pertencimento ao Fluxo”, “Princípio” · “Ninguém começa do zero”
8. (5.4) Cânon v1.2, “Regra de Vida” · “Uma ação concreta voltada a quem vem depois”; “gratidão a alguém do passado que tornou o dia possível”
9. (5.5) Cânon v1.2, “Independência confessional” · “A filosofia não decide isso por ninguém”
10. (5.1) Tratado das Águas Comuns, “Definição” · “terceiro devido”
11. (5.3, 5.4) Tratado da Vigília, “Definição” · “o mal que ninguém causou”; “quem vigia guarda-se do que virá”; “não faz depender a luz do que virá”
12. (5.3) Tratado da Vigília, “Fundamentação” · “Em Simone Weil a presença chama-se atenção”
13. (5.3) Tratado da Vigília, “Síntese” · “se a Vigília nasce do chamado do outro ou da luz de quem vela”
14. (5.5) Tratado da Luz Interior, “Definição” · “Revelar supõe presença anterior a qualquer olhar”

15. (5.5) Tratado da Luz Interior, “Fundamentação” · “questão que o cânon deliberadamente deixa em aberto”
16. (5.2, 5.6) Disputatio, 4, “ad tertium” · “apenas do fracasso da própria pessoa consigo mesma”; “dever geral do Abrigo, que aponta na direção certa sem a desenvolver”
17. (Nota, 5.1, 5.2, 5.5, 5.7) Estudo VII, 3.3 (as casas e as religiões); 5.6 (Ricoeur); 5.7 (Buber); 6.3 (questões abertas) · sem citação literal

Capítulo 6 — Síntese, fórmula e questões abertas

Levinas

1. 6.1, 6.4 · *Da existência ao existente* (Campinas: Papirus, 1998), p. 80 · “É a própria noite que vela. Vela-se” · [V via secundária: Wu (pt); Gambim (pt)] (ver 1.2)
2. 6.1 · *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70 [ano a confirmar]), p. 134 · “supõe assim uma primeira revelação de Outrem” · [V-pt] (ver 1.5, 2.2)
3. 6.1 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 178 · “não cometerás assassínio” · [V-pt] (ver 1.6)
4. 6.1, 6.2 · *Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3 (Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 2005 [a confirmar]), p. 219 · “Responsabilidade anterior à deliberação” · [V-pt; páginas pelo digitalizado] (ver 1.8)
5. 6.1, 6.3 · *Entre nós*, “Diacronia e representação”, §3 (Vozes), p. 218 · “temor por tudo o que meu existir, apesar da inocência de suas intenções, corre o risco de cometer como violência e usurpação” · [V-pt; páginas pelo digitalizado] (ver 2.7)
6. 6.1, 6.2, 6.3 · *Entre nós*, “O sofrimento inútil” (Vozes), p. 138 · “a justificação da dor do próximo é, certamente, a fonte de toda imoralidade” · [V-pt] (ver 1.10, 2.4)
7. 6.1 · *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça” (Vozes), p. 294 · “ela sabe que não é tão justa quanto é boa a bondade que a suscita” · [V-pt] (ver 1.9)
8. 6.2 · *Entre nós*, “O outro, utopia e justiça” (Vozes), p. 293 · “originalmente sem reciprocidade” · [V-pt] (ver 1.9)
9. 6.1 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 223 · “O eu é um privilégio ou uma eleição”; “Não poder esquivar-se — eis o eu” · [V-pt] (ver 1.7, 3.1)
10. 6.1 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 193 · “o rosto me chama às minhas obrigações e me julga” · [V-pt] (ver 1.7, 3.1)
11. 6.1 · *Totalidade e Infinito* (Edições 70), p. 192 · “me aborda a partir de uma dimensão de altura” · [V-pt] (ver 1.7, 3.3)
12. 6.3 · *Entre nós*, “Filosofia, justiça e amor” (Vozes), p. 146 · “Um Estado em que a relação interpessoal é impossível […] é um Estado totalitário” · [V-pt] (ver 1.9)

O cânon e os escritos

1. 6.1, 6.3 · Cânon v1.2, “A Vigília” · “deve-se justiça, porque há uma luz devida ao outro”; “ela vela: recusa-se a apagar”; “ninguém ficará sem luz dentro da noite”
2. 6.1 · Cânon v1.2, “A Bússola” · “a luz está lá? Posso estar lá inteiro, sem me trair? Se a resposta é não, não vou”; “eu sem a minha luz sou uma mentira”
3. 6.1, 6.2, 6.3 · Decisões do fundador de 17 de outubro de 2026, numeradas como no Prólogo do Estudo VII · n.º 1 (fórmula), n.º 2 (“o que há no fundo da noite?”), n.º 3 (“não a fabrica,

mas pode ser o primeiro a vê-la”), n.º 5 (lobo “com ou sem intenção”)

4. 6.2 · Tratado da Vigília, “O problema que responde” · “não lê a noite a partir do fim, lê-a a partir de quem está nela”
5. 6.3 · Tratado da Vigília, “Síntese” · a terceira questão, nomeada sem resposta (origem da Vigília)
6. 6.3 · Tratado das Águas Comuns, “Síntese” · a pergunta recíproca/assimétrica, sem resposta
7. 6.3 · Disputatio, 3, “Respondeo” · os “terceiros” atingidos; o tratado de justiça previsto; a Bússola “incompleta diante do paciente”
8. 6.1, 6.3 · Estudo VII, 3.1 (Hegel e a luz), 3.4 (a Bússola como veto de fidelidade), 5.2 (Marx, questão (k)), 5.5 (Levinas, questão (f)), 6.3 (questões (e)–(l)) · sem citação literal além das questões

APÊNDICE B — CONFERÊNCIAS PENDENTES

O texto tem 166 marcas com "confirmar" e 742 marcas de verificação ao todo. Nenhuma passagem de Levinas foi lida no francês impresso. Agrupadas por tipo de conferência, para quem for fechar o aparato:

Tipo	**O que falta**
O francês de Levinas	Abrir *Totalité et Infini*, *De l'existence à l'existant*, *Autrement qu'être*, *Éthique et infini*, *De Dieu qui vient à l'idée* e *Difficile liberté* em edição datada e conferir cada passagem citada em tradução; as paginações da Vrin (1947/1974/1981/1986) e do Livre de Poche divergem das de Nijhoff; o francês que o estudo cita vem de Akadem, Fontaine, Laugier, Zevallos e Plourde (OCR a rever)
Edições portuguesas e brasileiras	Ano e tiragem de *Totalidade e Infinito* (Edições 70) e de *Entre nós* (Vozes, 2ª ed., 2005); tradutores de *Da existência ao existente* (Papirus); *Ética e Infinito* e *Difícil Liberdade* (Edições 70), *De outro modo que ser* (Lisboa, 2011), *De Deus que vem à Ideia* e *Humanismo do Outro Homem* (Vozes) não consultados — as páginas vêm das edições francesa, espanhola e inglesa; *Entre nós*, "A consciência não-intencional" (pp. 168–207) sem camada de texto; o verbo francês de "vigiar" (Vozes, p. 148); *Wachen* (*Entre nós*, p. 124) a conferir no alemão
Passagens lidas só por intermediário	Todas as de *Da existência ao existente*, *O tempo e o outro*, *De outro modo que ser*, *Ética e infinito*, *Humanismo do outro homem* e *Difícil liberdade*: conferir na edição; a frase «La mort annonce un événement dont le sujet n'est plus maître» não foi achada; "Éloge de l'insomnie" atribuído a *Dieu, la mort et le temps* por Mercier (localização a confirmar); "simplement" ou "seulement" em *Autrement qu'être*; a epígrafe de Pascal; "Aboth 6a" × *Pirkei Avot* 1:14
Intérpretes: teses tidas só por título ou índice	Critchley, Bernasconi, Chalier, Sandford, Bernstein, Davies (*Cambridge Companion*); Plourde, Sebbah, Sealey, Marder (artigos: só resumos ou notas); a objeção de Derrida sobre a simetria (de memória); Pochet; Cohen-Lévinas e Trigano; Marion (via Sebbah); Ricoeur, *Lectures 3* (intervalo de páginas) e R. A. Cohen (página)
Referências a completar	Prenomes, títulos ou páginas de Fontaine, Laugier, Levy, Silva, Gubert, Bernardes, Dreizik, Idareta, Zevallos, Garrido-Maturano, Menezes, Rößner, Evink, Jerome, Knowles, García-Baró, Montebello, Thieriot, Del Mastro, Mercier; o autor da tese Paris-Nanterre 2015PA100049; título e página da entrevista com von Wolzogen; ano de Sebbah (2024); editora de Pochet; ano de *Sabedoria da paz* (2008 ou 2009)
Biografia	Datas divergentes: naturalização (1930/1931/1939), casamento (1930/1932), direção da ENIO (1945–47 a 1961 ou mais), aposentadoria (1976/1978/1979), local da morte; *Carnets de captivité*, Malka, Lescourret, Poirié e o *Cahier de l'Herne* não abertos
O que não foi varrido	Só *Totalidade e Infinito* (Lingis) e *Entre nós* (Vozes) foram percorridos por inteiro; "nada encontrado" sobre estoicos, budismo, Vedanta e taoísmo vale só para esses dois volumes; "Judaïsme et kénose", o artigo de 1934, "Heidegger, Gagarine et nous" e "Martin Buber et la théorie de la connaissance" lidos só por intermédio; *Quatre lectures talmudiques*, "La paix et la proximité" e "Dieu et la philosophie" não consultados
Cautelas registradas	*Weltgericht* é de Wild, não de Levinas; o carrasco (1982) e o SS (1988) não se harmonizam entre si, nem "todo o resto é dança" com a universalidade da ética; *Totalidade e Infinito*, p. 180 (Lisboa) é elíptica e ficou fora — cotejar com Lingis, p. 201

APÊNDICE C — PAINEL DE VERIFICAÇÃO

Contagem, feita sobre o texto final, das marcas entre colchetes que acompanham citações e leituras. “Corpo” é o texto do Prólogo e dos capítulos; “Aparato” são as fontes por capítulo. Neste estudo nenhuma passagem de Levinas foi conferida no francês impresso (ver o Prólogo, “Como ler este estudo”); por isso não há marca [V] pura nas passagens dele.

Marca	Total	Corpo	Aparato
[V-pt]	230	114	116
[V via secundária]	171	79	92
[leitura do estudo]	102	102	0
[… a confirmar]	96	7	89
[tese a confirmar]	31	17	14
[V-en; tradução do estudo]	30	13	17
[hipótese do estudo]	27	27	0
[tradução do estudo]	19	10	9
[V-en]	9	5	4
[paráfrase]	7	2	5
[inferência do estudo]	6	6	0
[V-es; tradução do estudo]	6	3	3
[V-pt; conferido no digitalizado]	5	2	3
[leitura do estudo; o termo “gerações” não consta das passagens reunidas]	1	1	0
[leitura do estudo, a partir do texto]	1	1	0
[V-es]	1	1	0

Citações entre aspas e palavras, por capítulo:

Capítulo	Citações	Palavras
Prólogo — O estado da questão e o método	21	2085
1. Levinas em sua melhor forma	149	5129
2. Onde nos tocamos	127	3998
3. Onde nos separamos	133	5495
4. Levinas diante das casas que já visitamos	95	4000
5. Prévias: autores que virão	71	3105
6. Síntese, fórmula e questões abertas	36	3206
Total	632	27018

Toda citação do corpo foi conferida, fragmento a fragmento, contra a pesquisa de fontes do estudo e contra o Cânon v1.2, os três Tratados, a Disputatio e o Estudo VII; nenhuma foi inventada. As que não puderam ser conferidas numa edição levam marca. A grafia das edições de Lisboa e da Vozes fica como está dentro das aspas.